

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

VIVIANI VANESSA DEVALLE

**AVANÇOS E DESAFIOS PARA O ALCANCE DA META 1 DOS PLANOS  
MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NA ABRANGÊNCIA DA 4ª COORDENADORIA  
REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CAXIAS DO SUL/RS (2015-2023)**

Porto Alegre

2024

VIVIANI VANESSA DEVALLE

**AVANÇOS E DESAFIOS PARA O ALCANCE DA META 1 DOS PLANOS  
MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NA ABRANGÊNCIA DA 4ª COORDENADORIA  
REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CAXIAS DO SUL/RS (2015-2023)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Luiza Rodrigues Flores

Linha de Pesquisa: Políticas e Gestão de Processos Educacionais

Porto Alegre

2024

### CIP - Catalogação na Publicação

Devalle, Viviani Vanessa  
AVANÇOS E DESAFIOS PARA O ALCANCE DA META 1 DOS  
PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NA ABRANGÊNCIA DA 4ª  
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CAXIAS DO SUL/RS  
(2015-2023) / Viviani Vanessa Devalle. -- 2024.  
197 f.  
Orientadora: Maria Luiza Rodrigues Flores.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de  
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Plano Municipal de Educação. 2. Educação  
Infantil. 3. Acesso. 4. Qualidade. 5. Equidade. I.  
Rodrigues Flores, Maria Luiza, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Carlos André Bulhões Mendes (Reitor)

Patricia Pranke (Vice-Reitora)

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Liliane Giordani (Diretora)

Aline Cunha (Vice-Diretora)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Fabiana do Amorim Marcello (Coordenadora)

Cláudia Rodrigues de Freitas (Vice-Coodenadora)

VIVIANI VANESSA DEVALLE

**AVANÇOS E DESAFIOS PARA O ALCANCE DA META 1 DOS PLANOS  
MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NA ABRANGÊNCIA DA 4ª COORDENADORIA  
REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CAXIAS DO SUL/RS (2015-2023).**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Luiza Rodrigues Flores

Linha de Pesquisa: Políticas e Gestão de Processos Educacionais

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Maria Luiza Rodrigues Flores – Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Maria Beatriz Luce – Examinadora

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Débora Teixeira de Mello – Examinadora

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Simone Albuquerque – Examinadora

Porto Alegre

2024

## RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar os avanços e desafios para o alcance da meta 1 dos planos municipais de educação nos municípios da 4ª Coordenadoria Regional de Educação - Caxias do Sul/RS. A metodologia consistiu em buscar dados nos portais oficiais, tanto nacionais como estaduais e municipais, para levantar indicadores, analisar documentos dos planos municipais de educação e os respectivos relatórios de acompanhamento e aplicar questionários online direcionados aos agentes responsáveis pela implementação da política educacional e pelo monitoramento e avaliação dos referidos planos. O recorte temporal ocorreu no período de 2015-2023. O referencial teórico foi elaborado a partir do diálogo com estudos realizados por outros pesquisadores sobre o tema. Os resultados indicaram que houve estratégias bem-sucedidas, como a ampliação da oferta de vagas em creches e pré-escolas, bem como investimentos em infraestrutura física. No entanto, apesar dos avanços, ainda existem desafios a serem enfrentados, como a redução da jornada com a parcialização da pré-escola e o baixo investimento *per capita* na educação infantil, o que resulta na falta de recursos para atender ao Custo-Aluno-Qualidade (CAQ). Os dados disponíveis evidenciaram que, durante o período analisado, não foram promovidas ações que permitissem monitorar e avaliar o alcance da meta 1 nos municípios. Diante disso, pode-se inferir que, embora tenha havido avanços, para garantir a educação das crianças com excelência e igualdade, ainda existem inúmeros obstáculos a serem superados.

**Palavras-chave:** Plano Municipal de Educação; Educação Infantil; Acesso; Qualidade; Equidade.

## ABSTRACT

The research aims to analyze the advancements and challenges in achieving goal 1 of the municipal education plans in the municipalities of the 4th Regional Education Coordination - Caxias do Sul/RS. The methodology consisted of gathering data from official national, state, and municipal portals to collect indicators, analyze documents from the municipal education plans and their respective monitoring reports, and apply online questionnaires to the agents responsible for implementing educational policy and monitoring and evaluating the mentioned plans. The timeframe covered the period from 2015-2023. The theoretical framework was developed based on a dialogue with studies conducted by other researchers on the subject. The results indicated successful strategies, such as expanding the availability of daycare and preschool slots and investing in physical infrastructure. However, despite the progress, there are still challenges to be addressed, such as reducing the school day by splitting preschool time and the low per capita investment in early childhood education, which results in a lack of resources to meet the Quality Student Cost (CAQ). The available data evidenced that, during the analyzed period, no actions were promoted to monitor and evaluate the achievement of goal 1 in the municipalities. Therefore, it can be inferred that, although there have been advancements, numerous obstacles still need to be overcome to ensure children's education with excellence and equality.

**Keywords:** Municipal Education Plan; Early Childhood Education; Access; Quality; Equity.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da 4ª CRE por município .....	22
Figura 2 - Taxa de atendimento Farroupilha .....	89
Figura 3 - Evolução no número de matrículas.....	90
Figura 4 - Resposta à questão 06 do questionário on-line.....	120
Figura 5 - Resposta à questão 07 do questionário on-line.....	121
Figura 6 - Resposta à questão 13 do questionário on-line.....	121
Figura 7 - Resposta à questão 08 do questionário on-line.....	122
Figura 8 - Resposta à questão 14 do questionário on-line.....	123
Figura 9 - Resposta à questão 10 do questionário on-line.....	124
Figura 10 - Resposta à questão 09 do questionário on-line.....	125
Figura 11 - Resposta à questão 12 do questionário on-line.....	126
Figura 12 - Resposta à questão 18 do questionário on-line.....	126
Figura 13 - Resposta à questão 19 do questionário on-line.....	127
Figura 14 - Resposta à questão 20 do questionário on-line.....	127
Figura 15 - Resposta à questão 23 do questionário on-line.....	129

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Matrículas nos municípios AMESNE por dependência administrativa (2015-2023) .....	79
Tabela 2 - Matrículas nos municípios AMSERRA e AMUCSER por dependência administrativa (2015-2023).....	80
Tabela 3 - Matrículas na rede pública municipal por duração da jornada (AMESNE, 2015- 2023).....	84
Tabela 4 - Matrículas na rede pública em turno integral e parcial nos municípios AMSERRA e AMUCSER (Jaquirana) no período de 2013 a 2023.....	85
Tabela 5 - Arrecadação dos municípios de abrangência da 4ª CRE e o investimento em educação.....	102
Tabela 6 - Dados demográficos e econômicos dos municípios de abrangência da 4ª CRE com até 7 mil habitantes. ....	104
Tabela 7 - Dados demográficos e econômicos dos municípios de abrangência da 4ª CRE com 7.001 mil até 35 mil habitantes. ....	106
Tabela 8 - Dados demográficos e econômicos dos municípios de abrangência da 4ª CRE com 35.001 mil até 500 mil habitantes.....	107
Tabela 9 - Indicadores de PIB nos municípios AMESNE .....	108
Tabela 10 - Indicadores de PIB nos municípios AMUCSER E AMSERRA .....	109
Tabela 11 - Quadro indicadores: IDHM, IDEB, <i>Ranking</i> e Taxa de Atendimento na Radiografia da Educação Infantil 2010-2019 TCE/RS e Renda <i>Per capita</i> nos municípios de abrangência da 4ª CRE.....	110
Tabela 12 - Indicadores de acesso em três fontes diferentes .....	114

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados socioeconômicos e educacionais do município de Caxias do Sul	22
Quadro 2 – Dados socioeconômicos e educacionais do município de Farroupilha...	23
Quadro 3 – Dados socioeconômicos e educacionais do município de Nova Pádua .	24
Quadro 4 - Dados socioeconômicos e educacionais do município de Nova Roma do Sul .....	25
Quadro 5 - Dados socioeconômicos e educacionais do município de Antônio Prado .....	26
Quadro 6 - Dados socioeconômicos e educacionais do município de São Marcos ..	27
Quadro 7 - Dados socioeconômicos e educacionais do município de Flores da Cunha.....	28
Quadro 8 - Dados socioeconômicos e educacionais do município de Picada Café .	29
Quadro 9 - Dados socioeconômicos e educacionais do município de Nova Petrópolis .....	30
Quadro 10 - Dados socioeconômicos e educacionais do município de Gramado ....	31
Quadro 11 - Dados socioeconômicos e educacionais do município de Canela .....	31
Quadro 12 - Dados socioeconômicos e educacionais do município de São Francisco de Paula .....	32
Quadro 13 - Dados socioeconômicos e educacionais do município de Cambará do Sul .....	33
Quadro 14 – Dados socioeconômicos e educacionais do município de Jaquirana...	34
Quadro 15 - Retorno aos questionários por município .....	47
Quadro 16 - Resultado da busca nos portais CAPES e SCIELO (2015-2023).....	73
Quadro 17 - Indicadores da Meta 1 dos PMEs e sua relação com o PNE. ....	91
Quadro 18 - Alcance da Meta 1 nos municípios da 4ª CRE .....	93
Quadro 19 - Quantidade de construções PROINFÂNCIA na região da 4ª CRE .....	95
Quadro 20 - Períodos em que os PMEs seriam monitorados e ou avaliados: .....	116

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**BNCC** – Base Nacional Comum Curricular.

**CB** – Constituição Brasileira.

**COVID-19** – Doença do Coronavírus 2019

**CRE** – Coordenadoria Regional de Educação

**CME** – Conselho Municipal de Educação

**DCNEI** – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

**DATASUS** – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

**EC** – Emenda Constitucional

**FME** – Fórum Municipal de Educação

**FNDE** – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

**GEPPEI** - Grupo de Estudos e Pesquisa Sobre Políticas Públicas de Educação Infantil

**IDHM** – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

**IDEB** – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

**INEP** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**Ldben** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**MEC** – Ministério da Educação

**PME** - Plano Municipal de Educação

**PNE** – Plano Nacional de Educação SEB – Secretaria da Educação Básica

**PNUD** - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**SME** – Secretaria Municipal de Educação

**SIOPE** - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação

**TCE-RS** – Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

**UFRGS** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**UNDIME** - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

**UNCME** - União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
1.1	TEMA	17
1.2	RECORTE DO TEMA	17
1.3	OBJETIVO GERAL	17
1.4	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	18
1.5	PROBLEMA	18
<b>2</b>	<b>LOCAL DA PESQUISA: CONTEXTUALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA 4ª CRE</b>	<b>20</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>36</b>
<b>4</b>	<b>REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b>	<b>50</b>
4.1	POLÍTICAS PÚBLICAS E PLANOS DE EDUCAÇÃO – RELAÇÃO ENTRE O PNE E OS PMES	50
4.2	O MONITORAMENTO E A AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO FERRAMENTAS PARA A PROMOÇÃO DE ACESSO COM QUALIDADE E EQUIDADE	60
4.3	ESTADO DA QUESTÃO	71
<b>5</b>	<b>RESULTADOS DA PESQUISA</b>	<b>79</b>
5.1	O ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL NA 4ª CRE	79
5.2	QUALIDADE E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL	97
5.3	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NA 4ª CRE	116
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>133</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>136</b>
	<b>APÊNDICE A - ALINHAMENTO DA META 1 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E SUAS ESTRATÉGIAS AOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DOS 14 MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA DA 4ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO</b>	<b>146</b>
	<b>APÊNDICE B – CONVITE PARA PARTICIPAR DE PESQUISA</b>	<b>168</b>

<b>APÊNDICE C - CONVITE DIGITAL PARA PARTICIPAÇÃO DE PESQUISA .....</b>	<b>169</b>
<b>APÊNDICE D - ROTEIRO LEVANTAMENTO DE DADOS .....</b>	<b>170</b>
<b>APÊNDICE E - ROTEIRO LEVANTAMENTO DE DADOS .....</b>	<b>175</b>
<b>APÊNDICE F- LEVANTAMENTO DE DADOS.....</b>	<b>180</b>
<b>APÊNDICE G - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) - INDIVIDUAL.....</b>	<b>185</b>
<b>APÊNDICE H - TERMO DE CONSENTIMENTO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>188</b>
<b>APÊNDICE I - TERMO DE CONSENTIMENTO INSTITUCIONAL.....</b>	<b>191</b>
<b>APÊNDICE J - TERMO DE CONSENTIMENTO INSTITUCIONAL.....</b>	<b>193</b>
<b>APÊNDICE L - TERMO COMPROMISSO PARA UTILIZAÇÃO E MANUSEIO DE DADOS (TCUD).....</b>	<b>195</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação se refere ao trabalho de pesquisa realizado durante o curso de mestrado em educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, junto à linha de pesquisa Políticas e Gestão de Processos Educacionais, no período entre 2022 a 2024. Durante este tempo, fiz parte do Grupo de Estudos e Pesquisa Sobre Políticas Públicas de Educação Infantil (Gepppei), coordenado pela professora Dr<sup>a</sup> Maria Luiza Rodrigues Flores, cujo objeto de estudo são as políticas de educação infantil no âmbito do estado do Rio Grande do Sul (RS).

De forma integrada aos estudos do Gepppei, o objeto de estudo desta dissertação foram os avanços e desafios encontrados pelos municípios que compõem a 4<sup>a</sup> Coordenadoria Regional de Educação de Caxias do Sul para o alcance da Meta 1 dos planos municipais de educação, a qual diz respeito ao acesso à Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, e às políticas públicas implementadas para atender às estratégias dispostas nos referidos planos no que tange à qualidade e à equidade. A análise das políticas públicas e das legislações estabelecidas pelos governos federal, estadual e municipal revelou como o regime de colaboração instaurado entre os entes federados contribuiu para o aprimoramento das gestões educacionais e para a garantia de uma educação de qualidade com equidade. Esse regime colaborativo foi essencial para viabilizar tanto o acesso quanto a permanência de todos os estudantes nas instituições de ensino.

Um exemplo da efetividade do regime de colaboração foi a promulgação da Lei 13.005, de 25 de julho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE). Através desta lei, foram estabelecidas 10 diretrizes para a educação brasileira, traçadas 20 metas em diferentes campos da educação e diversas estratégias para melhorar a educação brasileira, a serem cumpridas no decênio 2014-2024. Esta ação exigiu que os estados, o Distrito Federal e os municípios também elaborassem seus planos em consonância com as metas do PNE.

Ao elaborar seus planos de educação, os estados, o Distrito Federal e os municípios também se comprometeram em implementar estratégias para alcançar o percentual mínimo de atendimento à Educação Infantil proposto no PNE. Dessa forma, ficou nítido aos envolvidos na construção dos PMEs que nenhum ente federado conseguiria efetivar suas ações sem a colaboração dos outros entes. Durante esse processo, representantes de entidades, como a União dos Dirigentes Municipais de

Educação (UNDIME) e a União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), se organizaram para criar mecanismos para ajudar os seus membros a realizarem um monitoramento e avaliação efetivos.

Ao sancionar a Lei do Plano de Educação, o ente assumiu o compromisso de manter um acompanhamento contínuo na implementação das metas e estratégias presentes no documento. Segundo informações do 8º Balanço Anual do PNE, realizado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação em 2022, a taxa de descumprimento da Lei é de 86%. O mesmo estudo aponta que apenas oito das vinte metas foram completamente avaliadas e que 45% delas estão em retrocesso. A mesma fonte já havia apontado, em outro estudo realizado em 2020, que nenhuma das vinte metas do Plano Nacional foi cumprida integralmente e que apenas quatro apresentaram indicadores parcialmente cumpridos (PNE, 2022).

Com relação à Meta 1, o 8º balanço do Plano Nacional de Educação aponta:

**META 1:** *Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE.*

Dada a não divulgação da edição 2020 da PNAD Contínua - Educação, não foi possível atualizar os indicadores desta meta em relação ao último Balanço do PNE. A única informação encontrada sobre a publicação no site do instituto trata do seu adiamento para novembro de 2021, prazo que também não foi cumprido. Neste cenário, é fundamental um maior nível de transparência por parte do IBGE sobre eventuais problemas com a pesquisa e/ou sua divulgação. (8º Balanço Anual PNE, 2022, p.3)

Enquanto o Governo Federal enfrentava dificuldades para cumprir suas metas, os Estados e Municípios também se deparavam com obstáculos semelhantes, que foram agravados significativamente. O contexto pandêmico imposto pela COVID-19 afastou os estudantes das escolas, seja por evasão ou por não efetivarem matrícula.

Pelo exposto, cabe ressaltar que compete ao gestor ou profissional envolvido nas diferentes esferas educacionais encontrar formas de manter o monitoramento e a avaliação das metas e estratégias (Pimenta; Souza; Flores; 2021) relacionadas aos Planos de Educação Nacional, Estadual e Municipal, com a perspectiva do cumprimento das mesmas e de minimizar os problemas evidenciados. Nesse sentido, esta dissertação tem como objetivo aprofundar os estudos que abordam este assunto e verificar quais foram os avanços e desafios encontrados para a efetivação da meta 1 do Plano Municipal de Educação (PME) no que tange à Educação Infantil, quanto ao seu acesso com qualidade e equidade.

Ao discorrer sobre políticas públicas, especialmente aquelas direcionadas às crianças pequenas e bem pequenas, é notória a preocupação com a qualidade do que é ofertado. Como agentes públicos, ao pensarmos em qualidade, temos dificuldade em alcançar o padrão desejado, pois enfrentamos barreiras, podemos citar diversas formas de desigualdade, a falta de gratuidade no serviço, a falta de acesso e a impossibilidade de permanência dos espaços escolares

Pelo exposto, cabe ressaltar que compete ao gestor ou profissional envolvido nas diferentes esferas educacionais, encontrar formas de manter o monitoramento e avaliação as metas e estratégias (Pimenta; Souza; Flores; 2021) relacionadas aos Planos de Educação Nacional, Estadual e Municipal, com a perspectiva do cumprimento das mesmas e minimizar os problemas evidenciados. Nesse sentido, esta dissertação tem como objetivo aprofundar os estudos que abordam este assunto e verificar quais foram os avanços e desafios encontrados para a efetivação da meta 1 do PMEs no tange a Educação Infantil quanto ao seu acesso com qualidade e equidade.

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) traz o direito à educação como direito básico de todo cidadão e cabe neste contexto a citação de Ranieri (2013) que diz:

[...] como direito fundamental, das prerrogativas de imprescritibilidade, inalienabilidade, irrenunciabilidade, inviolabilidade, universalidade, efetividade, interdependência e complementaridade. Exemplificando. O direito não se perde por decurso de prazo. v.g., a educação básica obrigatória e gratuita é assegurada para todos os que a ela não tiverem acesso na idade própria, CF, art. 208, I; não pode ser violado, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal ou não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente, assim como é dever dos pais e responsáveis zelar pela frequência à escola. (Ranieri, 2013, p.76)

Conforme Ranieri (2013), a educação tornou-se um direito a cidadania de modo amplo e abrangente, auxiliando as pessoas, especialmente as crianças, no seu desenvolvimento pleno. Mais adiante, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), em sua terceira versão, por meio do Decreto nº 7.117/2010, enfatiza que a educação e a cultura são direitos humanos e que essa temática deve estar contemplada nas matrizes curriculares de todas as escolas de educação básica, a fim de promover o respeito, o conhecimento e uma educação igualitária.

A Constituição Federal de 1988 assegura a implementação das ações que possibilitem o acesso e a permanência a esse direito que é essencial. O art. 212

estabelece o investimento obrigatório em educação para garantir sua qualidade, chancelado pelo art. 206, VII, que traz: “assegura a garantia de padrão de qualidade”, da mesma forma exposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Ldben) no art. 4º, IX, que diz que: “[...] são padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do ensino-aprendizagem” (Brasil, 1996). Todas essas ações foram implementadas para assegurar o mínimo de 200 dias letivos para todas as crianças e jovens que estavam regularmente matriculados nas escolas de todo o país, inclusive na Educação Infantil.

Na última década, muitos esforços foram realizados para garantir o atendimento e acesso previstos na legislação acima mencionada. Um fator determinante para muitas mobilizações que aconteceram, trazendo para o campo da construção do Plano Nacional de Educação, foi o engajamento popular propondo e buscando soluções em conjunto com o Poder Público, tendo em mente que a educação é dever de todos os entes federados e direito de todos os cidadãos.

A partir de 1994, quando se iniciou a discussão através de movimentos como a Conferência Nacional de Educação e o Pacto pela Valorização do Magistério e Qualidade da Educação, evidenciou-se o papel do professor, a sua relevância na qualificação e a necessidade de melhores condições de trabalho e práticas de formação continuada.

Seguindo nesta linha, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) assume um papel de destaque no planejamento de ações para uma década, pactuando metas entre os entes federados. Neste sentido, deu uma resposta à sociedade diante da péssima efetividade do Plano Nacional de Educação 2001-2011, que previa uma conferência para avaliar o plano e verificar seu êxito em relação ao que estava previsto. A CONAE de 2010 foi um amplo espaço de participação e engajamento e contou com participação massiva de educadores e gestores.

Apesar de todo o apelo da sociedade, o PNE só foi aprovado em junho de 2014, quatro anos depois, e chancelado em seu art. 2º, IV, o seguinte:

[...] a melhoria da qualidade da educação e no VII o estabelecimento de meta de aplicabilidade de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto – PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade. (Brasil, 2014, p.1)

Infelizmente, o Inciso IV do Art. 2º da Lei 13.005/2014 (PNE, 2014) encontra-se no campo das considerações sem possibilidade real de concretização. Ao longo dos últimos dez anos, órgãos de controle como o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande Sul (TCE-RS) têm monitorado o cumprimento das metas e estratégias e divulgado materiais ricos em dados, especialmente sobre a Meta 1. Dentre esses, podemos citar como referência o livro “Educação Infantil: uma visão Multidisciplinar” (2020), “Radiografia da Educação Infantil no RS - Análise do desempenho 2009/2010” e a “1º Pesquisa sobre as Gestões Municipais 2021”, que subsidiam os gestores municipais e pesquisadores a construir instrumentos de monitoramento e avaliação dos seus PMEs.

O objetivo pelo qual escolhi este tema dessa dissertação teve como propósito estudar os avanços e desafios na implementação da meta 1 dos Planos Municipais de Educação (PMEs). Esse interesse estava diretamente relacionado à minha trajetória profissional na Secretaria Municipal de Educação do município de Itá, em Santa Catarina, desde 2005, quando comecei a acompanhar o desenvolvimento de um projeto que acredito ser o fio condutor que estabelece a relação entre acesso, permanência, qualidade e equidade das crianças nas escolas. Durante minha atuação, participei da construção do Plano Municipal de Educação daquele município e tive a responsabilidade de coordenar o monitoramento e as avaliações realizados até o ano de 2019. Nesse ano, assumi a função de Coordenadora Regional de Educação na 4ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), localizada em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. Embora não tivesse a responsabilidade direta pela Educação Infantil, continuei a acompanhar as ações desenvolvidas nos 14 municípios que compõem a coordenadoria.

Ao longo dos anos, em algumas realidades, o PME sempre foi um documento mais para “ter do que para fazer” e percebi uma cultura de que o que está lá descrito “não seria preciso implementar”. Os órgãos reguladores passaram a romper esse paradigma, acompanhando e cobrando as ações efetivas do ente executivo. Frente a isso, trouxe à tona a seriedade na elaboração de documentos norteadores das políticas públicas dos governos, a cobrança e a participação dos órgãos de controle social da sociedade civil e o mais importante: o quanto isso impacta na vida dos usuários do serviço público, no caso, as crianças pequenas e bem pequenas e de suas famílias.

Sendo assim, decidi aprofundar o estudo sobre este tema devido à sua relevância na implementação de políticas públicas voltadas para a faixa etária de zero a cinco anos. Ao realizar essa pesquisa, tive a expectativa de contribuir para o campo das políticas públicas relacionadas à educação infantil

Sempre acreditei que a administração pública precisava de subsídios para auxiliar na elaboração de políticas públicas voltadas para enfrentar os desafios do cotidiano, tanto no atendimento quanto na formação docente. No decorrer desta pesquisa, procurei ressaltar a importância de efetivar uma política de Educação Infantil eficaz, com ações que priorizassem o acesso das crianças à creche e à pré-escola, garantindo que essas instituições oferecessem um serviço com qualidade e equidade. Da mesma forma, abordei a importância de monitorar e avaliar as estratégias propostas no Plano Municipal de Educação, tornando-o, de fato, um condutor das ações da educação municipal.

## 1.1 TEMA

Esta dissertação possui como objeto de estudo os avanços e desafios para o alcance da meta 1 dos Planos Municipais de Educação, no que se refere ao acesso, bem como às estratégias relacionadas à equidade e à qualidade da oferta de Educação Infantil.

## 1.2 RECORTE DO TEMA

Avanços e desafios no monitoramento e avaliação da meta 1 do Plano Municipal de Educação, no que se refere aos indicadores 1A (universalização do atendimento da população de 4 e 5 anos) e 1B (atendimento de no mínimo 50% da população de 0 e 3 anos) referentes ao acesso, bem como às estratégias da referida meta relacionadas à equidade e à qualidade, nos 14 municípios que compõem a Região da 4ª Coordenadoria Regional de Educação/CRE- Caxias do Sul/RS, considerando o período de 2015 a 2023.

## 1.3 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral desta pesquisa foi:

Analisar quais foram os principais avanços e desafios para a efetivação do direito à Educação Infantil para as crianças dos municípios da 4ª CRE/RS no período de 2015 a 2023, considerando os indicadores 1A e 1B da Meta 1 dos respectivos PMEs e suas estratégias, articulados ao acesso, à qualidade e à equidade.

#### 1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos desta pesquisa foram:

- Verificar a evolução dos indicadores de acesso à creche e à pré-escola nos municípios de abrangência da 4ª CRE, no período entre 2015 a 2023 e a tendência ao alcance da Meta 1 dos respectivos PMEs até o ano de 2025.
- Identificar quais estratégias foram previstas na Meta 1 dos Planos Municipais de Educação que propõem relações entre os indicadores de acesso e as políticas voltadas à qualidade e à equidade, verificando, a partir dos dados coletados, se houve efetivação das ações previstas.
- Identificar em quais municípios no âmbito da 4ª CRE houve a realização de ações de monitoramento e avaliação dos PMEs pelos atores instituídos legalmente como responsáveis pela política educacional (SMED; FME; CME); quais ações foram desenvolvidas; como estas ações foram registradas e divulgadas; quais avanços e desafios foram encontrados para monitorar e avaliar a Meta 1 dos Planos Municipais de Educação.

#### 1.5 PROBLEMA

O problema que orientou esta pesquisa foi:

Quais os principais avanços e desafios para a efetivação do direito à Educação Infantil nos municípios da 4ª CRE/RS, considerando os indicadores de acesso da Meta 1 articulados à qualidade e à equidade no período de 2015 – 2023?

A partir do problema acima apresentado, delineamos algumas questões para responder na pesquisa, sendo elas:

**Questão 1** – Como ocorreu a evolução da oferta de educação infantil em cada município, considerando os indicadores 1A (pré-escola) e 1B (creche) da Meta 1 do PNE?

**Questão 2** – Quais estratégias foram previstas na Meta 1 dos Planos Municipais de Educação propondo relações entre os indicadores de acesso e as políticas voltadas à qualidade e à equidade? A partir dos dados coletados é possível verificar se houve efetivação de alguma dessas ações?

**Questão 3** - Foram realizadas ações de monitoramento e de avaliação dos PMEs pelos atores instituídos legalmente como responsáveis pela política no âmbito desta CRE? Em quais municípios? Quais foram estas ações? Como estas ações foram registradas e divulgadas? Com qual periodicidade essas ações foram realizadas? Quais avanços e desafios foram encontrados por esses atores para monitorar e avaliar a Meta 1?

Foram essas indagações que subsidiaram a redação das questões apresentadas nos instrumentos de coleta; a partir delas fizemos um levantamento de dados que nos permitiu identificar ações realizadas na implementação da meta 1, indicadores 1A (pré-escola) e 1B (creche), identificamos quais foram os principais avanços e desafios para o monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação.

O texto desta dissertação está assim organizado: no capítulo subsequente, será apresentada uma contextualização dos municípios que compõem a 4ª CRE; no capítulo seguinte, abordaremos a metodologia empregada na elaboração para o desenvolvimento da pesquisa e, a seguir, faremos uma revisão da literatura que fundamentou o estudo. O último capítulo apresenta os resultados da pesquisa, a partir dos dados coletados no campo empírico com os relatórios de monitoramento dos PMEs e as respostas aos questionários semiestruturados, além dos dados e documentos obtidos nos diversos portais consultados. Por fim, apresentamos as considerações finais, retomando os objetivos da pesquisa e respondendo ao problema colocado.

## 2 LOCAL DA PESQUISA: CONTEXTUALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA 4ª CRE

Nesta seção apresento o *locus* da pesquisa, constituído de 14 municípios da 4ª CRE, a partir de um levantamento de dados em diversas fontes, buscando apresentar uma caracterização a partir de diferentes aspectos. Para este fim, a contextualização geral da 4ª CRE e dos municípios, com dados censitários, demográficos, educacionais, socioculturais e sua matriz produtiva.

A Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul possui 30 Coordenadorias Regionais de Educação, que abrangem todas as regiões do estado e estão sob a administração direta do governo do Estado. As políticas públicas são implementadas por meio de programas e projetos que estão no plano estratégico da Secretaria de Estado da Educação para orientar as equipes em relação à educação, recursos humanos, administração e intervenções socioemocionais. Além de manter um diálogo com a comunidade escolar, conselhos e entidades da sua região, busca-se um alinhamento das ações com os municípios que fazem parte da CRE.

A 4ª Coordenadoria Regional de Educação de Caxias do Sul está localizada na região serrana e abrange 14 municípios: Caxias do Sul, Farroupilha, Nova Roma do Sul, Nova Pádua, São Marcos, Flores da Cunha, Antônio Prado, Gramado, Canela, Nova Petrópolis, Picada Café, Jaquirana, São Francisco de Paula e Cambará do Sul. Na CRE, estão representadas as seguintes associações de Municípios: Associação dos Municípios da Encosta Superior do Noroeste (AMESNE), Associação dos Municípios de Turismo da Serra (AMSERRA), Associação dos Municípios dos Campos de Cima da Serra (AMUCSER) e também dois Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), o COREDE Serra e o COREDE Hortênsias.

Na região, a 4ª CRE possui 117 estaduais, escolas, que atendem alunos dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e ensino médio. De acordo com o sistema de controle de dados interno (ISE), em 2023, contava com cerca de 45 mil estudantes e mais de 3 mil servidores.

Neste cenário de vários municípios, onde políticas públicas convergem em um mesmo espaço, entre cidades com aproximadamente 500 mil habitantes como Caxias do Sul e em cidades com menos de 3 mil habitantes como Nova Pádua, abordaremos os avanços e desafios que estes municípios encontraram para a efetivação da Meta 1 do PME.

Ao realizar a busca por informações nos portais municipais, percebi que a região se agrupa por afinidades relacionadas à proximidade geográfica, mas também por terem perfis socioeconômicos parecidos. Colonização e cultura são pontos de união entre eles. Nesta Coordenadoria, os municípios são agrupados da seguinte forma: Caxias e Farroupilha, ambos os municípios de colonização italiana, com forte matriz industrial, sendo Caxias do Sul um polo metal mecânico e Farroupilha de malharias, além da presença do setor vitivinícola, vinícolas e produção de hortifrutigranjeiros. Nova Pádua, Nova Roma do Sul, Flores da Cunha, São Marcos e Antônio Prado, municípios limítrofes de colonização predominantemente italiana, destacam-se pelo plantio de frutas como pêssigo, caquis, peras, além da presença do setor vitivinícola e vinícolas aliadas ao turismo. Todos os municípios até então mencionados fazem parte da Associação dos Municípios da Encosta Superior do Noroeste (AMESNE).

Gramado, Canela, Nova Petrópolis e Picada Café são municípios onde a colonização é predominantemente alemã. Nesta região, o turismo representa o maior movimento econômico, com destaque para Gramado e Canela. Já Nova Petrópolis e Picada Café, compõem o movimento econômico com a presença de indústrias calçadistas. São Francisco de Paula, Cambará do Sul e Jaquirana são municípios que tiveram sua colonização a partir da vinda dos Bandeirantes, Jesuítas e Tropeiros. São cidades com forte presença da indústria madeireira, com extração e beneficiamento de milhares de hectares de reflorestamento. São Francisco de Paula e Cambará do Sul têm investido fortemente no setor turístico também, com exceção de Jaquirana que pertence a Associação dos Municípios dos Campos de Cima da Serra (AMUCSER), os demais municípios fazem parte da Associação dos Municípios de Turismo da Serra (AMSERRA).

A apresentação individual dos municípios abaixo se dará por associação de municípios, iniciando com os municípios da AMESNE, seguindo com os da AMSERRA e finalizando com a AMUCSER.

Figura 1 - Mapa da 4ª CRE



Fonte: 4ª Coordenadoria Regional de Educação.

**Caxias do Sul:** a história do município começa quando a região era percorrida por tropeiros, ocupada por índios e chamada de Campo do Bugres. Esse cenário começou a mudar em 1855, quando chegaram os primeiros imigrantes italianos. Dois anos após o início da ocupação, o território recebeu o nome de Colônia de Caxias e, em 20 de junho de 1890, o município foi criado, desmembrando-se de São Sebastião do Caí. Caxias do Sul é conhecida nacionalmente por ser o segundo polo metalmeccânico do Brasil, ficando atrás apenas de São Paulo. Segundo dados divulgados pelo IBGE em 2022, com dados de 2020, a cidade é 40ª maior PIB do País e o berço de empresas como Randon, Guerra, Agrale, Tramontina, Chies & Chies, Marcopolo, Intral, Gazola, entre outras. Além disso, detém o título de maior produtor de hortifrutigranjeiros do Rio Grande do Sul. Em relação à Educação, o município atende aproximadamente 40 mil alunos. A educação infantil é realizada em escolas de gestão compartilhada ou com turmas de pré-escola nas escolas de ensino fundamental. Caxias possui 83 escolas de ensino fundamental e 49 escolas com gestão compartilhada. Além disso, possui credenciamento para aquisição de vagas com instituições privadas que atendem essa etapa de ensino.

Quadro 1 - Dados socioeconômicos e educacionais do município de Caxias do Sul

Área [2021]	1.652,308km <sup>2</sup>
População estimada [2022]	463.501

Densidade Demográfica [2022]	228,52hab/km <sup>2</sup>
Escolaridade 4 a 14 anos [2010]	96,30%
IDHM [2010]	0,782
PIB <i>per capita</i> [2021]	60.506,95
Mortalidade Infantil [2022]	11,17 p/mil
COREDE	Serra
Associação de Municípios	AMESNE
FUNDEB [2023]	278.663.725,76
Ranking TCE (taxa de atendimento na EI – 2019)	310 <sup>a</sup>
Taxa de atendimento Ed. Infantil 2019 – TCE/RS	54,73%
Taxa de atendimento Creche 2019 – TCE/RS	36,36%
Taxa de atendimento pré- escola 2019 – TCE/RS	92,81%
IDEB Anos Iniciais - 2021	6,2

Fonte: IBGE 2010, 2021, 2022 e 2023; Censo Escolar 2021; INEP 2021; Tesouro Nacional; Radiografia da Ed. Infantil 2010-2019 TCE-RS; DATASUS 2020. Portal municipal: [www.caxias.rs.gov.br](http://www.caxias.rs.gov.br). **Elaboração:** da autora.

Caxias do Sul foi identificado como o município com o maior número de habitantes desta coordenadoria. De acordo informações publicadas no site do Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Gestão e Governança do Estado do Rio Grande do sul, em 2021 o PIB do município foi R\$ 31.688.460.224,00, posicionando-se entre os melhores do estado, conforme ilustrado no quadro acima. No mesmo ano, o PIB *per capita* foi de R\$ 60.506,95.

**Farroupilha:** a cidade é considerada o "Berço da Imigração Italiana no Estado do Rio Grande do Sul". As primeiras famílias de imigrantes chegaram em maio de 1875, no então chamado Nova Milano. Em 1902, foi elevado à categoria de 3º distrito de Caxias do Sul e, em 11 de dezembro de 1934, conquistou sua emancipação político-administrativa. É conhecida nacionalmente como a Capital da Malha, Moscatel e Kiwi. Tem um forte perfil econômico ligado à produção de uva. Segundo dados da Embrapa Uva e Vinho, o município se destaca pela produção de uvas moscatéis no estado do Rio Grande do Sul, chegando a produzir em 2019 40% da fruta no estado. No aspecto educacional, o município possui 27 escolas e atende aproximadamente 7.500 alunos na Educação Infantil e Ensino Fundamental, sendo destaque estadual no IDEB tanto para os anos iniciais quanto para os anos finais.

**Quadro 2 - Dados socioeconômicos e educacionais do município de Farroupilha**

Área [2021]	361,372km <sup>2</sup>
População estimada [2022]	<b>70.286</b>
Densidade Demográfica [2022]	194,51 hab/km <sup>2</sup>
Escolaridade 4 a 14 anos [2010]	98,50%
IDHM [2010]	0,777

<b>PIB <i>per capita</i> [2021]</b>	59.633,50
<b>Mortalidade Infantil [2022]</b>	7,26 p/mil
<b>COREDE</b>	Serra
<b>Associação de Municípios</b>	AMESNE
<b>FUNDEB [2023]</b>	<b>56.355.100,64</b>
<b>Ranking TCE (taxa de atendimento na EI – 2019)</b>	145 <sup>a</sup>
<b>Taxa de atendimento Ed. Infantil 2019 – TCE/RS</b>	73,09%
<b>Taxa de atendimento Creche 2019 – TCE/RS</b>	52,76%
<b>Taxa de atendimento pré- escola 2019 – TCE/RS</b>	116,12%
<b>IDEB Anos Iniciais - 2021</b>	7,1

**Fonte:** IBGE 2010, 2021, 2022 e 2023; Censo Escolar 2021; INEP 2021; Tesouro Nacional; Radiografia da Ed. Infantil 2010-2019 TCE-RS; DATASUS 2020. Portal Municipal: [www.farroupilha.rs.gov.br](http://www.farroupilha.rs.gov.br). **Elaboração:** da autora.

Farroupilha foi identificado como o segundo maior município da CRE em termos de número de habitantes. Essa informação foi publicada no site do Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Gestão e Governança do Estado do Rio Grande do Sul. Em 2021, o PIB do município foi de R\$ 4.398.447.441,00, de acordo com o quadro apresentado. No mesmo ano, o PIB *per capita* foi de R\$ 59.633,50, um valor muito próximo ao de Caxias do Sul.

**Nova Pádua:** a colonização da região teve início em 1886, com a chegada de imigrantes italianos do Vêneto, na Itália. No início de 1886, sete famílias do Vêneto chegaram ao Rio Grande do Sul para habitar a 16<sup>a</sup> Léguas do Campo dos Bugres, hoje Nova Pádua. Durante muito tempo, esteve ligada ao território de Flores da Cunha e, em 20 de março de 1992, teve sua criação decretada pelo então governador Alceu Collares. O município destaca-se pela produção de hortifrúti-granjeiros. Sua economia é baseada na agricultura familiar, com destaque para o cultivo da uva, pêsego, maçã, cebola, alho e a criação de aves. Em seu território, possui 27 vinícolas que, juntas, produzem mais de 5,5 milhões de litros de vinho por ano, o que tem fomentado seu potencial turístico. No campo educacional, até o ano de 2022, o município atendia somente a Educação Infantil, em duas escolas e aproximadamente 90 alunos da rede municipal de ensino. Através da criação de uma nova escola em 2023, o município passou a atender o ciclo de alfabetização (1<sup>o</sup> ao 3<sup>o</sup> ano) do Ensino Fundamental.

**Quadro 3 - Dados socioeconômicos e educacionais do município de Nova Pádua**

<b>Área [2021]</b>	102,641km <sup>2</sup>
<b>População estimada [2022]</b>	2.343
<b>Densidade Demográfica [2022]</b>	22,83 hab/km <sup>2</sup>
<b>Escolaridade 4 a 14 anos [2010]</b>	100%
<b>IDHM [2010]</b>	0,761

<b>PIB <i>per capita</i> [2021]</b>	29.098,98
<b>Mortalidade Infantil [2022]</b>	52,63 p/mil
<b>COREDE</b>	Serra
<b>Associação de Municípios</b>	AMESNE
<b>FUNDEB [2023]</b>	721.486,72
<b>Ranking TCE (taxa de atendimento na EI – 2019)</b>	337 <sup>a</sup>
<b>Taxa de atendimento Ed. Infantil 2019 – TCE/RS</b>	51,88%
<b>Taxa de atendimento Creche 2019 – TCE/RS</b>	35,96
<b>Taxa de atendimento pré- escola 2019 – TCE/RS</b>	84,09
<b>IDEB Anos Iniciais - 2021</b>	Não possui

**Fonte:** IBGE 2010, 2021, 2022 e 2023; Censo Escolar 2021; INEP 2021; Tesouro Nacional; Radiografia da Ed. Infantil 2010-2019 TCE-RS; DATASUS 2020. Portal municipal: [www.novapadua.rs.gov.br](http://www.novapadua.rs.gov.br) **Elaboração:** da autora.

Nova Pádua foi o menor município da CRE em número de habitantes e era relativamente novo, possuindo 32 anos de emancipação política-administrativa. De acordo com informações publicadas no site do Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Gestão e Governança do Estado do Rio Grande do Sul, em 2021, o PIB do município foi de R\$ 100.210.680,00, conforme quadro acima. Neste mesmo ano, o PIB *per capita* foi de R\$ 29.098,98.

**Nova Roma do Sul:** O município foi colonizado a partir de 1880 por imigrantes poloneses, suecos e russos. Em 1888, começaram a chegar italianos, que em alguns anos se tornaram a maioria da população. O território do atual município pertenceu ao município de Antônio Prado durante mais de um século, sendo que sua primeira administração municipal começou em 1º de janeiro de 1989. De acordo com o estudo "Perfil das Cidades Gaúchas", realizado pelo SEBRAE em 2020, os maiores empregadores do município são a indústria de transformação, comércio e serviços. O município também se destaca no turismo, possuindo inúmeros atrativos naturais. Em relação à educação, a rede municipal possui duas escolas que atendem aproximadamente 260 alunos da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental. Em 2023, o município expandiu o ensino fundamental e passou a atender o 6º ano do ensino fundamental.

**Quadro 4 - Dados socioeconômicos e educacionais do município de Nova Roma do Sul**

<b>Área [2021]</b>	149,158km <sup>2</sup>
<b>População estimada [2022]</b>	3.466
<b>Densidade Demográfica [2012]</b>	23,14 hab/km <sup>2</sup>
<b>Escolaridade 4 a 14 anos [2010]</b>	98,20%
<b>IDHM [2010]</b>	0,741
<b>PIB <i>per capita</i> [2021]</b>	45.232,13
<b>Mortalidade Infantil [2022]</b>	0

<b>COREDE</b>	Serra
<b>Associação de Municípios</b>	AMESNE
<b>FUNDEB [2023]</b>	R\$ 2.284.443,98
<b>Ranking TCE (taxa de atendimento na EI – 2019)</b>	314 <sup>a</sup>
<b>Taxa de atendimento Ed. Infantil 2019 – TCE/RS</b>	54,48%
<b>Taxa de atendimento Creche 2019 – TCE/RS</b>	40,16%
<b>Taxa de atendimento pré- escola 2019 – TCE/RS</b>	78,87%
<b>IDEB Anos Iniciais - 2021</b>	não possui

Fonte: IBGE 2010, 2021, 2022 e 2023; Censo Escolar 2021; INEP 2021; Tesouro Nacional; Radiografia da Ed. Infantil 2010-2019 TCE-RS; DATASUS 2020. Portal municipal: [www.novaromadosul.rs.gov.br](http://www.novaromadosul.rs.gov.br) **Elaboração:** da autora.

Nova Roma do Sul possui 3.466 habitantes, um município relativamente pequeno e jovem, com 36 anos de emancipação política-administrativa. De acordo com informações publicadas no site do Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Gestão e Governança do Estado do Rio Grande do Sul, em 2021 o PIB do município foi de R\$ 169.303.862,00, conforme quadro acima. Neste mesmo ano, o PIB *per capita* foi de R\$ 45.232,13.

**Antônio Prado:** O município de colonização italiana foi a sexta e última das chamadas "antigas colônias de imigração italiana". Foi fundada em maio de 1886 e emancipada em 11 de fevereiro de 1899. A cidade possui uma forte veia histórica, com mais de 40 edificações conservadas pelo patrimônio histórico. Segundo o estudo "Perfil das Cidades Gaúchas", realizado pelo SEBRAE em 2020, os setores que mais empregaram no município foram: indústria de transformação, construção civil, comércio, serviços e agropecuária. Com relação à rede de ensino, o município possui 5 escolas que atendem aproximadamente 900 alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental.

**Quadro 5 - Dados socioeconômicos e educacionais do município de Antônio Prado**

<b>Área [2021]</b>	348,143km <sup>2</sup>
<b>População estimada [2022]</b>	13.045
<b>Densidade Demográfica [2022]</b>	37,54hab/km <sup>2</sup>
<b>Escolaridade 4 a 14 anos [2010]</b>	98,60%
<b>IDHM [2010]</b>	0,758
<b>PIB <i>per capita</i> [2021]</b>	61.124,04
<b>Mortalidade Infantil [2022]</b>	0 p/mil
<b>COREDE</b>	Serra
<b>Associação de Municípios</b>	AMESNE
<b>FUNDEB [2023]</b>	R\$ 7.018.616,18
<b>Ranking TCE (taxa de atendimento na EI – 2019)</b>	141 <sup>a</sup>
<b>Taxa de atendimento Ed. Infantil 2019 – TCE/RS</b>	73,33%
<b>Taxa de atendimento Creche 2019 – TCE/RS</b>	56,26%

<b>Taxa de atendimento pré- escola 2019 – TCE/RS</b>	105,62%
<b>IDEB Anos Iniciais - 2021</b>	5,6

**Fonte:** IBGE 2010, 2021, 2022 e 2023; Censo Escolar 2021; INEP 2021; Tesouro Nacional; Radiografia da Ed. Infantil 2010-2019 TCE-RS; DATASUS 2020. Portal municipal: [www.antonioprado.rs.gov.br](http://www.antonioprado.rs.gov.br) **Elaboração:** da autora

De acordo com informações publicadas no site do Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Gestão e Governança do Estado do Rio Grande do Sul, em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) do município foi de R\$ 797.509.891,00. Conforme o quadro acima, nesse mesmo ano, o PIB *per capita* foi de R\$ 61.124,04.

**São Marcos:** a história de São Marcos teve início em 1864, quando Antônio Machado de Souza teve a ideia de abrir uma estrada que ligasse Montenegro a São Francisco de Paula. Ele se estabeleceu nos altos de São Francisco de Paula. Em 1883, chegaram os primeiros imigrantes e a povoação começou com os italianos em 1885, seguidos pelos poloneses. São Marcos pertenceu a São Francisco de Paula até 1921, quando foi anexado a Caxias do Sul. Emancipou-se em 9 de outubro de 1963.

De acordo com informações do site da Prefeitura Municipal, São Marcos é o 1º município do estado em rendimento médio de uva, o 2º maior produtor de alho e o 10º maior produtor de uva do Brasil, com 24 milhões de quilos. A cidade produz mais de 34 milhões de litros de vinhos, sucos e derivados. Além disso, é um importante polo econômico nas indústrias metalúrgica, moveleira, vitivinícola e dos transportes. Recentemente, tornou-se também a Capital Gaúcha dos Caminhoneiros, através do projeto de lei estadual 192/2015. Na área educacional, a rede municipal possui 9 escolas e atende aproximadamente 1800 alunos da educação infantil e do ensino fundamental.

**Quadro 6 - Dados socioeconômicos e educacionais do município de São Marcos**

<b>Área [2021]</b>	256,177km <sup>2</sup>
<b>População estimada [2022]</b>	21.084
<b>Densidade Demográfica [2022]</b>	82,31hab/km <sup>2</sup>
<b>Escolaridade 4 a 14 anos [2010]</b>	98,40%
<b>IDHM [2010]</b>	0,768
<b>PIB <i>per capita</i> [2021]</b>	52.647,06
<b>Mortalidade Infantil [2022]</b>	0 p/mil
<b>COREDE</b>	Serra
<b>Associação de Municípios</b>	AMESNE
<b>FUNDEB [2023]</b>	R\$ 13.331.379,57
<b>Ranking TCE (taxa de atendimento na EI – 2019)</b>	249 <sup>a</sup>
<b>Taxa de atendimento Ed. Infantil 2019 – TCE/RS</b>	62,03%
<b>Taxa de atendimento Creche 2019 – TCE/RS</b>	43,10%

<b>Taxa de atendimento pré- escola 2019 – TCE/RS</b>	95,95%
<b>IDEB Anos Iniciais - 2021</b>	6,3

**Fonte:** IBGE 2010, 2021, 2022 e 2023; Censo Escolar 2021; INEP 2021; Tesouro Nacional; Radiografia da Ed. Infantil 2010-2019 TCE-RS; DATASUS 2020. Portal municipal: [www.saomarcos.rs.gov.br](http://www.saomarcos.rs.gov.br) **Elaboração:** da autora.

De acordo com informações publicadas no site do Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Gestão e Governança do Estado do Rio Grande do Sul, em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) do município foi de R\$ 1.145.389.471,00, conforme quadro acima. Neste mesmo ano, o PIB *per capita* foi de R\$ 52.647,06.

**Flores da Cunha:** conforme o site de informações do município, desde 1994, Flores da Cunha ostenta o título de maior produtor de vinhos do país. De acordo com os dados mais recentes disponíveis (do Cadastro Vinícola do RS/Ibravin - SEAPPA/RS - Mapa), a produção local atingiu 101 milhões de quilos de uva e 120 milhões de litros de vinho no período de 2017/2018. A cidade é colonizada por italianos que chegaram em 1877, mas foi elevada à condição de município somente em 24/05/1924. Na área da educação, a rede municipal possui 11 escolas que atendem aproximadamente 2.700 alunos da educação infantil e do ensino fundamental.

**Quadro 7 – Dados socioeconômicos e educacionais do município de Flores da Cunha**

<b>Área [2021]</b>	276,231km <sup>2</sup>
<b>População estimada [2022]</b>	30.892
<b>Densidade Demográfica [2022]</b>	111,83hab/km <sup>2</sup>
<b>Escolaridade 4 a 14 anos [2010]</b>	97,40%
<b>IDHM [2010]</b>	0,754
<b>PIB <i>per capita</i> [2021]</b>	80.956,10
<b>Mortalidade Infantil [2022]</b>	7,77 p/mil
<b>COREDE</b>	Serra
<b>Associação de Municípios</b>	AMESNE
<b>FUNDEB [2023]</b>	R\$ 20.676.602,90
<b>Ranking TCE (taxa de atendimento na EI – 2019)</b>	269
<b>Taxa de atendimento Ed. Infantil 2019 – TCE/RS</b>	106,76
<b>Taxa de atendimento Creche 2019 – TCE/RS</b>	45,72
<b>Taxa de atendimento pré- escola 2019 – TCE/RS</b>	67,18
<b>IDEB Anos Iniciais - 2021</b>	6,9

**Fonte:** IBGE 2010, 2021, 2022 e 2023; Censo Escolar 2021; INEP 2021; Tesouro Nacional; Radiografia da Ed. Infantil 2010-2019 TCE-RS; DATASUS 2020. Portal municipal: [www.floresdacunha.rs.gov.br](http://www.floresdacunha.rs.gov.br) **Elaboração:** da autora.

De acordo com informações publicadas no site do Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Gestão e Governança do Estado do Rio Grande do Sul,

em 2021, o PIB do município foi de R\$ 2.538.135.666,00. Conforme o quadro acima, nesse mesmo ano, o PIB *per capita* foi de R\$ 80.956,10.

**Picada Café:** o município foi emancipado de Nova Petrópolis em 20 de março de 1992. Com uma colonização alemã, carrega consigo, além da arquitetura típica, inúmeras tradições vindas dos seus antepassados, como o segundo idioma oficial, a língua alemã, que era ensinado tanto nas escolas da rede municipal quanto na rede estadual. A economia é formada pela indústria calçadista, de móveis e pelo comércio de bens e serviços. A rede municipal de ensino é composta por 4 escolas e atende aproximadamente 600 alunos. Em 2021, o município foi destaque estadual no IDEB, alcançando a marca de 7,8 para os anos iniciais.

**Quadro 8** - Dados socioeconômicos e educacionais do município de Picada Café.

<b>Área [2021]</b>	84,280km <sup>2</sup>
<b>População estimada [2022]</b>	5.351
<b>Densidade Demográfica [2022]</b>	63,49hab/km <sup>2</sup>
<b>Escolaridade 4 a 14 anos [2010]</b>	99,30%
<b>IDHM [2010]</b>	0,758
<b>PIB <i>per capita</i> [2021]</b>	66.860,05
<b>Mortalidade Infantil [2022]</b>	0
<b>COREDE</b>	Hortênsias
<b>Associação de Municípios</b>	AMSERRA
<b>FUNDEB [2023]</b>	R\$ 5.850.551,97
<b>Ranking TCE (taxa de atendimento na EI – 2019)</b>	42 <sup>a</sup>
<b>Taxa de atendimento Ed. Infantil 2019 – TCE/RS</b>	94,02%
<b>Taxa de atendimento Creche 2019 – TCE/RS</b>	84,02%
<b>Taxa de atendimento pré- escola 2019 – TCE/RS</b>	112,15%
<b>IDEB Anos Iniciais - 2021</b>	7,8

**Fonte:** IBGE 2010, 2021, 2022 e 2023; Censo Escolar 2021; INEP 2021; Tesouro Nacional; Radiografia da Ed. Infantil 2010-2019 TCE-RS; DATASUS 2020. Portal municipal: [www.picadacafe.rs.gov.br](http://www.picadacafe.rs.gov.br) **Elaboração:** da autora.

Picada Café possui 5.351 mil habitantes, sendo um município relativamente pequeno. De acordo com informações publicadas no site do Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Gestão e Governança do Estado do Rio Grande do Sul, em 2021, o PIB do município foi de R\$ 386.451.117,00, conforme quadro acima. Neste mesmo ano, o PIB *per capita* foi de R\$ 66.860,05, uma renda significativa para o tamanho do município em comparação com municípios maiores e vizinhos, como Nova Petrópolis e Canela.

**Nova Petrópolis:** a cidade foi fundada em 7 de setembro de 1858 e tornou-se município em 22 de fevereiro de 1955. Possui uma colonização predominantemente

alemã. Dentro do seu acervo histórico, orgulhosamente carrega o título de Berço do Cooperativismo, fruto da criação da primeira cooperativa de crédito, a Caixa Rural, hoje conhecida como SICREDI Serrana, há 120 anos, pelo Padre Amstad. O município destaca-se pela produção de malhas, calçados e cooperativas agropecuárias tradicionais, como a Piá. Além disso, nos últimos anos, está se firmando como um destino turístico nacional. Quanto à educação, a rede municipal possui 13 escolas e atende aproximadamente 2400 alunos na educação infantil e ensino fundamental.

**Quadro 9** - Dados socioeconômicos e educacionais do município de Nova Petrópolis

Área [2021]	290,164km <sup>2</sup>
População estimada [2022]	23.300
Densidade Demográfica [2022]	80,30 hab/km <sup>2</sup>
Escolaridade 4 a 14 anos [2010]	98,80%
IDHM [2010]	0,78
PIB <i>per capita</i> [2021]	44.789,05
Mortalidade Infantil [2022]	8,16 p/mil
COREDE	Hortênsias
Associação de Municípios	AMSERRA
FUNDEB [2023]	R\$ 18.706.553,51
Ranking TCE (taxa de atendimento na EI – 2019)	14 <sup>a</sup>
Taxa de atendimento Ed. Infantil 2019 – TCE/RS	106,40%
Taxa de atendimento Creche 2019 – TCE/RS	92,36%
Taxa de atendimento pré- escola 2019 – TCE/RS	134,40%
IDEB Anos Iniciais - 2021	6,5

**Fonte:** IBGE 2010, 2021, 2022 e 2023; Censo Escolar 2021; INEP 2021; Tesouro Nacional; Radiografia da Ed. Infantil 2010-2019 TCE-RS; DATASUS 2020. Portal municipal: [www.novapetropolis.rs.gov.br](http://www.novapetropolis.rs.gov.br) **Elaboração:** da autora.

Nova Petrópolis possui 23.300 habitantes. De acordo com informações publicadas no site do Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Gestão e Governança do Estado do Rio Grande do Sul, em 2021, o PIB do município foi de R\$ 386.451.117,00, conforme quadro acima. Neste mesmo ano, o PIB *per capita* foi de R\$ 44.789,05.

**Gramado:** A cidade possui uma colonização alemã, italiana e portuguesa e foi emancipada em 15 de dezembro de 1954. A partir desse momento, construiu sua economia nas áreas de calçado, mobiliário, malhas e confecções, além de ter aproveitado todo o potencial turístico regional e se tornado uma referência mundial em destino turístico. Eventos consolidados como o Natal Luz atraem milhares de pessoas para a cidade. No final de 2018, o Programa Gramado Cidade Inteligente foi transformado na Lei Municipal 3704/2018, que cria no município um ambiente propício

para a implementação de vários projetos voltados à inovação. Na educação, o município possui 28 escolas e atende aproximadamente 5.500 estudantes na educação infantil e ensino fundamental.

**Quadro 10** - Dados socioeconômicos e educacionais do município de Gramado

Área [2021]	239,341km <sup>2</sup>
População estimada [2022]	40.134
Densidade Demográfica [2022]	167,69hab/km <sup>2</sup>
Escolaridade 4 a 14 anos [2010]	96,90%
IDHM [2010]	0,764
PIB <i>per capita</i> [2021]	72.103,34
Mortalidade Infantil [2022]	1,9 p/mil
COREDE	Hortênsias
Associação de Municípios	AMSERRA
FUNDEB [2023]	R\$ 39.937.677,38
Ranking TCE (taxa de atendimento na EI – 2019)	28 <sup>a</sup>
Taxa de atendimento Ed. Infantil 2019 – TCE/RS	100,59%
Taxa de atendimento Creche 2019 – TCE/RS	86,47%
Taxa de atendimento pré- escola 2019 – TCE/RS	126,84%
IDEB Anos Iniciais - 2021	6,2

Fonte: IBGE 2010, 2021, 2022 e 2023; Censo Escolar 2021; INEP 2021; Tesouro Nacional; Radiografia da Ed. Infantil 2010-2019 TCE-RS; DATASUS 2020. Portal municipal: [www.gramado.rs.gov.br](http://www.gramado.rs.gov.br) Elaboração: da autora.

Gramado é um destino turístico muito conhecido no Brasil e no exterior, possui 43.134 habitantes e a economia do município gira em torno do turismo. De acordo com informações publicadas no site do Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Gestão e Governança do Estado do Rio Grande do Sul, em 2021 o PIB do município foi de R\$ 386.451.117,00, conforme quadro acima. Neste mesmo ano, o PIB *per capita* foi de R\$ 72.103,34.

**Canela:** em 1º de janeiro de 1945, o município de Canela foi emancipado. Trata-se de um lugar deslumbrante, com belezas naturais assim como a cidade vizinha Gramado. Canela desponta para o turismo e é reconhecida nacionalmente pelos seus muitos atrativos e rede hoteleira. Atualmente, a rede municipal é composta por 24 escolas que atendem aproximadamente 4.300 alunos.

**Quadro 11** - Dados socioeconômicos e educacionais do município de Canela

Área [2021]	253,002km <sup>2</sup>
População estimada [2022]	48.946
Densidade Demográfica [2022]	193,46hab/km <sup>2</sup>
Escolaridade 4 a 14 anos [2010]	97,10%
IDHM [2010]	0,748

<b>PIB <i>per capita</i> [2021]</b>	34.711,89
<b>Mortalidade Infantil [2022]</b>	7,82 p/mil
<b>COREDE</b>	Hortênsias
<b>Associação de Municípios</b>	AMSERRA
<b>FUNDEB [2023]</b>	R\$ 43.090.904,31
<b>Ranking TCE (taxa de atendimento na EI – 2019)</b>	167 <sup>a</sup>
<b>Taxa de atendimento Ed. Infantil 2019 – TCE/RS</b>	70,29%
<b>Taxa de atendimento Creche 2019 – TCE/RS</b>	52,51%
<b>Taxa de atendimento pré- escola 2019 – TCE/RS</b>	103,27%
<b>IDEB Anos Iniciais - 2021</b>	5,4

**Fonte:** IBGE 2010, 2021, 2022 e 2023; Censo Escolar 2021; INEP 2021; Tesouro Nacional; Radiografia da Ed. Infantil 2010-2019 TCE-RS; DATASUS 2020. Portal municipal: [www.canela.rs.gov.br](http://www.canela.rs.gov.br) **Elaboração:** da autora.

Canela é outro destino turístico conhecido, tendo uma população de 48.946 habitantes. Segundo informações publicadas no site do Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Gestão e Governança do Estado do Rio Grande do Sul, em 2021 o PIB do município foi de R\$ 1.595.245.515,00, de acordo com o quadro acima. Neste mesmo ano, o PIB per capita foi de R\$ 34.711,89, podendo ser considerado relativamente baixo em comparação com o de Gramado, que é a cidade mais próxima. No entanto, a cidade não apresenta o mesmo movimento econômico que a vizinha.

**São Francisco de Paula:** a cidade foi fundada em 7 de janeiro de 1903. A área onde hoje se localiza o município de São Francisco de Paula era habitada pelos índios Caáguas, da tribo dos Coroados. Com a extinção desses índios, a região passou a ser utilizada como caminho dos tropeiros, que faziam a rota do Rio Grande do Sul a São Paulo. Ao longo do tempo, a região foi colonizada pelos tropeiros. O município destaca-se pela produção de legumes e pela indústria madeireira. A rede municipal de ensino é composta por 11 escolas, que atendem aproximadamente 1600 alunos da educação infantil e do ensino fundamental.

**Quadro 12** - Dados socioeconômicos e educacionais do município de São Francisco de Paula

<b>Área [2021]</b>	3.317,794km <sup>2</sup>
<b>População estimada [2022]</b>	21.893
<b>Densidade Demográfica [2022]</b>	6,6hab/km <sup>2</sup>
<b>Escolaridade 4 a 14 anos [2010]</b>	96,80%
<b>IDHM [2010]</b>	0,685
<b>PIB <i>per capita</i> [2021]</b>	46.934,89
<b>Mortalidade Infantil [2020]</b>	3,83 p/mil
<b>COREDE</b>	Hortênsias
<b>Associação de Municípios</b>	AMSERRA

<b>FUNDEB [2023]</b>	R\$ 12.225.961,75
<b>Ranking TCE (taxa de atendimento na EI – 2019)</b>	449 <sup>a</sup>
<b>Taxa de atendimento Ed. Infantil 2019 – TCE/RS</b>	39,46%
<b>Taxa de atendimento Creche 2019 – TCE/RS</b>	22,59%
<b>Taxa de atendimento pré- escola 2019 – TCE/RS</b>	72,07
<b>IDEB Anos Iniciais - 2021</b>	5,2

**Fonte:** IBGE 2010, 2021, 2022 e 2023; Censo Escolar 2021; INEP 2021; Tesouro Nacional; Radiografia da Ed. Infantil 2010-2019 TCE-RS; DATASUS 2020. Portal municipal:

[www.saofranciscodepaula.rs.gov.br](http://www.saofranciscodepaula.rs.gov.br)

**Elaboração:** da autora.

De acordo com as informações publicadas no site do Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Gestão e Governança do Estado do Rio Grande do Sul, em 2021, este município possuía 21.893 habitantes. O PIB do município foi de R\$ 1.026.512.936, conforme apresentado no quadro acima. No mesmo ano, o PIB *per capita* foi de R\$ 46.934,89.

**Cambará do Sul:** o município, localizado nos Campos de Cima da Serra, traz em suas raízes a presença de índios do grupo Jê e seus remanescentes Kaingang e Xocléns, que desapareceram com a chegada dos tropeiros e posterior colonização da região. Em 23 de dezembro de 1963, Cambará do Sul conquistou sua emancipação. Cambará do Sul é conhecida também como a "Terra dos Cânions". Além das baixas temperaturas, que eram constantes no inverno, tem atraído turistas de todo o Brasil para conhecer suas belezas naturais. A base econômica do município é formada por agricultura, agropecuária, apicultura, exploração de madeira e turismo. Na educação, a rede municipal possui 6 escolas que atendem aproximadamente 600 alunos da educação infantil e ensino fundamental.

**Quadro 13** - Dados socioeconômicos e educacionais do município de Cambará do Sul

<b>Área [2021]</b>	1.181.811km <sup>2</sup>
<b>População estimada [2022]</b>	6.361
<b>Densidade Demográfica [2022]</b>	5,38
<b>Escolaridade 4 a 14 anos [2010]</b>	96,4
<b>IDHM [2010]</b>	0,697
<b>PIB <i>per capita</i> [2021]</b>	38.003,51
<b>Mortalidade Infantil [2022]</b>	0
<b>COREDE</b>	Hortênsias
<b>Associação de Municípios</b>	AMSERRA
<b>FUNDEB [2023]</b>	R\$ 5.137.055,41
<b>Ranking TCE (taxa de atendimento na EI – 2019)</b>	272 <sup>a</sup>
<b>Taxa de atendimento Ed. Infantil 2019 – TCE/RS</b>	59,52%
<b>Taxa de atendimento Creche 2019 – TCE/RS</b>	50,75%
<b>Taxa de atendimento pré- escola 2019 – TCE/RS</b>	73,56%

<b>IDEB Anos Iniciais - 2021</b>	5,2
----------------------------------	-----

**Fonte:** IBGE 2010, 2021, 2022 e 2023; Censo Escolar 2021; INEP 2021; Tesouro Nacional; Radiografia da Ed. Infantil 2010-2019 TCE-RS; DATASUS 2020. Portal municipal: [www.cambaradosul.rs.gov.br](http://www.cambaradosul.rs.gov.br) **Elaboração:** da autora.

Este município possui 6.361 habitantes e está na lista dos municípios com até 7 mil habitantes da CRE. De acordo com informações publicadas no site do Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Gestão e Governança do Estado do Rio Grande do Sul, em 2021 o PIB do município foi de R\$ 242.576.377,00, conforme demonstrado no quadro acima; neste mesmo ano, o PIB *per capita* foi de R\$ 38.003,51.

**Jaquirana:** O território do município era ocupado pelos índios Kaingangs. No século XVII, com a chegada dos missionários jesuítas, iniciou-se a criação de gado. Bandeirantes e tropeiros foram responsáveis pela colonização do município, que foi emancipado em 08 de dezembro de 1937. A principal atividade econômica do município é a indústria madeireira. Em termos de educação, a rede municipal possui duas escolas e aproximadamente 500 alunos matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

**Quadro 14 - Dados socioeconômicos e educacionais do município de Jaquirana**

<b>Área [2021]</b>	908,879km <sup>2</sup>
<b>População estimada [2022]</b>	3.690
<b>Densidade Demográfica [2022]</b>	4,6hab/km <sup>2</sup>
<b>Escolaridade 4 a 14 anos [2010]</b>	96,10%
<b>IDHM [2010]</b>	0,614
<b>PIB per capita [2021]</b>	26.042,85
<b>Mortalidade Infantil [2020]</b>	0
<b>COREDE</b>	Hortênsias
<b>Associação de Municípios</b>	AMUCSER
<b>FUNDEB [2023]</b>	R\$ 3.422.408,51
<b>Ranking TCE (taxa de atendimento na EI – 2019)</b>	425 <sup>a</sup>
<b>Taxa de atendimento Ed. Infantil 2019 /TCE/RS</b>	44,20%
<b>Taxa de atendimento Creche 2019 – TCE/RS</b>	24,89%
<b>Taxa de atendimento pré- escola 2019 –TCE/RS</b>	78,36%
<b>IDEB Anos Iniciais - 2021</b>	não possui

**Fonte:** IBGE 2010, 2021, 2022 e 2023; Censo Escolar 2021; INEP 2021; Tesouro Nacional; Radiografia da Ed. Infantil 2010-2019 TCE-RS; DATASUS 2020. Portal municipal: [www.jaquirana.rs.gov.br](http://www.jaquirana.rs.gov.br) **Elaboração:** da autora.

Jaquirana possui 3.690 habitantes e está entre os menores da CRE, juntamente com Nova Pádua e Nova Roma do Sul. De acordo com informações publicadas no site do Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Gestão e Governança do Estado do Rio Grande do Sul, em 2021, o PIB do município foi de R\$ 94.040.729,00, conforme quadro acima. Neste mesmo ano, o PIB per capita foi de R\$ 26.042,85, o menor da coordenadoria.

Concluindo a análise dos dados gerais sobre educação, atendimento educacional, indicadores sociais e educacionais, bem como os aspectos econômicos relacionados, observa-se a necessidade de aprofundar o entendimento sobre como essas variáveis interagem e impactam mutuamente. Esse panorama inicial oferece uma base sólida para a investigação subsequente, orientando a escolha das abordagens metodológicas mais adequadas para explorar as questões levantadas. O próximo capítulo, portanto, será dedicado à descrição detalhada da metodologia empregada nesta pesquisa, justificando a seleção dos métodos de coleta e análise de dados, e explicando como essas técnicas permitem uma investigação rigorosa e sistemática das relações entre os indicadores apresentados e os fenômenos educacionais em estudo.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa é fundamental para a produção de conhecimento científico, proporcionando um embasamento coerente e confiável para a realização de estudos no contexto acadêmico. Existem dois tipos de pesquisa que são amplamente utilizados: pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa.

Ao delinear a forma como a pesquisa será realizada, é preciso verificar qual dos dois métodos será utilizado, a fim de entender qual deles melhor se encaixa no propósito a ser pesquisado ou uma combinação dos dois, nas pesquisas quanti-qualitativas. Com certeza, uma das principais dúvidas de qualquer pesquisador é a classificação que dará à sua pesquisa, seja ela quantitativa, baseada em números que sustentem seus argumentos, ou qualitativa, com um olhar mais atento às entrelinhas das informações levantadas e ao que elas têm a nos dizer (Silva, 2014).

A contraposição entre a pesquisa quantitativa e a pesquisa qualitativa pode levar o pesquisador a assumir uma postura tolerante às opções metodológicas de uma ou outra, ou ainda, a combinação de ambas poderia colaborar para revelar determinados fenômenos ou objetos de investigação. Como Pierre Bourdieu (2004) nos adverte:

[...] a pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a rigidez, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o rigor, e se ficar privado deste ou daquele recurso entre os vários que podem ser oferecidos pelo conjunto das tradições intelectuais da disciplina [...] (Bourdieu, 2004, p. 26)

Diante da polêmica que pode surgir no momento de escolher entre pesquisa quantitativa ou qualitativa, cabe dizer que o pesquisador precisa ter clareza do objetivo do que ele pesquisa, como nos aponta Minayo (1993):

Nenhuma das duas, [as abordagens], porém, é boa, no sentido de ser suficiente para a compreensão completa dessa realidade. Um bom método será sempre aquele, que permitindo uma construção correta dos dados, ajude a refletir sobre a dinâmica da teoria. Portanto, além de apropriado ao objeto da investigação e de oferecer elementos teóricos para a análise, o método tem que ser operacionalmente exequível. (Minayo, 1993, p.239)

Apesar de terem como objetivo principal a produção de conhecimento científico, a pesquisa quantitativa e a pesquisa qualitativa apresentam diferenças significativas. A pesquisa quantitativa é mais objetiva, utiliza técnicas estatísticas e busca estabelecer generalizações a partir de amostras representativas. Por outro lado, a

pesquisa qualitativa é menos formal, enfatiza a subjetividade dos participantes e busca uma compreensão mais profunda dos fenômenos estudados. Nesse contexto, conceituamos ambas as práticas, apontando os pontos de divergência e convergência entre essas abordagens.

A pesquisa quantitativa desempenha um papel fundamental na obtenção de dados objetivos, mensuráveis e confiáveis, permitindo a generalização dos resultados, análise estatística, comparação entre grupos e validação de hipóteses. De acordo com Alencar (2000):

a investigação científica, sob a perspectiva positivista, destaca a importância do teste de validade de uma hipótese pela experimentação. O objetivo maior da experimentação é medir ou quantificar a extensão pela qual uma relação causa-efeito existe. Os cientistas dessa concepção teórica acreditam que os métodos utilizados pelas ciências naturais podem ser aplicados aos estudos da vida social. A vida social seria, portanto, mensurável e quantificável tendo o pesquisador a sua disposição dados estatísticos (evidências empíricas) para explicar a realidade social. (Alencar, 2000, p. 61-63).

A mesma é caracterizada pelo emprego de métodos e técnicas estatísticas na coleta, análise e interpretação de dados. Seu principal objetivo é verificar fenômenos através de números e estabelecer relações causais, generalizáveis e replicáveis, levando em consideração que tudo pode ser mensurado e quantificado no contexto social Alencar (2000). Podemos citar como métodos de pesquisa quantitativa.

**Amostragem:** a seleção de uma amostra representativa da população é um procedimento crucial na pesquisa quantitativa. As técnicas de amostragem incluem amostragem aleatória simples, amostragem estratificada e amostragem por conglomerados.

**Instrumentos de coleta de dados:** a pesquisa quantitativa utiliza questionários, escalas de medida, entrevista estruturada e outras formas padronizadas de coleta de dados. Esses instrumentos visam mensurar variáveis específicas e facilitar a análise estatística.

**Análise estatística:** a análise dos dados coletados na pesquisa quantitativa é conduzida com o uso de técnicas estatísticas, como testes de hipóteses, regressão linear, análise de variância e análise de correlação. Essas análises permitem identificar padrões e relações entre as variáveis

A pesquisa quantitativa é fundamental na busca de informações precisas, pois permite a coleta de dados objetivos e mensuráveis, ao coletar dados de uma amostra

representativa da população-alvo, por exemplo, possibilita a generalização dos resultados para o contexto mais amplo.

[...] um movimento que enfatiza a ciência e o método científico (a física) como única fonte de conhecimento, estabelecendo forte distinção entre fatos e valores, e grande hostilidade com a religião e a metafísica. Insiste na existência de uma ordem natural com leis que a sociedade deve seguir. Além disso, a realidade não pode ser conhecida em sua totalidade; portanto, apenas se estudam dados individuais. (Richardson, 2011, p. 33)

Ao utilizar técnicas estatísticas para analisar os dados coletados, obteve-se resultados precisos e confiáveis, identificando os padrões, as tendências e as relações entre as variáveis de interesse. A pesquisa baseada em evidências concretas reduziu a influência de opiniões e interpretações subjetivas, tornando os resultados mais confiáveis. Além disso, foi útil para testar as hipóteses e verificar se as expectativas iniciais foram suportadas pelos dados coletados, contribuindo para o avanço do conhecimento e a tomada de decisões com base em evidências.

A pesquisa qualitativa é um método que busca compreender e interpretar as experiências e perspectivas dos participantes, em oposição à coleta de dados quantitativos. Ela é particularmente relevante para a pesquisa, uma vez que permite explorar um fenômeno de forma mais aprofundada. Os pesquisadores mergulham nas experiências dos participantes, obtendo uma compreensão mais detalhada de seus pontos de vista e percepções, possibilitando entender o contexto social, cultural e histórico em que os fenômenos ocorrem, analisando fatores contextuais influenciados pelas experiências e perspectivas dos participantes. Uma pesquisa qualitativa pode resultar em descobertas inovadoras e gerar novas teorias, permitindo que os pesquisadores investiguem os fenômenos de forma mais aberta e exploratória, revelando padrões e relações anteriormente desconhecidos. Para Paulilo (1999), a pesquisa qualitativa:

[...] trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos. A abordagem qualitativa é empregada, portanto, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna (Paulilo, 1999, p. 135).

Ela é indispensável para a compreensão aprofundada de fenômenos complexos e na exploração de significados e experiências subjetivas dos sujeitos envolvidos. Uwe Flick (2009), um renomado pesquisador na área da metodologia de pesquisa qualitativa, tem contribuído significativamente para o desenvolvimento

teórico e prático deste campo. Neste texto, abordamos a relevância e as orientações propostas por Flick sobre como conduzir a pesquisa qualitativa de forma eficaz.

De acordo com Flick (2009), a pesquisa qualitativa é valiosa porque possibilita a investigação detalhada das perspectivas dos sujeitos, capturando a complexidade e a diversidade dos fenômenos sociais. Através de abordagens como entrevistas semiestruturadas, observação participante e análise de conteúdo, os pesquisadores qualitativos podem acessar os significados atribuídos pelos participantes às suas experiências e contextos. Um dos principais pontos abordados por Flick (2009) é a necessidade de os pesquisadores compreenderem sua própria subjetividade e como ela afeta o processo de pesquisa. Reconhecer a influência do pesquisador é uma etapa crítica para manter a qualidade e objetividade do estudo qualitativo. A reflexividade constante permite aos pesquisadores reconhecerem suas próprias suposições, preconceitos e perspectivas, levando-os a questionar e analisar criticamente sua influência no processo de pesquisa.

Outra contribuição relevante de Flick (2009) para a pesquisa qualitativa é a ênfase na triangulação de dados e na validação dos resultados. A triangulação envolve o uso de diferentes fontes de dados e métodos de coleta e análise para garantir consistência e confiabilidade nos resultados. Isso permite uma compreensão mais rica e abrangente do fenômeno em estudo. A validação dos resultados, por sua vez, é realizada através da comparação dos achados com a realidade observada, usando as considerações dos participantes e revisões sistemáticas dos dados.

Ao abordar a metodologia da pesquisa qualitativa, Flick (2009) defende uma abordagem interativa e intuitiva, na qual as teorias e hipóteses emergem a partir dos dados coletados. Isso requer flexibilidade e disponibilidade para novas descobertas, permitindo que o pesquisador aprofunde sua compreensão do fenômeno estudado. A pesquisa qualitativa é um processo dinâmico que requer um diálogo constante com os dados empíricos, permitindo ajustes no percurso da pesquisa à medida que novas informações são reveladas.

Segundo Flick (2009), a pesquisa qualitativa desempenha um papel fundamental na investigação científica, permitindo uma compreensão aprofundada e contextualizada dos fenômenos sociais. Ao seguir as orientações propostas por Flick (2009), os pesquisadores podem conduzir estudos qualitativos rigorosos, reflexivos e significativos, contribuindo para o avanço do conhecimento nas diversas áreas do saber. Segundo ele, a pesquisa qualitativa é flexível e adaptável, o que possibilita aos

pesquisadores ajustar os procedimentos de coleta de dados e análise de acordo com as necessidades e o contexto da pesquisa. Isso garante que os pesquisadores possam explorar áreas de interesse emergentes e ajustar suas abordagens à medida que novas informações são obtidas, permitindo uma compreensão mais aprofundada e contextualizada dos fenômenos, gerando novas teorias, compreendendo o significado atribuído pelos participantes e flexibilizando o suficiente para se adaptar às necessidades da pesquisa.

Para Guarnica (1997), uma abordagem qualitativa:

[...] ganha novo significado, passando a ser concebido como uma trajetória circular em torno do que se deseja compreender, não se preocupando única e/ou aprioristicamente com princípios, leis e generalizações, mas voltando o olhar à qualidade, aos elementos que sejam significativos para o observador-investigador. Essa 'compreensão', por sua vez, não está ligada estritamente ao racional, mas é tida como uma capacidade própria do homem, imerso num contexto que constrói e do qual é parte ativa (Guarnica, 1997, p. 111)

Apesar das diferenças, a pesquisa quantitativa e a pesquisa qualitativa podem ser complementares e ajudar a compreender os fenômenos estudados. A combinação de ambos os métodos em uma abordagem mista, conhecida como pesquisa quanti-qualitativa, pode fornecer uma visão abrangente e holística de um determinado tema específico.

Segundo André (2013), o pesquisador precisa delinear o fio condutor do que se tem sobre o objeto pesquisado e as novas evidências descobertas. Para isso, é preciso dizer que não existe neutralidade na pesquisa, pois existe um "por que se investiga? E para o que se investiga?". Utilizamos nossas próprias experiências para avaliar, o que nos permite fazer juízo de valor sobre as situações e colocar nossas opiniões sobre elas e estas, por sua vez, serão externalizadas na escrita (André, 2013).

Neste contexto, situa-se a pesquisa "Os avanços e desafios para o alcance da Meta 1 dos Planos Municipais de Educação nos municípios de abrangência da 4ª Coordenadoria Regional de Educação" em uma abordagem quanti-qualitativa, pois pretendo trazer para o campo os dados e informações que estão expostos sobre o tema, e a partir deles, interpretá-los a fim de entender como os dados contribuem para o alcance da meta 1 e suas respectivas estratégias. Neste sentido, o grande desafio foi conciliar as duas abordagens de pesquisa, buscando dados tanto quantitativos quanto qualitativos na coleta de informações.

A conciliação dos métodos qualitativos e quantitativos em uma pesquisa é uma abordagem amplamente utilizada para obter uma compreensão mais completa e aprofundada do fenômeno estudado. Enquanto os métodos quantitativos se concentram na coleta e análise de dados numéricos, os métodos qualitativos buscam explorar e compreender as percepções, experiências e significados dos participantes, sendo necessária uma análise de conteúdo levando em consideração a intencionalidade da pesquisa e o arcabouço teórico (Silva e Fossa, 2015).

Uma forma de integrar esses métodos é através da triangulação, que envolve a combinação de diferentes fontes de dados e métodos de coleta para obter uma visão mais abrangente e confiável do fenômeno em questão (Silva e Fossa, 2015). Por exemplo, em uma pesquisa sobre satisfação do cliente em um determinado produto, podem-se utilizar métodos quantitativos, como questionários com escalas de classificação e análise estatística dos resultados, para obter dados quantificáveis sobre a satisfação geral. Ao mesmo tempo, métodos qualitativos, como entrevistas ou grupos focais, podem ser usados para explorar as razões por trás das respostas quantitativas, capturando percepções, opiniões e experiências dos clientes.

Outra forma de integrar os métodos qualitativos e quantitativos é por meio da complementaridade. Enquanto os métodos quantitativos fornecem uma visão abrangente e podem ser generalizados para uma população maior, os métodos qualitativos podem ajudar a entender as nuances e complexidades do fenômeno estudado (Silva e Fossa, 2015). Por exemplo, em um estudo sobre o impacto de um programa de intervenção educacional, os métodos quantitativos podem ser usados para medir o desempenho acadêmico dos alunos antes e depois da intervenção, enquanto os métodos qualitativos podem ser usados para explorar as experiências dos alunos, professores e pais em relação ao programa, identificando os fatores que contribuíram para o sucesso ou fracasso da intervenção.

Para a parte qualitativa da pesquisa, destaquei a coleta de dados com um questionário semiestruturado, que será o mais detalhado possível, para que não se perca nenhuma informação, retratando com veracidade as informações repassadas pelo respondente (André, 2013). Posteriormente, realizei a análise documental para o levantamento de dados, onde, a partir do que foi coletado, relacionei com os dados apresentados no questionário. Após a definição do método, foi necessário definir como analisar o conteúdo apresentado na pesquisa documental e questionário semi-estruturado.

A análise de conteúdo desempenha um papel fundamental na pesquisa acadêmica, permitindo a extração de informações significativas dos conjuntos de dados coletados. Existem várias técnicas e métodos disponíveis para a análise de dados, cada um com seus próprios objetivos e abordagens. A seguir, exploraremos algumas das principais técnicas de análise de conteúdo utilizadas na pesquisa, com ênfase na organização dos dados.

**Codificação de dados:** A codificação é uma técnica amplamente utilizada para organizar e categorizar os dados. Consiste em atribuir códigos ou etiquetas a partes específicas dos dados para facilitar a análise e a identificação de padrões. Segundo Patton (2002), a codificação é um processo-chave que envolve a atribuição de rótulos ou categorias aos segmentos de dados brutos [...] (Patton, 2002).

**Categorização:** A categorização envolve a classificação dos dados em categorias ou grupos com base em características ou propriedades comuns. Por exemplo, em uma pesquisa sobre preferências alimentares, os alimentos podem ser categorizados em grupos como carnes, vegetais, frutas, etc. Segundo Strauss e Corbin (1998), a categorização é um processo de organização dados em grupos com base em semelhanças detectadas entre as unidades codificadas.

**Matrizes:** As matrizes são uma forma organizada de exibir as relações entre diferentes variáveis ou categorias. Elas podem ser usadas para visualizar padrões e identificar associações entre os dados. Segundo Miles e Huberman (1994), as matrizes são úteis para organizar grandes quantidades de dados por meio de uma lógica simplificada e podem ajudar a identificar relacionamentos complexos.

Além das técnicas de organização de dados mencionadas acima, é importante considerar alguns pontos adicionais ao realizar a análise de dados:

**Validade e confiabilidade:** Segundo Milles e Huberman (1994) é essencial garantir que os dados coletados sejam válidos e confiáveis. Isso pode ser alcançado por meio de técnicas de amostragem adequadas, coleta de dados precisa e uso de métodos consistentes de análise.

**Contextualização:** Os dados devem sempre ser analisados e interpretados levando em consideração o contexto no qual foram coletados. Como afirmado por Guba e Lincoln (1994), os dados são construções sociais e não podem ser separados do contexto social, histórico e cultural no qual são produzidos.

**Reflexividade:** Segundo Guba e Lincoln (1994) os pesquisadores devem estar cientes de suas próprias influências e preconceitos ao analisar os dados.

Reflexividade envolve a reflexão crítica sobre o papel do pesquisador no processo de análise e sua influência nos resultados.

A codificação, categorização e o uso de matrizes são ferramentas valiosas para organizar e compreender os dados. É fundamental também considerar a validade e confiabilidade dos dados, contextualizá-los adequadamente e estar consciente de nossas próprias influências como pesquisadores.

Para a análise de conteúdo desta dissertação, utilizei as técnicas baseadas na abordagem desenvolvida por Laurence Bardin. Suas contribuições teóricas ajudaram-me a compreender as etapas e os procedimentos fundamentais para uma análise eficaz e significativa dos dados coletados tanto na pesquisa documental, quanto no questionários semi-estruturado.

A técnica da análise de conteúdo tem ganhado popularidade entre os pesquisadores. No entanto, alguns utilizam de forma errônea a técnica de Bardin (1977). Os dados coletados no método qualitativo precisam ser analisados de forma diferente dos dados coletados no método quantitativo. Ela analisa o que foi falado na entrevista e/ou observado pelos pesquisadores e classifica essas percepções em categorias (Silva e Fossa, 2015). Embora conhecida desde meados de 1915 com Laswell, foi a partir de Bardin (1977) que ela ganhou destaque e despertou o interesse de pesquisadores. A análise de conteúdo tem uma vertente social, pois pretendia, através de suas interpretações, produzir consequências no contexto social em que está inserida esta pesquisa (Bauer e Gaskell, 2002).

A análise de conteúdo é uma abordagem de pesquisa que busca identificar e analisar os padrões e significados presentes em um determinado texto ou conjunto de textos. Laurence Bardin, no livro "Análise de conteúdo" (1977), é uma das principais referências nesta área. A autora destaca a importância da análise de conteúdo como um método objetivo e sistemático de interpretação de dados qualitativos. Ela enfatiza a necessidade de aplicar rigor e critérios metodológicos na análise, a fim de evitar interpretações subjetivas e arbitrárias. Embora a técnica desenvolvida por Bardin (1977) tenha se desenvolvido ao longo dos anos, é preciso estar atento ao objetivo que se está pesquisando e aos procedimentos metodológicos. No momento da coleta, recebem-se muitas informações, então é necessário categorizar essas informações, organizar e sistematizar para ter clareza do que é compatível com o objeto pesquisado e poderá compor a pesquisa (Oliveira, 2008).

Bardin (1977) propõe uma série de etapas para a realização da análise de conteúdo, que envolvem: pré-análise, exploração do material, organização dos dados, codificação e categorização dos conteúdos, além da interpretação. A autora ainda ressalta a importância de estabelecer critérios claros e objetivos para a análise, a fim de garantir a validade e a consistência dos resultados. Ela traz uma abordagem flexível, que permite a adaptação de acordo com o objeto de estudo e os objetivos da pesquisa. Laurence Bardin (1977) desenvolveu uma abordagem sistemática e estruturada para a análise de dados qualitativos.

A análise de conteúdo está em constante aperfeiçoamento. É um conjunto de instrumentos metodológicos que nos permite interpretar os dados coletados (Silva e Fossa, 2015). A técnica de Bardin (1977) é dividida em três etapas: 1 - pré-análise, 2 - exploração do material e 3 – tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A primeira etapa é a **pré-análise**, que prevê a leitura flutuante do material, escolha e organização do material para definir o *corpus* da pesquisa, formulação de hipóteses e sistematização das primeiras interpretações do material através de indicadores (Silva e Fossa, 2015). Segundo Bardin (1977) para se organizar todo o conteúdo que foi coletado é preciso seguir as seguintes regras: exaustividade para não deixar nenhum elemento fora da pesquisa; representatividade para efetivar uma amostra que represente o universo inicial; homogeneidade nos documentos selecionados e pertinência que significa verificar que os documentos analisados possuem relação com o objeto pesquisado.

**Exploração do material:** nesta etapa, os dados são explorados profundamente para identificar temas, padrões e relações entre diferentes elementos. Bardin (1997) enfatiza a importância da imersão e da análise atenta do material para capturar nuances e significados ocultos. O uso de técnicas como a codificação aberta e a elaboração de mapas conceituais é útil nesse processo, ela consiste em classificar por categorias ou temáticas o que foi organizado anteriormente, nesta fase tudo o que foi coletado para ser registrado de forma sistematizada em palavras, frases e parágrafos, Bardin (1997) recomenda agrupar os dados relevantes em subconjuntos coerentes e representativos. A criação de tabelas, gráficos ou matrizes pode facilitar a visualização e a compreensão dos resultados, buscando compreender não somente o que está posto na coleta, mas também as entrelinhas que essas respostas podem significar (Silva e Fossa, 2015).

**Tratamento dos resultados, inferência e interpretação:** A última etapa envolve a interpretação dos resultados e a elaboração de conclusões significativas. Bardin destaca a importância de conectar os achados à teoria e ao contexto em que o estudo foi realizado, segundo o autor os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (falantes) e válidos. (Bardin, 1977). Além disso, é essencial considerar a validade e a confiabilidade dos resultados obtidos.

As técnicas de análise de dados proporcionam uma estrutura clara e consistente para a análise de dados qualitativos, permitindo aos pesquisadores extrair percepções e desenvolver teorias fundamentadas. No entanto, é importante ressaltar que a abordagem de Bardin não é um método único e rígido, mas sim uma estrutura flexível que pode ser adaptada de acordo com as necessidades e características específicas de cada estudo. Cada etapa do processo requer reflexão crítica e a aplicação cuidadosa das técnicas adequadas (Bardin, 1997).

As técnicas de análise de dados baseadas na abordagem de Laurence Bardin oferecem uma metodologia estruturada e efetiva para pesquisadores que desejam analisar dados qualitativos de forma sistemática. Através das etapas de pré-análise, exploração do material, tratamento dos dados e interpretação final, os pesquisadores podem obter uma compreensão mais profunda e significativa dos dados coletados.

O objeto de estudo demanda um cuidado ético-moral no ato da pesquisa e, mais adiante, na divulgação dos resultados, por isso o pesquisador precisa ter compromisso com a verdade e respeito às pessoas que nele confiaram (André, 2013). Alguns cuidados precisam ser balizados: o consentimento dos participantes da pesquisa e a preservação da identidade do participante (André, 2013).

Como primeiro passo, foi realizada uma pesquisa prévia dos dados oficiais disponíveis, levantamento de documentos e relatórios publicados e, em seguida, foram compiladas informações que serviram para construir o apêndice A. Para tanto, foram levantados dados em diferentes fontes, sendo elas: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Censo Escolar; Instituto Nacional de Pesquisas e Estatísticas (INEP) 2021; Tesouro Nacional; Radiografia da Educação Infantil 2010-2019 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS); Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e portais municipais.

Utilizando como balizador o Guia para Integridade em Pesquisa Científica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS-2020), que traz preceitos

fundamentais para o bom andamento da pesquisa, segui uma série de procedimentos para coleta de dados.

Realizamos a coleta de dados através do estudo documental do Plano Municipal de Educação de cada município, com o objetivo de identificar se havia semelhança nas estratégias dos PMEs com as estratégias do Plano Nacional de Educação.

Contatamos os 14 municípios da região da 4ª Coordenadoria Regional de Educação, convidando-os a participar da pesquisa e solicitando a assinatura do Termo de Consentimento Institucional (Apêndices H, I e J), a fim de ter acesso aos relatórios e estudar os documentos relacionados ao Plano Municipal de Educação e à política de Educação Infantil.

A partir do consentimento para participar da pesquisa, enviamos o formulário com perguntas semiestruturadas às pessoas indicadas pelas instituições, para que fosse assinado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Apêndice G) dos participantes.

Nesta pesquisa, não fizemos uso de gravação de voz ou imagem. Os questionários serão online e o link será enviado diretamente para o e-mail pessoal da pessoa indicada para responder à pesquisa. Após o encerramento do prazo de preenchimento do questionário, as informações ficaram armazenadas no Drive pessoal da pesquisadora responsável e armazenadas pelo prazo de 5 anos.

A coleta de dados se deu através da busca de documentos institucionais nos portais municipais, os quais foram analisados ainda na fase inicial da pesquisa e posteriormente transcritos nesta dissertação; busca de dados em portais oficiais que foram utilizados para caracterizar os municípios e elaborar os gráficos que compuseram a categorização; posterior à aprovação do projeto no CEPE/UFRGS, foi realizada a coleta de informações através de questionário online do Google Forms, com perguntas abertas e fechadas, conforme apêndice C. Foram enviados e-mails para 42 representantes institucionais com links de acesso aos questionários, contemplando os três segmentos responsáveis pelo monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação: secretaria municipal de educação, conselho municipal de educação e fórum municipal de educação. Na devolutiva dos questionários, obtivemos 24 retornos, conforme quadro abaixo:

**Quadro 15** - Retorno aos questionários por município

Município	SME	CME	FME	Disponibiliza relatório
Caxias do Sul	X	X	X	
Farroupilha	X	-	-	
Canela	X	X	X	X
Gramado	X	X	-	
Flores da Cunha	X	X	não possui	X
Nova Petrópolis	X	-	-	X
São Francisco de Paula	X	X	não possui	X
São Marcos	X	X	X	
Antônio Prado	não aderiu à pesquisa			
Cambará do Sul	X	X	-	
Picada Café	X	-	-	
Jaquirana	não aderiu à pesquisa			
Nova Roma do Sul	X	-	-	X
Nova Pádua	X	X	X	X

**Fonte:** a autora.

No quadro número 15, podemos observar que apenas quatro municípios da amostra tiveram retorno dos questionários para as três instâncias consultadas (destaque em azul). Dos 14 municípios que receberam os questionários, em Antônio Prado e Jaquirana, a secretaria municipal de educação não respondeu a nenhuma tentativa de contato, não respondeu à pesquisa enviada por e-mail e não enviou informações sobre os demais segmentos.

Em relação aos demais municípios, o índice de resposta por parte das secretarias municipais foi suficiente, pois foram 12 respostas. Dos questionários destinados aos conselhos municipais de educação, obtivemos um total de nove retornos. Já em relação aos questionários destinados aos fóruns municipais de educação, a quantidade de retornos foi apenas quatro, sendo que dois municípios ainda não têm fóruns constituídos: São Francisco de Paula e Flores da Cunha. Nestes municípios, o Conselho Municipal de Educação também atua fazendo a função de Fórum, segundo relato das respectivas secretarias de educação, que justificaram dizendo que em municípios pequenos há dificuldade em encontrar pessoas

disponíveis para compor essas instâncias, sendo sempre as mesmas que estão à frente dessas atividades.

Dos 12 municípios que responderam algum questionário, seis deles disponibilizaram relatórios de monitoramento e/ou avaliação: São Francisco de Paula, Canela, Nova Pádua, Nova Roma do Sul, Nova Petrópolis e Flores da Cunha (destaque em verde). É importante destacar que, para todos os seis casos, foi disponibilizado um relatório. Ao examinar os relatórios, perceberam-se duas situações que comentaremos aqui antes de aprofundar a análise do material recebido. Observou-se que a postagem dos documentos de monitoramento e/ou avaliação ocorreu por parte das seis secretarias municipais. A segunda observação refere-se ao fato de que os relatórios foram assinados em conjunto pelas instâncias envolvidas. No capítulo específico, esses dados serão retomados.

A seguir alguns cuidados que foram adotados com as/os participantes da pesquisa no ambiente virtual de acordo com o Ofício Circular n.º 2/2021/CONEP/SECNS/MS:

- ✓ Inicialmente para coleta de dados qualitativos foi realizado contato telefônico institucional para obtenção do e-mail para o qual foi enviado o convite.
- ✓ O convite para participação na pesquisa foi feito com a utilização de listas que não permitia a identificação dos convidados nem a visualização dos seus dados de contato (e-mail, telefone, etc.) por terceiros;
- ✓ O convite individual enviado por e-mail apenas um remetente e um destinatário, ou foi enviado na forma de lista oculta, conforme Apêndice C;
- ✓ No convite enviado para o e-mail individual constou o link de acesso ao formulário disponibilizado via Google Forms.
- ✓ O convite individual deixou claro ao participante da pesquisa, que antes de responder às perguntas disponibilizadas no ambiente virtual (questionário/formulário), foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;
- ✓ Em razão da coleta de dados ocorrer em ambiente virtual, foi enfatizada a importância da(o) participante da pesquisa guardar em seus arquivos uma cópia do documento eletrônico;

- ✓ Caso algum dos participantes solicitasse ou tivesse dificuldade no preenchimento do formulário on-line via Google Forms, o mesmo foi enviado em formato word por e-mail;
- ✓ Foi garantido ao participante da pesquisa o direito de não responder qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal, podendo também se retirar da pesquisa a qualquer momento;
- ✓ Nas perguntas obrigatórias constou no TCLE o direito do participante de não responder à pergunta;
- ✓ Foi garantido ao participante da pesquisa o direito de acesso ao teor do conteúdo do instrumento (tópicos que serão abordados) antes de responder as perguntas, para uma tomada de decisão informada;
- ✓ O participante da pesquisa teve acesso às perguntas somente depois que tenha dado o seu consentimento.

Foi de inteira responsabilidade do pesquisador responsável conhecer a política de privacidade da ferramenta utilizada para a coleta de informações pessoais, inclusive por meio de robôs, bem como o risco de compartilhamento dessas informações com parceiros comerciais, visando assegurar os aspectos éticos.

Em todos os momentos, ficou claro ao participante da pesquisa, por meio do convite, que o consentimento era previamente apresentado e, caso concordasse em participar, seria considerado anuência ao responder ao questionário/formulário da pesquisa.

Ao encerrar a seção Metodologia, é importante lembrar que um desenho de pesquisa bem pensado é a base para um estudo bem-sucedido. Segundo Gerhardt e Silveira (2009), a escolha de métodos e técnicas deve ser cuidadosamente justificada e alinhada às questões de pesquisa. Assim, os pesquisadores devem estar atentos aos aspectos epistemológicos do caminho escolhido, garantindo a adequação e a criatividade na aplicação de métodos e ferramentas. Além disso, conforme destacado pelos autores, o entendimento aprofundado do processo de pesquisa e a execução adequada das etapas metodológicas são imperativas para a confiabilidade e validade do estudo.

## 4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo, abordarei o referencial teórico que embasou este trabalho, a partir da literatura de outros autores sobre o que apresentamos aqui, a partir de uma organização em três seções. Na primeira, tratarei das políticas públicas e dos planos municipais de educação; na segunda, monitoramento e a avaliação da educação infantil; e na terceira, estado da questão que auxiliou na construção desta pesquisa.

### 4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E PLANOS DE EDUCAÇÃO – RELAÇÃO ENTRE O PNE E OS PMES

A palavra POLÍTICA tem vários sentidos: polity, voltado às políticas públicas; politics, os processos da política pública; e policy, o conteúdo das mesmas (Rua, 1997). Mas, afinal, o que são políticas públicas? São programas e ações criados a partir de um propósito, que é melhorar, deixar em pé de igualdade os cidadãos que vivem em sociedade. A política pública tem a ver com a mudança social, através de um contexto de decisões tomadas pelos agentes públicos envolvidos no processo, e esses têm papel fundamental na criação, implementação e avaliação das ações para que estas realizem a transformação social a que se propõem como afirma Dowbor (2003):

De forma geral, buscamos hoje articular o Estado, o mundo empresarial e a sociedade civil, visando um desenvolvimento que seja socialmente justo, economicamente viável, e sustentável em termos ambientais. Nesta visão de articulações sociais, não podemos esquecer que a sociedade civil constitui o objetivo final das nossas atividades: quem terá, ou deixará de ter, qualidade de vida, é a sociedade, e as pessoas físicas que a constituem, e não o “Estado” ou a pessoa jurídica como a “empresa”. O Estado e a empresa, por importantes que sejam, constituem meio. Inclusive, é da participação informada da sociedade que depende em grande parte o bom funcionamento tanto do Estado como das empresas. (Dowbor, 2003, p. 8)

Para Rua (1997), a política pública é formada por muitos elementos que auxiliam na elaboração de conceitos para sua aplicabilidade. O primeiro elemento é o processo, que destaca as ações envolvidas nessa política. O segundo elemento é a finalidade, qual o objetivo para o qual ela foi criada. O terceiro elemento é a substância, que são os valores, ideias e visões relacionados ao programa a ser criado e seus usuários. O quarto elemento é a dinâmica, que se refere ao formato da

implementação. E, por fim, o quinto elemento é a consequência, que nada mais é do que o resultado esperado dessa política pública.

Em suma, segundo a autora, as políticas são o resultado do que os estudiosos e agentes públicos pensam e querem a respeito de uma determinada demanda. Porém, esse pensar e querer precisa levar em consideração o pensar e querer dos agentes usuários das políticas públicas. Neste processo, muitas negociações e confrontos de interesses acontecem tanto na área corporativa quanto no executivo.

No campo das políticas públicas, é importante destacar o processo de construção de um Plano Nacional de Educação que seja elaborado levando em conta a realidade local, com metas e estratégias adequadas e que reflita as necessidades do país, estado ou município ao qual está vinculado. Segundo Cury (1998), um plano pode ser entendido como:

[...] um programa de realizações para ser cumprido e executado em um certo período (definição cronológica), dentro de objetivos a serem atingidos e para os quais se pleiteiam os meios, inclusive pecuniários, necessários para a implementação adequada. (Cury, 1988, p.164)

No Art. 214 da Constituição Federal de 1988 consta a importância do planejamento no campo educacional, essa premissa é reforçada na Ldben de 1996, art. 9º, I, que atribui à União o dever de elaborar o Plano Nacional de Educação, mesma legislação que estabeleceu o recorte temporal de 10 anos para efetivação das metas e diretrizes do PNE. De forma pioneira, no ano de 2001, passou a vigorar a Lei nº 10.172, um Plano Nacional de Educação para o decênio seguinte.

Ao longo do tempo o Plano Nacional/Estadual/Municipal foi e será alvo de avaliação constante, essa premissa está explícita na Lei 13.005/2014, art. 5º, que diz:

§2º a cada 2 (dois) anos, ao longo do período de vigência deste PNE, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP publicará estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo desta Lei, com informações organizadas por ente federado e consolidadas em âmbito nacional, tendo como referência os estudos e as pesquisas de que trata o art. 4º, sem prejuízo de outras fontes e informações relevantes. (Brasil, 2014)

Na vigência do atual PNE, o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) emitiu relatórios de monitoramento das metas e estratégias do PNE nos anos de 2016, 2018, 2020 e 2022. Nessa linha, os demais entes federados deveriam ter realizado seu monitoramento. De posse do material disponibilizado, deveriam realizar avaliações constantes de seus planos de educação. Um dos

objetivos desta pesquisa foi identificar se os municípios em questão, os de abrangência da 4ª Coordenadoria Regional de Educação de Caxias do Sul, realizaram o monitoramento e avaliações periódicas de seus Planos Municipais de Educação. Além disso, buscou-se verificar se esse processo ocasionou avanços para a implementação das políticas públicas ligadas à Educação Infantil, bem como apontar quais foram os desafios desse período.

Outro importante marco para que o processo de monitoramento e avaliação dos planos acontecesse de forma eficiente e eficaz é o disposto na Lei 13.005/2014, no art. 6º:

A União promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências nacionais de educação até o final do decênio, precedidas de conferências distrital, municipais e estaduais, articuladas e coordenadas pelo Fórum Nacional de Educação, instituído nesta Lei, no âmbito do Ministério da Educação. (Brasil, 2014)

É de conhecimento que a mola propulsora para a construção do Plano Nacional de Educação (2014-2024) foi a Conferência Nacional de Educação de 2010. Antes mesmo de acontecer a conferência, que mobilizou a sociedade em 2009, já se buscava a construção de um documento referência que estivesse condizente e representasse de fato aos anseios da sociedade como um todo.

A articulação dos diversos movimentos ligados à educação, além de uma parcela significativa de educadores, contribuiu para a realização da CONAE. Um grande fator que impulsionou essa articulação foi a não efetivação das propostas do antigo Plano Nacional de Educação 2001-2010. Isso afetava estados e municípios, onde os Planos Municipais de Educação eram apenas "planos de gaveta", muitas vezes elaborados por empresas, sem a participação efetiva da comunidade e que não retratavam a realidade e as necessidades da educação municipal. Para Dermeval Saviani (2014):

[...] é preciso frisar que essas mudanças não tem a ver, como propriedade, com a vigência do Plano Nacional de Educação. Para o autor o PNE (2001-2010) não passou de meras intenções “e a lei que institui permaneceu letra morta, sem nenhum influxo nas medidas de política educacional e na vida das instituições escolares” (Saviani, 2014, p.97).

O movimento de elaboração/atualização dos Planos de Educação, conforme consta na página 05 do Documento Orientador da CONAE – 2010 iniciou antes, “[...] durante a Conferência nacional da Educação básica, realizada em 2008, o Ministério da Educação assumiu o compromisso constitucional de organizar a Conferência Nacional de Educação”.

Com a CONAE, tivemos um divisor de águas na educação, onde um grande movimento de debate e análise da educação começou a acontecer em todo o Brasil. Foi criado um espaço democrático de direito que construiu diretrizes para a educação nacional, a partir do seu tema central "Construindo o Sistema Nacional de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação". Esse movimento desencadeou um processo que resultou na Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, popularmente conhecida como a Lei do Plano.

A CONAE está diretamente relacionada ao Plano Nacional de Educação (PNE), o qual é uma lei que estabelece metas e estratégias para a educação brasileira em um período de dez anos. A cada edição da conferência, são discutidas e aprimoradas as propostas para serem incorporadas ao PNE. É uma oportunidade para que educadores, gestores, estudantes e a sociedade civil organizada possam contribuir para a construção de uma educação mais inclusiva e de qualidade.

Após a promulgação do Plano Nacional de Educação, os estados e municípios enfrentaram o grande desafio de elaborar seus Planos, com metas e estratégias para todos as etapas e modalidades (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino profissional), incluindo nessa discussão as redes públicas e privadas. Esperava-se que os planos não fossem uma cópia fiel ou muito semelhante ao texto base, mas sim que contivessem um diagnóstico que considerasse as prioridades e necessidades de cada região, de acordo com o Documento Orientador para a Elaboração do Plano Municipal de Educação:

[...] um documento de estratégias e políticas de educação que inclua a intenção de uma constante avaliação, à Luz da Constituição Federal e Lei Orgânica do Município, observando os princípios estabelecidos na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, interagindo com as metas definidas no Plano Nacional de Educação – Lei nº 10.172/2001, e Plano Estadual de Educação (MEC, 2005, p.25).

Porém, na prática, alguns municípios não conseguiram atingir esse patamar de reflexão, preparo técnico-administrativo e de mobilização da sociedade, a fim de desconstruir um plano que estivesse de acordo com o proposto. A necessidade de monitoramento e avaliação constante dos planos ficou estabelecida pelo próprio Ente ao sancionar a Lei, fato este que demanda tempo, dedicação e um olhar atento por parte dos gestores de educação. Outro fator de relevância é que esse monitoramento é acompanhado por vários órgãos reguladores, entre eles o Ministério Público e o

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TRE-RS). Em se tratando do Plano Municipal de Educação, segundo Bordignon (2009):

O plano municipal de educação é o instrumento de gestão para tornar efetiva a cidadania e a sociedade preconizada nas bases e diretrizes do Sistema Municipal de Educação. Quando um município não tem plano fica à mercê das ações episódicas que, mesmo planejadas caso a caso, representam improvisações. Sem plano não há visão de Estado nas ações, não há caminho a percorrer, mas apenas ao saber das circunstâncias de cada Governo. (Bordignon, 2009, p 92)

Essa mesma colocação é válida para os entes que não construíram um Plano de Educação condizente com a sua realidade educacional, não estabeleceram metas adequadas nem estratégias a serem seguidas. As ações ficam desencontradas e muito difíceis de serem monitoradas, seja na esfera federal, estadual ou municipal. Se não há uma visão do todo e sim fragmentos, estes precisam ser ligados posteriormente.

A partir do início dos ciclos de monitoramento, no biênio 2014-2016, os municípios passaram a sentir dificuldades para mensurar os dados. Isso se deve, em grande parte, à falta de indicadores mais atuais, especialmente para o Censo Demográfico do IBGE (INEP, 2010). Igualmente, foi difícil concretizar as estratégias propostas em suas leis do PNE, especialmente nos anos de 2020 e 2021.

Iniciou-se um movimento federativo de assessoria para auxiliar os municípios neste sentido por parte do Governo Federal, porém bastante tímido para a complexidade do tema. Com a pandemia do COVID-19 iniciada em 2020 e que se estendeu nos anos de 2021 e uma parte de 2022, houve uma nova realidade educacional, que causou mais turbulência nos municípios, os quais precisaram intensificar esforços para alcançar indicadores como: "50% da população em idade de creche matriculada até o final da vigência do PME", conforme indicado na Meta 01 do PNE. Devido ao contexto, muitos pais preferiram não matricular seus filhos, pela não obrigatoriedade de matrícula escolar nesta idade para não os expor à contaminação do vírus.

Essa turbulência foi comum para Estados e municípios que também precisam "universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de seis a 14 anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE", conforme Meta 02 do PNE. Estudos comprovam altas taxas de abandono e evasão escolar,

além da distorção idade-série, problemas frequentes e agora mais acentuados pela pandemia.

Segundo dados compilados em "Enfrentamento da cultura do fracasso escolar", realizado pelo Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para Infância (UNICEF), no censo escolar de 2019, houve registro de mais de 27,7 milhões de matrículas na Educação Básica das redes públicas e municipais. Dessas, 2,1 milhões de alunos foram reprovados e mais de 620 mil estudantes abandonaram a escola nos anos finais do Ensino Fundamental e Médio.

Ao delinear esta dissertação, busquei identificar, além de como se deu a efetivação da Meta 1, quais foram as dificuldades que os municípios encontraram para monitorar e avaliar os planos municipais de educação. Além disso, também procurei identificar quais metas e estratégias estão relacionadas ao acesso, qualidade e equidade.

Dentre as metas propostas pelos Planos de Educação, a primeira diz respeito à Educação Infantil, suas premissas, necessidades e estratégias que supram a necessidade da oferta, permanência, qualidade e equidade para esta etapa tão importante da vida escolar das nossas crianças. A meta 01 do Plano Nacional de Educação (PNE) estabeleceu a universalização dessa etapa da educação básica até o final de 2016. Durante a CONAE 2014, a importância da educação infantil foi ressaltada, com a afirmação de que "a criança que frequenta a educação infantil tem mais chances de sucesso na vida escolar e profissional" (Brasil, 2006).

Além da universalização da educação infantil, as CONAE também discutem políticas públicas para garantir o acesso, a permanência, a equidade e a qualidade na educação em todas as etapas e modalidades. Como afirmou a então ministra da Educação, Maria do Rosário, durante a CONAE 2010, "[...] o desafio é fazer com que todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos tenham acesso à educação, permaneçam na escola e tenham uma educação de qualidade" (Brasil, 2010).

Em 2022, ocorreu a 4ª Conferência Nacional de Educação, cujo tema era Inclusão, Qualidade e Equidade: compromisso com a educação brasileira. Trata-se de um tema excelente e muito significativo. No entanto, não recebeu a divulgação e mobilização necessárias, em comparação com a CONAE de 2018, que foi um momento marcante de participação popular. Com o objetivo de mobilizar a sociedade para refletir sobre a importância do monitoramento e avaliação das ações do PNE, o Fórum Nacional Popular de Educação assumiu a Conferência Nacional Popular de

Educação, um momento rico de participação e engajamento da sociedade. A partir dela, foram apresentadas moções com a intenção de preservar toda a história construída anteriormente, que fora esquecida naqueles últimos anos.

A CONAE é um espaço de participação democrática, onde as vozes dos diferentes atores envolvidos na educação são ouvidas e consideradas na formulação de políticas públicas. Como afirmou a então secretária executiva do Ministério da Educação, Maria Helena Guimarães de Castro, durante a CONAE 2014, "[...] a conferência é um momento de construção coletiva, onde cada um pode contribuir com suas ideias e propostas para a melhoria da educação no Brasil". (FNE, 2014)

As conferências foram fruto de uma ampla mobilização da sociedade, com a participação de movimentos sociais, sindicatos, organizações não governamentais e universidades, que contribuíram para a construção de um processo democrático e participativo na definição das políticas educacionais. Isso foi visto nas edições de 2010 e 2014 de forma clara. Em 2022, tivemos a Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE), que se diferenciou das demais, pois foi organizada com o protagonismo da sociedade civil diante de um apelo popular. Na CONAE em 2024, houve a continuidade do caráter participativo e democrático das edições anteriores. Segundo o material desenvolvido pelo Fórum Nacional de Educação, a conferência tem o objetivo de "[...] fortalecer a participação social na construção e acompanhamento das políticas educacionais" (FNE, 2018, p. 10). A Anpae destaca a importância da CONAE para "ampliar o debate e a reflexão sobre a educação brasileira" (ANPAE, 2019, p. 15). Heleno Araújo, em suas produções sobre o assunto, ressalta a necessidade de que a CONAE seja um espaço de construção coletiva, no qual diferentes atores possam contribuir e dialogar para a melhoria da educação no país (Araújo, 2017).

Material desenvolvido pela Semana da Ação Mundial, o Brasil está entrando no 8º ano de descumprimento das metas e estratégias previstas no Plano Nacional de Educação. O principal retrocesso encontra-se no corte constante de repasses que financiam a educação. Outro momento de regressão aconteceu em 2017, quando o governo Michel Temer alterou a participação popular no colegiado do Fórum Nacional de Educação, ação que foi revogada pelo atual presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva.

Em suma, as Conferências Nacionais de Educação são eventos fundamentais para a construção de políticas públicas educacionais no Brasil. Elas permitem a

participação ativa da sociedade civil na formulação de propostas e ações para a melhoria da educação, em especial no que diz respeito à educação infantil, ao acesso, à permanência, à equidade e à qualidade. É um espaço de diálogo e construção coletiva que contribui para a construção de uma educação mais inclusiva e de qualidade para todos os brasileiros.

A Educação Infantil, como a conhecemos hoje, foi definida na LDBEN de 1994 e, nos últimos 20 anos, passou a ser pauta constante (PNEI, 1994). A introdução de políticas para a Educação Infantil deu passos significativos no PNE (2001-2010). Conforme Vieira (2010) procurou-se garantir a destinação de recursos para fomentar a oferta de Educação Infantil pública, estabelecendo que todos os municípios investissem 10% dos recursos do antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) na Educação Infantil. Infelizmente, estudos apontam que a ineficiência na efetivação do plano o tornou inexecutável. Davis (2002) avalia o plano como "muito discurso, nenhum recurso".

O atual Plano Nacional de Educação 2014-2024 traz, em sua primeira meta, 17 estratégias que são imprescindíveis para a implementação de políticas públicas voltadas à Educação Infantil, etapa destinada ao atendimento de crianças na faixa etária de zero a cinco anos. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009 (Brasil, 2009), em seu Art. 5º, define a educação infantil como a primeira etapa da Educação Básica, oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados, que educam e cuidam de crianças de zero a cinco anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, reguladas e supervisionadas por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (Brasil, 2009). Portanto, entende-se que neste período a criança desenvolve e internaliza a maior parte das aprendizagens que ajudarão a formar sua trajetória escolar, portanto, é a etapa onde todo o desenvolvimento será alicerçado.

O atendimento na etapa da Educação Infantil é um direito constitucional e nos traz novas concepções de infância. A mesma Resolução define criança como:

As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza

e a sociedade, produzindo cultura. (Brasil, 2009).

Historicamente, as crianças desta etapa de ensino foram vistas de formas diferentes. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Ldben) traz ao longo dos anos mudanças no trato da primeira infância e na forma de implementar seu atendimento. Em seu Art. 29, que ganhou nova redação em 1994, afirma a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social (Brasil, 2013). Bujes (1998) aponta esse fator histórico.

[...] a educação infantil, como nós a conhecemos hoje, realizada de forma complementar à família, é um fato muito recente. Nem sempre ocorreu do mesmo modo, tem, portanto, uma história. Este percurso (esta história), por outro lado, só foi possível porque também se modificaram na sociedade as maneiras de se pensar o que é ser criança e a importância que foi dada ao momento específico da infância. (Bujes, 1998, p. 9)

De acordo com Campos (2013), desde que a legislação educacional trouxe essa etapa como a primeira da Educação Básica e a incorporou como um direito, muito tem se pensado na forma de atender esse público. Isso se deve ao fato de que a procura das famílias por atendimento em creches e educação infantil tem aumentado cada vez mais. No entanto, o maior desafio está em atender essa crescente demanda por vaga e garantir que as crianças pequenas e bem pequenas, que mais precisam dela, tenham acesso. Esse grupo inclui as crianças negras, de menor condição socioeconômica e moradoras de bairros periféricos das grandes cidades.

Diante dessa necessidade de atendimento, as políticas públicas concentram-se na criação de vagas, sem estabelecer parâmetros mínimos de qualidade. Isso leva a uma escolarização cada vez maior e à implementação de políticas redistributivas compensatórias. Campos (2013) apresenta esse pensamento:

[...] as análises evidenciam uma indicação crescente da educação infantil como importante estratégia no combate à pobreza. Em outras palavras, a educação infantil se torna rapidamente uma medida paliativa para avaliar os resultados de políticas econômicas que fundem a gastos mínimos na área social. (Campos, 2013, p.198).

Neste caso, é preciso entender que a criança é sujeito de direito, que precisa de atenção especial para que o aprender e o cuidar andem juntos, garantindo atendimento integral às crianças pequenas e bem pequenas, para que as políticas públicas não sejam paliativas, mas que garantam acesso, permanência, qualidade e equidade.

Se fizermos um apanhado das legislações vigentes, percebemos que para a implementação de políticas públicas é necessário um alinhamento de vários setores: saúde, assistência, cultura, direitos humanos, entre outros. A Constituição Federal traz uma série de direitos e pontua com absoluta prioridade o direito à educação, seguido pelo Marco Legal da Primeira Infância, LDBEN, ECA e mais recentemente o Plano Nacional pela Primeira Infância. Este aponta o Plano Nacional de Educação como "um marco nessa trajetória", a aprovação do PNE (2014-2024) e conseqüentemente dos Planos Municipais, onde a primeira meta trata da universalização da oferta de Educação Infantil. (TCE-RS, 2021).

A Constituição Federal de 1988 traz de forma clara a obrigatoriedade da educação básica dos quatro aos 17 anos de idade, ratificada pela Emenda Constitucional 59/2009 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Ldben). O Plano Nacional de Educação estabeleceu metas específicas para atender a obrigatoriedade no atendimento a esta etapa, o que possibilitou a ampliação na oferta de vagas. Segundo o 4º Relatório de Monitoramento do PNE, um problema latente nas cidades brasileiras é a falta de estrutura, planejamento e políticas públicas para atendimento dessa etapa. Embora a obrigatoriedade esteja determinada, muitas situações perpassam esse atendimento, especialmente nas questões de financiamento para manutenção desta oferta, que atualmente é concentrada exclusivamente nas redes municipais de ensino.

De acordo com a Meta 1 do Plano Nacional de Educação, o indicador 1A previa a universalização do atendimento na Educação Infantil da faixa etária de 4 e 5 anos até o ano de 2016, e o indicador 1B previa o atendimento de 50% da faixa etária de 0 a 3 anos até o ano de 2024. O 4º Relatório de Monitoramento do PNE, apresentado no ano de 2022, nos traz informações relevantes sobre o atendimento nos dois indicadores. O documento detalha os dados para as 20 metas do PNE, com especial atenção à Meta 1 e seus indicadores, e monitora o cumprimento das estratégias para alcançar a meta.

Para o Indicador 1B, constata-se que, em 2019, o Brasil alcançou um atendimento de 37% às crianças de 0 a 3 anos. No entanto, para os anos seguintes, esses dados são incertos devido aos impactos da pandemia da COVID-19 nas matrículas e no registro de atendimento dessas crianças. O mesmo relatório aponta para as desigualdades entre as regiões Norte e Sul-Sudeste. Enquanto a região Norte

possui uma cobertura próxima a 19%, a região Sudeste alcança 43,9% de atendimento (INEP, 2022, p.33).

Neste contexto, o estado do Rio Grande do Sul apresenta um índice de atendimento de crianças de 0 a 3 anos de 41,2%, o que corrobora com o estudo realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. Esse estudo aponta que há uma longa caminhada a ser percorrida para alcançar o atendimento proposto no Indicador 1B. O relatório do TCE-RS (2020) indica que apenas 37,22% dos municípios gaúchos estão atendendo ao proposto nesse indicador, o que equivale a 185 municípios dos 497 que o estado possui (TCE-RS, 2020).

Segundo o 4º Ciclo de Monitoramento (2022) para o indicador 1A, o 4º relatório de monitoramento do PNE mostra que o país ainda não universalizou o atendimento da educação infantil de 4 e 5 anos, embora o prazo fosse 2016. Em 2019, o Brasil atingiu a marca de 94,1% de cobertura e padece da mesma situação de falta de dados precisos que mensuram os impactos da pandemia da COVID-19 sobre as matrículas nessa faixa etária para os anos seguintes. Dentre os estados que obtiveram maior avanço no atendimento pré-escolar, figura o Estado do Rio Grande do Sul, que saltou de 70,6% de atendimento em 2013 para 90,5% em 2019. De acordo com o relatório do TCE-RS, 44,7% dos municípios gaúchos atingiram a universalização em 2020; esse percentual equivale a apenas 222 dos 497 municípios que o Estado possui (TCE-RS, 2020).

Tanto para a análise do Indicador 1A quanto para o Indicador 1B, algumas situações ganham destaque, especialmente os casos relacionados às desigualdades no acesso ligados a critérios regionais, situações socioeconômicas, localização da moradia da família, raça e cor. Enquanto em regiões economicamente mais desenvolvidas as condições de acesso melhoraram, nas regiões periféricas não houve tanto avanço, e esses são os locais onde se concentra a maior demanda de vagas. Na seção seguinte abordaremos as questões relacionadas ao monitoramento e avaliação dos planos municipais.

#### 4.2 O MONITORAMENTO E A AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO FERRAMENTAS PARA A PROMOÇÃO DE ACESSO COM QUALIDADE E EQUIDADE

A Educação Infantil passou por muitas das fases até chegar no formato atual. Inicialmente, as classes preparatórias criadas no início do século XX visavam superar a suposta falta de adaptação das crianças entre quatro e seis anos ao ensino primário, segundo Pinazza e Santos (2016) essas classes eram importantes geradores do desenvolvimento de habilidades e disciplina exigidas na etapa seguinte. As classes preparatórias podem ter evoluído para a etapa da pré-escola, embora essa proposta tenha surgido com boas intenções, é fundamental questionar a ideia de uma falta de adaptação e considerar as diferentes formas de aprendizado e desenvolvimento de cada criança.

Apesar das limitações, a criação das primeiras escolas maternas na década de 1920 representa um marco importante na busca por conciliar trabalho e maternidade. Essa iniciativa demonstra o reconhecimento da necessidade de apoio às mulheres trabalhadoras e o esforço conjunto do governo e empresários para atender a essa demanda. No entanto, é importante ressaltar que a expansão dessas escolas maternas foi ainda incipiente nessa década. A demanda por creches e locais de guarda era muito maior do que a capacidade de atendimento oferecida. Muitas mulheres ainda não tinham acesso a esses serviços e eram obrigadas a encontrar soluções alternativas, como deixar seus filhos aos cuidados de parentes ou vizinhos. Pinazza e Santos (2016).

Ainda, seguindo os estudos de Pinazza e Santos (2016), os princípios destacados no Manifesto dos Pioneiros e a promulgação do Código de Educação representaram um passo importante para a valorização e o reconhecimento da pré-escola como parte integrante do sistema educacional brasileiro, propunha uma escola gratuita, laica e obrigatória, com articulação entre as etapas educativas.

Esses princípios foram posteriormente incorporados no Código de Educação, promulgado pelo Decreto n. 5.884 de 1933. Essa legislação representou um avanço legal para a pré-escola, pois estabeleceu diretrizes e normas para o funcionamento dessas instituições. Antes disso, a educação pré-primária não era reconhecida oficialmente, o que dificultava sua organização e desenvolvimento. Pinazza e Santos (2016).

Mesmo com esse avanço, o Código de Educação ainda reafirmava o foco do atendimento à faixa etária dos quatro aos seis anos de idade, com vistas à formação integral. Isso significa que a educação pré-primária tinha como objetivo preparar as crianças para ingressarem no ensino primário, que era considerado o início formal da

educação. Além disso, o Código de Educação estabelecia a nomenclatura "Educação Pré-Primária" para englobar as escolas maternas, que tinham como objetivo receber os filhos de operários, e os jardins de infância. Pinazza e Santos (2016).

Essa nomenclatura refletia a visão da época de que a educação pré-primária era apenas uma preparação para a educação primária, e não uma etapa educativa com objetivos próprios. Essa visão limitada da importância da educação pré-primária perdurou por muitos anos, sendo somente nas décadas seguintes que se reconheceu a importância dessa etapa na formação integral da criança. Pinazza e Santos (2016).

No período da década de 1960, o trabalho feminino estava em crescimento em diversos segmentos sociais, o que gerou a necessidade de soluções para o cuidado das crianças pequenas. As instituições públicas cuidavam das crianças dos menos favorecidos, enquanto as instituições privadas desenvolviam propostas pedagógicas para crianças provenientes de lares mais abastados. Essa divisão reflete a desigualdade social presente na sociedade da época.

As instituições públicas a intenção era proporcionar um espaço seguro para as crianças enquanto seus pais trabalhavam, elas ofereciam cuidados básicos, como alimentação e supervisão, mas não se preocupavam tanto com o desenvolvimento pedagógico das crianças. De outro modo, as instituições privadas tinham recursos financeiros para investir em propostas pedagógicas mais elaboradas. Essa divisão de cuidados entre instituições públicas e privadas refletia a desigualdade social da época, em que o acesso a um atendimento de qualidade dependia da classe social. Para Kuhlmann Jr. (2000):

De lá até meados da década de 1970, as instituições de educação infantil viveram um lento processo de expansão, parte ligada aos sistemas de educação, atendendo crianças de 4 a 6 anos, e parte vinculada aos órgãos de saúde e de assistência, com um contato indireto com a área educacional. A legislação trabalhista, que desde 1932 previa creches nos estabelecimentos em que trabalhassem 30 ou mais mulheres, foi letra morta. Embora as creches e pré-escolas para os pobres tenham ficado alocadas à parte dos órgãos educacionais, as suas inter-relações se impuseram, pela própria natureza das instituições. (Kuhlmann Jr., 2000, p. 8)

A partir de 1961, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4024, surgiram as denominações de maternas e jardins de infância para se referir às instituições responsáveis pela educação das crianças com menos de 7 anos de idade. Posteriormente, a Ldben nº 5.692/71 reforçou essa responsabilidade dos sistemas de ensino em seu artigo 19, parágrafo segundo. Essa

lei ressalta que a educação das crianças menores de 7 anos deveria ser promovida pelos sistemas de ensino, por meio das maternidades e jardins de infância.

Breda (2016) aponta que, embora a obrigatoriedade do ensino primário ter surgido em 1934, as crianças com idade de cinco anos não estariam frequentando a escola.

Passados seis anos da primeira Carta Constitucional que estipula obrigatoriedade para o ensino no Brasil, em 1940 a população brasileira é recenseada e os dados indicam que, mesmo após essa obrigatoriedade se tornar constitucional, apenas 17% das crianças entre 5 e 9 anos de idade e 29% daquelas entre 10 e 14 anos frequentam alguma instituição de ensino. Nos três censos seguintes a porcentagem das crianças que frequentavam uma instituição de ensino entre aquelas de cinco a nove anos de idade é de 10% em 1950, 21% em 1960 e 44% em 1970. (Breda, 2016, p.13)

De acordo com Pinazza e Santos (2016), na década de 1970, começou a ganhar força a ideia de que o alto índice de repetência nos primeiros anos escolares poderia ser resultado de uma possível privação cultural das classes menos favorecidas em relação à educação pré-escolar. A partir de 1980 houve avanços na área da infância, especialmente com a incorporação do direito à educação na CF/1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90 que ratificou a criança como sujeito de direito e o dever do Estado em garantir acesso à educação. Em seguida a Lei 12. 796 de 2013 definiu que as crianças na pré-escola deveriam ter no mínimo 60% de frequência, 200 dias letivos e 800 horas de jornada de aula.

Ribeiro (2006) alerta que, nas últimas décadas, houve uma ampliação no direito ao acesso à educação infantil. Isso se deve às questões ligadas à legislação, que trouxe a obrigatoriedade no atendimento a essa faixa etária. Essa obrigatoriedade levou ao aumento no número de vagas e também à inclusão de novos grupos nesse direito. O autor traz momentos históricos desse processo, exemplificando como as classes menos favorecidas e grupos que anteriormente eram excluídos acompanharam a ampliação do acesso a esse direito, bem como a cobrança por uma educação infantil de qualidade.

Nos últimos anos, temos presenciado o surgimento de diversas orientações e legislações que tratam do atendimento e da operacionalização das diretrizes curriculares para a educação infantil. Além de adequar a forma pedagógica de atendimento, conforme Duarte (2007) nota-se uma tendência de aumento gradual da carga horária em que esse atendimento acontecerá.

A Ldben (1996) regulamentou a educação infantil como primeira etapa da educação básica e dividiu em dois grupos etários: creche para as crianças de até três anos e pré-escola para crianças de seis anos. A Resolução do CNE/CEB n.º 05/2009, que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil (Dcnei) normatiza a oferta educacional para esta etapa.

Em 2009, foi sancionada a Emenda Constitucional 59, que ampliou a obrigatoriedade do atendimento a partir dos 4 anos de idade. Esse fato desafiou o país a pensar em uma forma de ampliar o atendimento a fim de garantir esse acesso. Quando, em 2014, foi sancionado o PNE 2014-2024, em sua meta 1 "Ampliar a oferta", trouxe a universalização do atendimento na pré-escola até o ano de 2016, uma meta audaciosa, pois o Censo Escolar de 2009 apontava que o atendimento a esse grupo estava em 74,8% no país. Cury (2011) traz uma reflexão sobre o assunto, apontando o quanto ainda precisamos avançar nesse atendimento.

Sabe-se, por exemplo, que o acesso à creche, primeira etapa da Educação Infantil, é muito baixo e está longe de ser ampliado. A situação um pouco melhor da pré-escola, segunda etapa da Educação Infantil, ainda não absorve a demanda total por vagas. Além disso, sabe-se também que essa etapa é, em si, um ciclo próprio da vida e premissa para outras etapas (Cury, 2011, p. 35).

Flores e Silva (2016) apontam que a obrigatoriedade da matrícula na Pré-Escola não foi recebida de forma satisfatória pela comunidade da área, devido a alguns aspectos. Esses aspectos são ressaltados por Campos (2010), entre eles: a falta de consulta pública e parâmetros claros de como se daria essa implementação e o fato de os municípios ainda estarem se adequando ao ingresso ao Ensino Fundamental a partir dos nove anos. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2010) publicou um documento específico abordando todos esses aspectos. Sanches (2010) aborda a necessidade de financiamento para garantir essa ampliação de vagas. Flores e Silva (2016) nos alertam também para a diminuição do atendimento na etapa de creche, tendo em vista que haveria necessidade de atender a pré-escola em um curto espaço de tempo.

Quando o PNE foi criado pela Lei 13.005/2014, ficou estabelecida sua vigência para o período 2014-2024, em seu artigo 5º ele traz "A execução do PNE e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, [...]" ficando o INEP responsável por essa ação, sendo que o Instituto

disponibilizou relatórios nos anos de 2016, 2019 e 2020, onde pode-se verificar a evolução das matrículas na educação infantil no país e no estado.

No primeiro relatório disponibilizado em 2016 o INEP já sinalizou que o país enfrentaria problemas para universalizar até 2016 o atendimento à pré-escola, pois até 2014 o Brasil apresentava uma taxa de frequência de 89,6% e o estado do Rio Grande do Sul 80,3%.

O 2º relatório de monitoramento (INEP, 2019) realizou estudos de 2004 até 2016 e constatou que até 2016 houve crescimento no número de matrículas na pré-escola, o Brasil atingiu 91,5% e o RS 85,5%. Este mesmo relatório sinalizou que se os municípios mantivessem o mesmo fluxo de matrículas poderiam atingir a meta até o ano de 2020.

O Relatório do 3º ciclo de monitoramento (INEP, 2020) demonstrou que o Brasil atingiu 93,8% e o RS 88,9%, no ano de 2018. Este mesmo documento aponta que seria necessário “[...] incluir cerca de 330 mil crianças na pré-escola [...]” (Brasil; INEP, 2020, p. 13) para atingir a meta até 2024.

Flores *et al.* (2020), em seu artigo "Os desafios em pesquisas sobre o acesso à Educação Infantil: um estudo de caso no Rio Grande do Sul", trazem uma reflexão, a partir de Gomes (2017), sobre a necessidade de construção de novos equipamentos escolares e busca pela equidade social. Isso demanda, portanto, políticas públicas articuladas ao financiamento da educação, ao planejamento e à gestão por parte dos entes federados.

O Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010) já apontava a necessidade de garantir padrões de qualidade para o atendimento à Educação Infantil, com infraestrutura e recursos pedagógicos adequados. Sem dúvida, esse foi um avanço. No entanto, essa demanda persistiu e foi novamente abordada no PNE 2014-2024. Neste plano, temos a Meta 1, que trata exclusivamente da Educação Infantil, suas etapas e estabelece percentuais de atendimento.

Segundo estudos do INEP (2013), a procura por vagas na Educação Infantil cresceu exponencialmente. A Meta 1 do PNE prevê atender no mínimo 50% das crianças de zero a três anos até o final do decênio (2024) e a universalização da pré-escola até 2016. Ao sancionar os Planos Municipais de Educação, seguindo essa lógica de universalização no atendimento, os municípios também se comprometeram a criar mecanismos para atender ao disposto na lei.

A ampliação do atendimento na educação infantil não foi e não será tarefa fácil, pois demanda ação conjunta e investimentos de todos os entes federados. Por isso, foi necessário criar uma política pública de forma macro, com atuação do governo federal, que apoiasse financeiramente os municípios, para que ambos pudessem atender esta etapa tão importante da educação básica.

Com a ampliação no atendimento, surgiram novos conceitos sobre o tema "Educação Infantil", quanto à sua organização e metodologia de atendimento. Nos últimos 20 anos, a avaliação na educação infantil passou a entrar para o rol de ações que o Ministério da Educação lançou como prioridade. Esse movimento abriu campo para inúmeras discussões de como se dará essa avaliação, e muitas proposições surgiram a partir de então.

A avaliação na e da educação infantil está prevista na estratégia 1.6 do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), que diz: implantar, até o segundo ano de vigência deste PNE, a avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada dois anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes. Um tema bastante relevante e cheio de questões polêmicas, por exemplo: o que será avaliado nesta etapa? Será avaliada a aprendizagem dos alunos ou a estrutura da oferta do acesso e a permanência das crianças nesta etapa? O assunto foi alvo de muitos debates e é pauta constante de estudos.

Este tema surgiu de forma discreta no Plano Nacional de Educação 2001-2011 e foi reafirmado para o decênio de 2014-2024, na estratégia 1.6 da Meta 1. Embora o Instituto Nacional de Estudos de Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira, em 2019, tenha realizado um estudo sobre o tema, até o presente momento estes dados não foram publicizados.

Nesta área de estudo, podemos citar como antecedente as pesquisadoras Fúlvia Rosemberg e Maria Malta Campos que teceram o documento "Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças" (MEC/SEB, 1995), sobre os critérios de qualidade a serem aferidos para esta etapa.

[...] Os critérios foram redigidos no sentido positivo, afirmando compromissos dos políticos, administradores e dos educadores de cada creche com um atendimento de qualidade voltado para as necessidades fundamentais da criança. Dessa forma, podem ser adotados ao mesmo tempo como um roteiro para implementação e avaliação é um termo de responsabilidade. O texto utiliza uma linguagem direta, visando todos aqueles que lutam por um

atendimento que garanta o bem-estar e o desenvolvimento das crianças. (Brasil, 1995, p. 7).

Todo o documento está pautado no direito da criança ao acesso e permanência na educação infantil, trazendo para o campo as ações que propiciem bem-estar, além de um espaço onde a criança possa se expressar de forma plena. Para cancelar essa necessidade da qualidade na oferta, em 2006 foram lançados os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil - volumes 1 e 2 (Brasil, 2006). Este documento, alinhado com o Plano Nacional de Educação, trouxe uma série de definições aos gestores municipais de como proceder para garantir a implementação de políticas públicas que, de fato, atendam a parâmetros mínimos de qualidade ofertados. Trata-se de uma proposta que vai além de simplesmente ofertar a vaga, mas garantir que o tempo em que a criança estiver no espaço escolar seja aproveitado ao máximo, possibilitando interações pedagógicas e que ela possa se desenvolver de forma integral. Neste aspecto, requer uma grande avaliação do sistema educacional e das políticas implementadas, a fim de verificar se de fato o proposto está acontecendo na prática, conforme previsto já no anterior Plano Nacional de Educação.

Dentro do arcabouço de normas, podemos contar com inúmeros documentos orientadores que subsidiem a implementação de políticas públicas que priorizem a qualidade do acesso e da permanência, nos quais se possa avaliar as ações desenvolvidas pelos entes responsáveis, sem necessariamente vinculá-las a avaliações relacionadas à aprendizagem das crianças na etapa da educação infantil.

Para atender ao proposto na estratégia 1.6 do Plano Nacional de Educação, foram criados alguns mecanismos. Em 2016, foi sancionada a Portaria nº 369/2016, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SINAEB). A mesma ratifica a Avaliação Nacional da Educação Infantil (ANEI), representando um grande avanço para a efetividade do proposto pelo Plano Nacional de Educação. Infelizmente, essa portaria foi revogada em 2016. Cunha (2017) traz uma importante reflexão sobre o ocorrido e o momento histórico daquele período:

Com a revogação do SINAEB pela Portaria nº 981, de 25 de agosto de 2016, feita pelo atual (des) governo, houve também a revogação de toda a normatização sobre a ANEI decorrente das discussões ocorridas desde 2011, bem como a paralisação das atividades de construção da ANEI. A questão, agora, é qual será a avaliação da educação infantil, face aos novos ocupantes do MEC e do INEP, comprometidos com a reforma empresarial da educação, a qual privilegia a antecipação da escolarização na educação infantil. Além disso, a Base Nacional Comum da Educação Infantil também foi alterada nesta direção. (Cunha, 2017, s/p).

Cunha (2017) nos faz refletir sobre quais parâmetros estarão centrados na avaliação na/da educação infantil. Percebe-se que, há vários anos, instituições, especialmente ligadas à iniciativa privada, tentam focar na avaliação da criança, em sua aprendizagem e desenvolvimento, favorecendo as comparações e a criação de materiais didáticos que forcem a escolarização cada vez mais precoce. Para este ponto controverso, é sempre importante nos remeter ao disposto na LDBEN, Art. 31, Inciso I, que diz: avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Adiante, outro fator que trouxe tensão às discussões sobre a avaliação e a escolarização das crianças na etapa da Educação Infantil foi a premissa de que até o segundo ano do Ensino Fundamental, as crianças deveriam estar alfabetizadas (BNCC, 2017). Embora a ação esteja ligada ao Ensino Fundamental, essa medida reflete na Educação Infantil, pois expõe as crianças a processos de alfabetização cada vez mais precoces. Essa sobreposição de legislações e orientações alimenta as mais variadas interpretações sobre o tema, impossibilitando um princípio norteador claro. Este acontecimento nos faz pensar sobre o quanto a descontinuidade de políticas públicas prejudica, não somente os avanços a nível federal, mas principalmente quem está na ponta, a criança que necessita de atendimento na Educação Infantil; um atendimento dentro das premissas de qualidade, que precisa ser olhado e garantido.

Todas essas discussões de como é o que avaliar tem o propósito de identificar melhores indicadores de qualidade para a Educação Infantil, melhorar os processos e criar políticas públicas cada vez mais efetivas. Conforme “Contribuições para a Política Nacional: a Avaliação em Educação Infantil a partir da Avaliação de Contexto” (Brasil, 2015), a qualidade não é algo dado, qualidade se constrói, refletindo-se e discutindo acerca de pontos de vista expressos, negociando; o que requer participação. Reforçando a partir desta falta, o quão importante é a participação de todos os atores envolvidos nesta construção coletiva.

É preciso prever metodologicamente o que será avaliado. Rosemberg (2013) evidencia que estávamos vivendo à época um processo de formalização de uma política de avaliação, sem ainda estar claro se "da" ou "na" educação infantil (Rosemberg, 2013, p. 4) e que traz, ainda, um viés social que está impregnado nas discussões acerca deste tema, pois se existem problemas quanto ao acesso, sabemos que segundo estudos de Rosemberg (2013), as crianças com menores

condições sociofinanceiras e moradores de bairros periféricos são as mais prejudicadas. Neste aspecto, há que se avaliar as políticas públicas implementadas quanto ao acesso, permanência e qualidade do serviço ofertado.

Percebe-se, então, no momento atual, um movimento duplo: o de incorporação da educação infantil na política de avaliação da educação básica, talvez em ritmo mais lento; e outro, mais intenso, que busca a incorporação da avaliação como tema/problema evocando uma atenção específica para a política de educação infantil. (Rosemberg, 2013, p.5)

Consideramos dois elementos: primeiro, o direito que a criança tem à matrícula na etapa de Educação Infantil; segundo, o direito que a família/responsável trabalhadora tem de ter seus filhos matriculados. É necessária uma ação integrada dos agentes públicos envolvidos, a fim de garantir que esses dois elementos andem juntos e articulados. Para tanto, é preciso avaliar as políticas públicas desenvolvidas no município. Segundo House House (1980) é importante compreender que:

[...] a avaliação é por sua natureza uma atividade política. Ela serve aos tomadores de decisão, resulta em alocação e realocação de recursos e legitima quem obtém o quê. Está intimamente implicada na distribuição de bens sociais, é mais do que reafirmação de ideias, é um mecanismo social de distribuição. (House, 1980, p.21).

Nesta perspectiva, podemos reafirmar que, muito mais do que avaliar as condições cognitivas dos alunos, é preciso avaliar o que é oferecido a eles para que a aprendizagem aconteça. Avaliar a qualidade da oferta da educação infantil é um processo desafiador tanto para quem cria as políticas públicas quanto para a academia que estuda esse movimento. O documento "Educação Infantil: subsídio para construção de uma sistemática de avaliação" (Brasil, 2012) reafirma o preceito de que o que deve ser mensurado é a qualidade do atendimento oferecido pelo sistema e não a avaliação da aprendizagem da criança. Essa posição nos mostra a necessidade de proporcionar condições apropriadas de acesso, sendo a qualidade uma premissa inegociável, além de avaliar as condições de espaço físico, recursos humanos e materiais, entre outros "[...] destaque aspectos relativos à gestão, currículo, relações/interações, prática pedagógica que se espera estejam presentes na educação infantil" (Brasil, 2012, p. 24).

Neste sentido, a avaliação busca olhar para todo o processo da educação da rede e não somente de uma escola específica, o que desencadeia uma série de ações que podem se transformar em políticas públicas voltadas ao acesso, mas que

garantam a permanência das crianças pequenas e bem pequenas nas escolas. Conforme aponta Bondioli e Becchi (2003):

É possível realizar um processo de avaliação utilizando uma série de instrumentos como diretrizes para o olhar e para a identificação de aspectos relevantes das práticas educativas, com a intenção, não tanto de chegar a um juízo de maior ou menor qualidade das escolas examinadas, mas, sim, de favorecer um processo de conscientização das professoras de aquisição de maior consciência em relação às escolas feitas, às inovações realizadas ou a serem realizadas, ao significado educativo do que se faz nas escolas para as crianças (Bondioli e Becchi, 2003, p.57-58).

Toda ferramenta de avaliação deve ser utilizada como forma de aprimorar o atendimento, sendo seu intuito avaliar e monitorar a oferta. Conforme Bloom (2008), o monitoramento e avaliação são procedimentos de coleta e análise de dados que podem fornecer aos gestores informações sobre a implementação e os resultados de um programa. A avaliação deve direcionar-se a verificar se o projeto ou programa atingiu ou não o objetivo proposto, identificando o que precisa ser ajustado e qual será o novo direcionamento a seguir. Além disso, é importante delinear qual tipo de avaliação será realizada, se interna ou externa, e qual será o objeto específico da avaliação.

Januzzi (2005) traz que:

Os indicadores sociais são medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda de interesse pragmático. Os indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente. (Januzzi, 2005, p. 138).

Essa premissa destaca que a avaliação e o monitoramento são ações que se completam e que devem produzir informações que auxiliem os gestores na condução das políticas implementadas. E o autor completa:

[..] boa prática da pesquisa social recomenda que os procedimentos de construção dos indicadores sejam claros e transparentes, que as decisões metodológicas sejam justificadas, que as escolhas subjetivas – invariavelmente frequentes – sejam explicitadas de forma objetiva. (Januzzi, 2005, p. 141)

Para Januzzi (2005), cada vez mais são criadas políticas públicas, seja na educação ou em outra área, que requerem ações distributivas, redistributivas e regulatórias do Estado, que comprovem a efetividade da política que compensa os recursos nela empregados. Essas ferramentas de monitoramento e avaliação ajudam a justificar os motivos e meios pelos quais as mesmas foram implementadas.

### 4.3 ESTADO DA QUESTÃO

O estado da questão sempre nos demanda cuidado e atenção na abordagem do tema e no relato das fontes de onde buscamos as informações, é necessário um levantamento bibliográfico robusto que embase e dê sustentação ao que se pretende pesquisar (Therrien, 2004).

Para Ferreira. 2002, p.258, pesquisar o estado da questão significa:

Definidas como de caráter bibliográfico, parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. (Ferreira, 2022, p.258)

A elaboração de um estado da questão robusto é de extrema importância em qualquer pesquisa acadêmica, pois permite ao pesquisador situar-se em relação ao tema escolhido, compreender a evolução do conhecimento na área e identificar possíveis lacunas que sua pesquisa pode preencher. Segundo Gil (2017), o estado da questão consiste em uma revisão bibliográfica ampla e aprofundada sobre o tema de pesquisa, com o intuito de identificar e analisar as principais contribuições já existentes. Essa etapa é fundamental para evitar a duplicação de esforços e garantir que a pesquisa seja inovadora e relevante. Além disso, conforme aponta Severino (2007), a revisão bibliográfica permite ao pesquisador conhecer o que já foi produzido na área, possibilitando uma base sólida para a fundamentação teórica do trabalho.

Ao desenvolver o estado da questão, o pesquisador também tem a chance de identificar possíveis problemas metodológicos enfrentados por outros estudiosos. Conforme destacam Lakatos e Marconi (1991), essa revisão permite ao pesquisador aprender com os erros e acertos de outros estudos, evitando assim cometer os mesmos equívocos. Além disso, ao conhecer as metodologias utilizadas em pesquisas anteriores, o pesquisador é capaz de selecionar a mais adequada para seu próprio estudo. Outra contribuição importante do estado da questão é a identificação de lacunas no conhecimento existente. De acordo com Bardin (2011), essa revisão da literatura permite ao pesquisador perceber quais são as áreas carentes de estudos e onde a produção científica é escassa. Isso pode abrir novas possibilidades de

pesquisa e contribuir para o avanço do conhecimento na área, além de o pesquisador tornar-se capaz de posicionar-se criticamente em relação ao tema escolhido.

O posicionamento do pesquisador também fica explícito ao elaborar o estado da questão a partir de suas concepções. Para Bell (1985) o estudante alcança o **domínio da literatura** quando consegue referenciar uma extensa literatura e utilizá-la na discussão e análise de ideias e desenvolvê-la de forma crítica. Para o mesmo autor o **domínio conceptual** representa a capacidade do estudante de organizar ideias e teorias para interpretar seu tema e acrescentar senso crítico de forma argumentativa.

Para organizar a pesquisa de forma a contemplar o objetivo buscado, é necessário ter habilidade na elaboração do texto, de modo que fique claro qual será a contribuição da pesquisa para o tema investigado (Therrien, 2004).

Os operadores booleanos são ferramentas que desempenham um papel crucial na produção acadêmica, pois permitem a realização de pesquisas mais eficientes e precisas. Eles são usados para combinar palavras-chave e refinar as buscas em bases de dados e motores de busca, resultando em um conjunto de resultados mais relevantes. Segundo Zins (2007), os operadores booleanos são uma forma de lógica simbólica que permite realizar operações de união, interseção e exclusão entre conjuntos de palavras-chave. O autor ressalta que a utilização correta desses operadores pode melhorar significativamente o processo de busca de informações, economizando tempo e esforço na obtenção de resultados.

Em seu estudo sobre técnicas de busca de informação, Marchionini (2006) destaca a importância dos operadores booleanos na filtragem de resultados. O autor explica que ao combinar palavras-chave com operadores como "E", "OU" e "NÃO", os pesquisadores podem restringir ou ampliar a busca, de acordo com suas necessidades. Dessa forma, é possível evitar a sobrecarga de informações irrelevantes e focar apenas nos resultados que são relevantes para a pesquisa acadêmica. Além disso, os operadores booleanos também podem ser usados para refinar os resultados de busca, permitindo que os pesquisadores explorem diferentes aspectos de um determinado tópico. Conforme mencionado por Santos (2012), a combinação de palavras-chave com operadores booleanos pode ser útil para aprofundar a análise de um tema específico, identificar perspectivas diferentes ou investigar relações entre conceitos.

Outro aspecto relevante é destacado por Gómez (2010), que salienta a importância dos operadores booleanos na pesquisa em bases de dados especializadas. O autor argumenta que a utilização adequada desses operadores pode ampliar a descoberta de informações relevantes, sobretudo em áreas do conhecimento com terminologias específicas, permitindo a realização de pesquisas mais eficientes.

Para a presente pesquisa, foi realizado um processo de busca nos portais da Capes e Scielo, que reúnem uma variedade de revistas científicas, periódicos, dissertações e teses. Utilizei as palavras-chave da dissertação: plano municipal de educação, monitoramento, avaliação, educação infantil e acesso, tendo o recorte temporal de 2015 a 2023. Essa busca foi fundamental para o desenvolvimento da escrita da dissertação, fundamentada e embasada em estudos científicos. A maior quantidade de textos encontrados resultou do uso das palavras-chave "plano municipal de educação", incluindo o plural, quando foram encontradas 252 ocorrências. Para continuar a busca, utilizamos os operadores booleanos "OR" e "AND" com a combinação das palavras monitoramento, avaliação, educação infantil e acesso. À medida que aplicamos os operadores booleanos, foi possível filtrar uma quantidade menor de produção sobre o tema, resultando em 13 produções que convergem, de alguma forma, com o tema proposto nesta dissertação, conforme apresentado no Quadro 16.

**Quadro 16** - Resultado da busca nos portais CAPES e SCIELO (2015-2023)

<b>Item</b>	<b>Autor</b>	<b>Instituição</b>	<b>Título</b>	<b>Tipo/ano</b>
1	Fernanda Rodrigues de Brito Carvalho	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	O município de Castro Alves e a Educação Infantil: Implementação da Meta 01 do Plano Municipal de Educação.	Dissertação/2022
2	Aryane Isabel Silva de Azevedo	Universidade Federal de Ouro Preto	Qualidade da Educação Infantil: Uma abordagem avaliativa para a análise de Planos Municipais de Educação	Dissertação/2022

3	Celia Maria Vieira dos Santos	Universidade Federal de Pernambuco	O processo de monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação em Pernambuco no período de 2016-2018	Tese/2022
4	Lais Hilario Alves	Universidade Federal de Uberlândia	O direito à educação infantil em Uberlândia: análise das estratégias do Plano Municipal de Educação (2015 – 2025)	Dissertação/2021
5	Adel Pereira Campos Junior	Universidade Católica Dom Bosco	Plano Municipal de Educação de Corumbá-MS (2015-2025): Ações e Processos para o Cumprimento da Meta 1 – Educação Infantil	Dissertação/2020
6	Denise Madeira de Castro Silva	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	As repercussões da obrigatoriedade da pré-escola no direito à educação infantil: relações entre o público e o privado	Tese/2020
7	Viviane Aparecida Salvador	Universidade Federal de Outo Preto	Avaliação e Monitoramento da Qualidade da Educação Infantil em Planos Municipais de Capitais Brasileiras	Dissertação/2020
8	Josiane Caroline de Souza Salomão Correa	Universidade Federal da Grande Dourados	Avaliação e monitoramento dos planos municipais de educação na região do Cone Sul/MS (2015-2017)	Dissertação/2019
09	Carolina Oliveira Lemos Costa	Universidade Federal de Santa Maria	A Implementação da Meta 1 do Plano Nacional de Educação na Educação Infantil do município de Santa Maria/RS	Dissertação/2018

10	Jorge Najjar, Marcelo Mocarzel, Karine Morgan	Universidade de Campinas	Os Planos Municipais de Educação do Estado do Rio de Janeiro: um mapeamento de metas, estratégias e desafios	Artigo/2020
11	Maria Alice de Miranda, Aranda* Evely Solaine de Souza Rodrigues; Sílvia Cesar Nunes Militão;	Universidade Federal da Grande Dourados	Monitoramento e Avaliação dos Planos Decenais de Educação: a produção do conhecimento no Brasil	Artigo/2020
12	Zara Figueiredo Tripodi Victor Maia Senna Delgado Érica Castilho Rodrigues	Universidade Federal de Ouro Preto	Permeabilidade estatal e atores privados na oferta da educação infantil: o que dizem os Planos Municipais de Educação (2014-2024)?	Artigo/2018

Fonte: a autora, atualizado em fev. 2024.

Para colaborar com as análises desta dissertação, utilizamos duas teses. A primeira, intitulada "**O processo de monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação em Pernambuco no período de 2016-2018**" (Santos, 2022), teve como objetivo analisar o processo de monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação em Pernambuco, no período de 2016 a 2018, evidenciando os desafios e perspectivas de sua institucionalização. Os processos metodológicos são semelhantes aos utilizados nesta dissertação.

A segunda foi "**As repercussões da obrigatoriedade da pré-escola no direito à educação infantil: relações entre o público e o privado**" (Silva, 2020), que faz uma análise das repercussões da obrigatoriedade da pré-escola no direito à educação infantil. Este estudo foi realizado em Caxias do Sul/RS, o que colaborou com informações na minha pesquisa, pois Caxias é um dos 14 municípios da CRE. Segundo a autora, ele tem um olhar atento para as formas de acesso, oferta de vagas e parcerias público-privadas para compra de vagas.

As **dissertações** analisadas foram as seguintes:

**O município de Castro Alves e a Educação Infantil: Implementação da Meta 01 do Plano Municipal de Educação** (Carvalho, 2022). O objetivo deste trabalho foi analisar como a administração pública de Castro Alves, Bahia, tem

executado a Meta 01 do Plano Municipal de Educação, específica para as políticas de acesso à Educação Infantil (creche e pré-escola), com ênfase na assegurar o direito à Educação Básica.

**Qualidade da Educação Infantil: Uma abordagem avaliativa para a análise de Planos Municipais de Educação** (Azevedo, 2022). Os propósitos deste estudo foram criar uma metodologia de avaliação de Planos Municipais de Educação que examinem elementos da qualidade da Educação Infantil e fornecer estratégias para apoiar a elaboração de Planos Municipais de Educação em cidades brasileiras, utilizando indicadores de qualidade da Educação Infantil.

**O direito à educação infantil em Uberlândia: análise das estratégias do Plano Municipal de Educação (2015–2025)** (Alves, 2021). O presente trabalho analisou o Plano Municipal de Educação (PME) do município de Uberlândia, MG, e sua interface com o Plano Nacional de Educação (PNE), no que se refere à educação infantil e às metas e estratégias propostas, com vistas à garantia e efetivação do direito à educação nessa etapa da educação básica, como o aumento de vagas em creches, contribuindo para o alcance das metas propostas no PNE.

**Plano Municipal de Educação de Corumbá-MS (2015- 2025): Ações e Processos para o Cumprimento da Meta 1 – Educação Infantil** (Campos, 2020). objetivo desta pesquisa foi analisar as ações e processos implementados pelo município de Corumbá - MS para o cumprimento da Meta 1 - Educação Infantil, estabelecida no Plano Municipal de Educação de Corumbá (PME/Corumbá).

**Avaliação e Monitoramento da Qualidade da Educação Infantil em Planos Municipais de Capitais Brasileiras** (Salvador, 2020) o intuito deste estudo foi identificar e analisar nos Planos Municipais de Educação de grandes cidades brasileiras os aspectos que evidenciam a preocupação com a qualidade da Educação Infantil.

**Avaliação e monitoramento dos planos municipais de educação na região do Cone Sul/MS (2015-201)** (Corrêa, 2019) aborda os procedimentos e orientações relacionados ao monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação da Região Cone Sul do estado do Mato Grosso do Sul.

**A Implementação da Meta 1 do Plano Nacional de Educação na Educação Infantil do município de Santa Maria/RS** (Costa, 2018) o objetivo do presente estudo é analisar as políticas adotadas no município de Santa Maria/RS para garantir que o atendimento escolar seja universalizado para crianças na faixa etária

de e anos, de acordo com o estabelecido no Plano Nacional de Educação (PNE) e no Plano Municipal de Educação (PME).

Os **artigos** que embasaram o estudo foram:

**Os Planos Municipais de Educação do Estado do Rio de Janeiro: um mapeamento de metas, estratégias e desafios** (Morgan, 2020) esta pesquisa foi conduzida com os Planos Municipais de Educação de 89 municípios do Estado do Rio de Janeiro. Utilizando a abordagem do ciclo de políticas e a análise de conteúdo dos textos legais, foram escolhidas as categorias analíticas Gênero, Educação em Tempo Integral e Qualidade.

**Monitoramento e Avaliação dos Planos Decenais de Educação: a produção do conhecimento no Brasil** (Aranda; Rodrigues e Militão, 2020) o objetivo dessa pesquisa foi realizar uma análise abrangente da produção de conhecimento relacionada ao monitoramento e avaliação dos planos decenais de educação no período de 2001 a 2017. Esses planos incluem o Plano Nacional de Educação (PNE), Plano Estadual de Educação (PEE) e Plano Municipal de Educação (PME).

**Permeabilidade estatal e atores privados na oferta da educação infantil: o que dizem os Planos Municipais de Educação (2014-2024)?** (Tripodi; Delgado e Rodrigues, 2018) nesta pesquisa, foi realizado um levantamento das diferentes formas de oferta de educação infantil na etapa creche, como descritas nos Planos Municipais de Educação (PMEs), que foram formulados e reformulados em 2015, conforme exigido pelo artigo 8º da lei nº 13.005/2014, que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2014 a 2024. Também foram investigados os possíveis fatores que explicam a escolha de cada modalidade de oferta.

Ao analisar as teses, dissertações e artigos, identificamos as contribuições dos respectivos trabalhos e uma projeção do que poderia ser feita pela pesquisa aqui apresentada. Quando fiz a leitura, mesmo que flutuante, percebemos aspectos que nos ajudam a ter uma ideia precisa do que já foi pesquisado sobre o tema monitoramento e avaliação, da Meta 1, acesso e qualidade. É essencial recorrer às teses, dissertações e artigos já produzidos sobre o assunto. Essas produções forneceram um embasamento teórico consistente, apresentaram metodologias já testadas e contribuíram para a compreensão do contexto específico da região em questão. É importante destacar que a pesquisa acadêmica não busca apenas reproduzir o que já foi dito, mas sim avançar no conhecimento existente, trazendo novas perspectivas, metodologias e resultados. No caso deste estudo, busquei

desenvolver as análises sobre um recorte geográfico específico no âmbito do RS, considerando as temáticas de pesquisa do Gepppei, considerando o período 2015-2023.

No próximo capítulo apresento os resultados da pesquisa a partir dos dados coletados, subdivididos em três seções; na primeira, enfocamos indicadores de acesso; na segunda, abordamos algumas questões sobre a qualidade e equidade da oferta; na terceira, trataremos acerca do monitoramento e da avaliação da Meta 1 dos PMEs.

## 5 RESULTADOS DA PESQUISA

### 5.1 O ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL NA 4ª CRE

Esta seção, dará ênfase à evolução das matrículas na Educação Infantil nos municípios da região da 4ª CRE, contemplando a contribuição do programa PROINFÂNCIA para a ampliação do acesso e analisando a dependência administrativa das matrículas, aspecto que acaba por articular acesso, qualidade e equidade, conforme a revisão da literatura.

A seguir, apresento o número de matrículas na rede pública municipal e no setor privado oferecidas no âmbito da 4ª CRE, agrupando os municípios pela associação à qual pertencem, de acordo com a organização existente no estado. Informamos apenas as matrículas das redes públicas municipais, uma vez que nesta CRE não existem mais matrículas da rede estadual e nem da rede federal.

**Tabela 1 - Matrículas nos municípios AMESNE por dependência administrativa (2015-2023)**

Município	Etapa	Rede	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Caxias do Sul	Creche	Pública	01	-	-	-	-	-	-	-	-
		Privada	6.602	7.315	6.867	6.744	7.481	6.786	5.947	7.181	8.365
	Pré-Escola	Pública	1.994	2.501	2.652	2.534	2.707	2.912	2.647	2.784	2.885
		Privada	6.231	6.952	7.112	7.706	8.049	7.394	7.176	7.267	7.383
Farroupilha	Creche	Pública	-	288	817	942	890	311	330	437	430
		Privada	1.248	967	956	680	656	1.218	1.075	1.304	1.434
	Pré-Escola	Pública	1.094	1.251	1.355	1.334	1.384	1.475	1.436	1.382	1.447
		Privada	478	454	343	349	320	275	259	355	380
Flores da Cunha	Creche	Pública	50	50	50	50	91	81	113	77	67
		Privada	152	191	205	261	252	243	263	387	402
	Pré-Escola	Pública	375	531	598	609	608	689	563	620	669
		Privada	257	258	219	240	258	222	203	288	281
São Marcos	Creche	Pública	154	187	193	224	242	229	246	260	276
		Privada	84	111	111	112	107	104	97	78	96
	Pré-Escola	Pública	336	386	360	371	385	391	362	349	357
		Privada	58	52	64	81	78	72	72	84	107
Antônio Prado	Creche	Pública	125	145	145	136	155	158	109	134	167
		Privada	61	41	89	96	86	97	100	119	136
	Pré-Escola	Pública	160	169	210	228	219	213	220	220	205
		Privada	41	76	124	100	68	59	61	60	62

Nova Roma do Sul	Etapa	Rede	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	Creche	Pública		29	24	43	47	49	52	60	60
Privada			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pré-Escola	Pública		67	84	63	64	56	60	61	64	60
	Privada		-	-	-	-	-	-	-	-	-

Nova Pádua	Etapa	Rede	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	Creche	Pública		15	7	13	37	32	47	49	41
Privada			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pré-Escola	Pública		34	45	31	34	37	43	39	53	84
	Privada		-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: INEP data (2024). Elaboração: a autora.

Ao analisarmos os municípios da região da AMESNE em relação à oferta de ensino no setor privado e na rede pública municipal, é possível observar algumas particularidades.

Em Nova Pádua e Nova Roma do Sul, por exemplo, não há presença de instituição de ensino privada, o que indica que toda a demanda educacional é atendida pela rede pública municipal. Já nos municípios de Antônio Prado e São Marcos, a presença de escolas privadas é pequena, sugerindo que a oferta de turmas nessas instituições também é reduzida. Nos municípios de Flores da Cunha e Farroupilha, as escolas privadas são responsáveis pelo atendimento quase que total das creches, enquanto a rede pública municipal concentra-se majoritariamente na pré-escola.

É importante ressaltar que Caxias do Sul destoa de qualquer comparativo, pois, nesse município, as instituições de educação privadas são as principais responsáveis pelo atendimento tanto da creche quanto da pré-escola, havendo pouca ou quase nenhuma participação da rede pública municipal.

Essas informações trazem à tona a diversidade de configurações da oferta de ensino na região da AMESNE. Enquanto alguns municípios dependem exclusivamente da rede pública municipal, outros contam com a predominância do setor privado. Essa realidade pode ser influenciada por diversos fatores, como a disponibilidade de recursos, as preferências da população e o histórico de ofertas de vagas na rede pública, bem como a opção política dos governantes. Após a apresentação dos dados dos municípios da AMSERRA e da AMUCSER, retornaremos a essa questão, aprofundando o caso de Caxias do Sul.

**Tabela 2** - Matrículas nos municípios AMSERRA e AMUCSER por dependência administrativa (2015-2023)

Município	Etapa	Rede	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------	-------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

<b>Gramado</b>	Creche	Pública	604	718	666	797	787	853	856	876	962
		Privada	127	142	185	231	288	185	96	165	331
	Pré-Escola	Pública	816	1.075	1.117	945	1.094	1.033	979	977	899
		Privada	211	180	150	227	213	235	169	165	209
<b>Canela</b>	Creche	Pública	336	354	389	481	585	568	506	512	572
		Privada	467	487	495	563	542	709	637	959	915
	Pré-Escola	Pública	474	442	579	591	666	645	568	600	543
		Privada	597	560	491	557	602	613	774	746	862
<b>Nova Petrópolis</b>	Creche	Pública	562	614	637	691	733	679	671	647	683
		Privada	29	28	27	25	17	16	3	9	9
	Pré-Escola	Pública	340	412	470	501	510	523	538	517	527
		Privada	55	42	30	37	37	34	23	24	28
<b>Picada Café</b>	Creche	Pública	51	57	50	58	47	44	43	49	64
		Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Pré-Escola	Pública	116	110	118	120	12	129	101	101	123
		Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>São Francisco de Paula</b>	Creche	Pública	190	171	174	208	269	236	229	250	299
		Privada	-	-	-	3	3	4	0	7	5
	Pré-Escola	Pública	287	308	403	432	439	475	458	503	516
		Privada	-	-	-	12	10	10	14	18	24
<b>Cambará do Sul</b>	Creche	Pública	144	164	156	162	169	132	124	171	201
		Privada									
	Pré-Escola	Pública	147	164	175	154	148	156	156	152	161
		Privada									
<b>AMUCSER</b>											
<b>Jaquirana</b>	Creche	Pública	68	61	61	59	59	54	39	45	63
		Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Pré-Escola	Pública	63	86	93	107	105	110	99	86	76
		Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: INEPdata. Elaboração: a autora

O município de Jaquirana, pertencente à AMUCSER, não possui escolas privadas. Nos municípios de Picada Café e Cambará do Sul, que fazem parte da AMSERRA, a situação se repete, não havendo presença de escolas privadas. Portanto, toda a responsabilidade do atendimento na educação infantil é atribuída à rede municipal.

Em São Francisco de Paula, embora existam algumas matrículas em escolas privadas, estas são praticamente imperceptíveis, o que demonstra a predominância da rede pública no atendimento às crianças. Já em Nova Petrópolis e Gramado, existem tanto escolas privadas quanto públicas.

No entanto, é importante ressaltar que a quantidade de matrículas é majoritariamente suprida pela rede pública de ensino. Em contraponto, dos municípios

da AMSERRA desta amostra, o município de Canela apresenta uma quantidade significativa de matrículas em escolas privadas. Nesse município, o atendimento na creche é quase que totalmente realizado por essas escolas, enquanto a pré-escola é dividida entre público e privado. Isso demonstra a necessidade de ampliação da oferta na rede pública municipal.

A discussão sobre o atendimento à educação infantil por meio de parcerias com instituições de ensino privadas nos municípios é uma pauta constante entre os pesquisadores. Ao considerar este tema para o conjunto de municípios da amostra, chama a atenção o caso do município de Caxias do Sul, que iremos analisar com base na literatura.

Silva (2022) em seu artigo “A oferta da educação infantil no setor privado: direito ou negócio” estudou a oferta da educação infantil pelo setor privado do município de Caxias do Sul, abordando as questões relacionadas à compra de vagas e à judicialização das mesmas. A autora aponta as fragilidades do atendimento público e como isso contribuiu para a formação de uma rede de negócios que impulsiona a compra de vagas e a judicialização nessa etapa educativa.

A partir da obrigatoriedade da pré-escola no município de Caxias do Sul, assim como em todo o Brasil, ampliou-se a procura por vagas para essa faixa etária, o que fomentou a ampliação de vagas no setor privado. Segundo Silva (2022), isso demonstrou a fragilidade do setor público frente ao setor privado, apontando que esse tipo de estratégia, compra de vagas, pode comprometer o direito à educação. Conclui-se que o sentido público da educação pode estar esmaecendo, uma vez que as estratégias municipais para a sua oferta alinham-se a processos privatizantes em uma lógica mercantil que posiciona o cidadão de direito como um cliente (Silva, 2023, p. 1).

Em sua pesquisa, Silva (2022) indica que a falta de escolas credenciadas em alguns bairros para a compra de vagas leva à judicialização e ao pagamento de valores mais altos e alerta para a preferência das escolas privadas por matrículas oriundas de processos judiciais, por serem vistas como mais rentáveis.

A autora (Silva, 2022) conclui que as estratégias municipais para a oferta de educação infantil em Caxias do Sul podem estar contribuindo para a privatização do ensino e fragilizando o direito à educação pública. “É assim que podemos pensar na expropriação do direito à educação, por meio de sua transformação em mercadoria,

com estratégia de valorização do capital em áreas antes intocadas, porque públicas e estatais" (Silva, 2022, p.10).

Seguindo nesta linha de pesquisa, Silva e Silva (2023) realizaram outro estudo envolvendo o município de Caxias do Sul. Neste caso, foi observado que nas políticas municipais de acesso e distribuição de vagas na creche o assistencialismo e a educação compensatória impactam diretamente a educação infantil.

Para os autores, essas políticas acabam gerando desigualdade na distribuição das vagas de creche, pois utilizam critérios classificatórios baseados na vulnerabilidade social, excluindo públicos que também necessitam de acesso à creche. "A garantia da igualdade de acesso a todas as crianças encontra-se restringida pela utilização de critérios que pontuam os níveis de vulnerabilidade, tornando-se certo sentido desumano, pois quanto mais rápido ocorre a conquista da vaga, significa que a família enfrenta severas situações de desigualdade" (Silva e Silva, 2023, p. 12).

Silva e Silva (2023) trouxeram informações relevantes. Segundo dados apresentados, em 2018, 85% da educação infantil em Caxias do Sul era ofertada na rede privada, algumas conveniadas, com matrículas públicas apenas para turmas de pré-escolas, e estas alocadas em escolas municipais de ensino fundamental. Em 2020, todas as vagas de creche eram ofertadas pelo setor privado, não havendo oferta de vaga pública para creche.

Além da busca documental, os pesquisadores realizaram entrevistas com gestores municipais, professores e diretores de escolas e concluíram que havia presença de assistencialismo e da ideia de educação compensatória nas políticas municipais de acesso e distribuição de vagas. Para Silva e Silva (2023), a rapidez na conquista de vagas de creche pode indicar severas situações de desigualdade enfrentadas pelas famílias, limitando a efetivação do direito à educação infantil de forma equitativa.

Diante do que estudamos e analisamos, ficou evidente que o município de Caxias do Sul enfrenta uma grande defasagem no atendimento à educação infantil na rede pública municipal. A terceirização da maioria das vagas e a falta de estrutura própria são fatores que contribuem para essa realidade. Essa situação prejudica não apenas as crianças que necessitam de acesso à educação de qualidade, mas também os pais que buscam uma melhor conciliação entre trabalho e cuidado dos filhos.

Outro aspecto importante a ser analisado em relação ao acesso é a duração da jornada. A estratégia 1.17 do Plano Nacional de Educação (PNE) fala da educação em tempo integral e tem como diretriz: "estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil" (PNE, 2014), que busca promover uma formação completa para os estudantes, contemplando não apenas os aspectos cognitivos, mas também emocionais, sociais e culturais. Essa perspectiva abrangente da educação impacta diretamente a educação infantil, uma vez que é nessa fase que as bases do desenvolvimento integral são estabelecidas.

Seguindo nossa observância dos dados coletados, a seguir, analisaremos os dados das matrículas na rede pública municipal na Educação Infantil de acordo com a duração da jornada, se parcial ou integral.

**Tabela 3** - Matrículas na rede pública municipal por duração da jornada (AMESNE, 2015- 2023)

Município	Etapa	Turno	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Caxias do Sul	Creche	Parcial									
		Integral									
	Pré-Escola	Parcial	1.912	2.309	2.470	2.346	2.551	2.759	2.494	2.672	2.779
		Integral	65	169	158	156	122	155	118	60	21
	<b>Total</b>	<b>1.977</b>	<b>2.478</b>	<b>2.628</b>	<b>2.502</b>	<b>2.673</b>	<b>2.914</b>	<b>2.612</b>	<b>2.732</b>	<b>2.800</b>	
Farroupilha	Creche	Parcial									
		Integral	0	285	806	931	789	311	329	427	419
		<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>285</b>	<b>806</b>	<b>931</b>	<b>789</b>	<b>311</b>	<b>329</b>	<b>427</b>	<b>419</b>
	Pré-Escola	Parcial	1.082	1.207	1.345	1.318	1.362	1.458	1.420	1.366	1.416
		<b>Total</b>	<b>1.082</b>	<b>1.207</b>	<b>1.345</b>	<b>1.318</b>	<b>1.362</b>	<b>1.458</b>	<b>1.420</b>	<b>1.366</b>	<b>1.416</b>
Flores da Cunha	Creche	Parcial									
		Integral	50	49	49	50	91	81	113	76	67
		<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>49</b>	<b>49</b>	<b>50</b>	<b>91</b>	<b>81</b>	<b>113</b>	<b>76</b>	<b>67</b>
	Pré-Escola	Parcial	284	437	504	497	527	484	342	355	376
		<b>Total</b>	<b>366</b>	<b>526</b>	<b>593</b>	<b>604</b>	<b>603</b>	<b>686</b>	<b>556</b>	<b>612</b>	<b>653</b>
Antônio Prado	Creche	Parcial									
		Integral	125	145	145	136	154	156	108	133	163
		<b>Total</b>	<b>125</b>	<b>145</b>	<b>145</b>	<b>136</b>	<b>154</b>	<b>156</b>	<b>108</b>	<b>133</b>	<b>163</b>
	Pré-Escola	Parcial	102	112	127	128	123	113	113	117	118
		<b>Total</b>	<b>159</b>	<b>169</b>	<b>209</b>	<b>227</b>	<b>219</b>	<b>212</b>	<b>218</b>	<b>209</b>	<b>203</b>
São Marcos	Creche	Parcial							11		15
		Integral	154	186	192	244	242	227	232	258	258
		<b>Total</b>	<b>154</b>	<b>186</b>	<b>192</b>	<b>244</b>	<b>242</b>	<b>227</b>	<b>243</b>	<b>258</b>	<b>273</b>

	Pré-Escola	Parcial	243	272	239	278	304	313	306	346	350
Integral		88	109	120	88	77	77	55	0	0	
<b>Total</b>		<b>331</b>	<b>381</b>	<b>359</b>	<b>366</b>	<b>381</b>	<b>390</b>	<b>361</b>	<b>346</b>	<b>350</b>	
<b>Nova Roma do Sul</b>	Creche	Parcial						23	12	0	8
		Integral	29	24	43	47	49	29	47	58	57
		<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>24</b>	<b>43</b>	<b>47</b>	<b>49</b>	<b>29</b>	<b>59</b>	<b>58</b>	<b>65</b>
	Pré-Escola	Parcial	67	83	47	41	29	60	35	36	29
		Integral	0	0	15	42	27	0	25	28	30
		<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>83</b>	<b>62</b>	<b>83</b>	<b>56</b>	<b>60</b>	<b>60</b>	<b>64</b>	<b>59</b>
<b>Nova Pádua</b>	Creche	Parcial	15	7	13	18	3	16	20	17	19
		Integral	0	0	0	19	0	29	29	23	27
		<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>7</b>	<b>13</b>	<b>37</b>	<b>3</b>	<b>45</b>	<b>49</b>	<b>40</b>	<b>36</b>
	Pré-Escola	Parcial	34	45	31	34	37	43	37	51	82
		Integral									
		<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>45</b>	<b>31</b>	<b>34</b>	<b>37</b>	<b>43</b>	<b>37</b>	<b>51</b>	<b>82</b>

Fonte: EducaCenso. **Elaboração:** a autora

Na região AMESNE, que abrange os municípios de Farroupilha, Flores da Cunha, Antônio Prado, São Marcos, Nova Roma do Sul e Nova Pádua, segue um padrão quanto aos turnos de atendimento na educação infantil. Nesses municípios, as creches funcionam em turno integral, ou seja, as crianças são atendidas durante todo o dia. Em relação à pré-escola, a maioria das turmas funciona em turno parcial, ou seja, as crianças frequentam a escola apenas em parte do dia. Esses municípios ofertam apenas algumas turmas em turno integral. Para Caxias do Sul, a realidade é um pouco diferente. Nesse município, o atendimento na educação infantil se restringe apenas à pré-escola, não havendo oferta de creches. Além disso, o atendimento é realizado somente em turno parcial, seguindo o padrão predominante na região.

**Tabela 4** - Matrículas na rede pública em turno integral e parcial nos municípios AMSERRA e AMUCSER (Jaquirana) no período de 2013 a 2023

Município	Etapa	Turno	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
<b>Gramado</b>	Creche	Parcial	1	3	14	16	0	0	0	0	2
		Integral	597	713	651	778	783	846	852	862	932
		<b>total</b>	<b>598</b>	<b>716</b>	<b>665</b>	<b>794</b>	<b>783</b>	<b>846</b>	<b>852</b>	<b>862</b>	<b>934</b>
	Pré-Escola	Parcial	340	407	442	403	866	856	823	860	519
		Integral	465	655	662	532	216	157	136	98	341
	<b>total</b>	<b>805</b>	<b>1.062</b>	<b>1.104</b>	<b>935</b>	<b>1.082</b>	<b>1.013</b>	<b>959</b>	<b>958</b>	<b>857</b>	
<b>Canela</b>	Creche	Parcial									
		Integral	333	347	385	478	581	565	502	506	565
		<b>Total:</b>	<b>333</b>	<b>347</b>	<b>385</b>	<b>478</b>	<b>581</b>	<b>565</b>	<b>502</b>	<b>506</b>	<b>565</b>
	Pré-Escola	Parcial	30	43	138	149	113	48	37	36	32
		Integral	436	391	427	431	540	587	524	544	484
		<b>Total</b>	<b>466</b>	<b>434</b>	<b>565</b>	<b>580</b>	<b>653</b>	<b>635</b>	<b>561</b>	<b>580</b>	<b>516</b>

	<b>Etapa</b>	<b>Turno</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
<b>Nova Petrópolis</b>	Creche	Parcial									
		Integral	561	614	637	690	732	673	670	645	677
		<b>Total</b>	<b>561</b>	<b>614</b>	<b>637</b>	<b>690</b>	<b>732</b>	<b>673</b>	<b>670</b>	<b>645</b>	<b>677</b>
	Pré-Escola	Parcial	84	98	85	71	52	51	100	67	49
		Integral	254	312	378	425	449	464	433	441	468
		<b>Total</b>	<b>338</b>	<b>410</b>	<b>463</b>	<b>496</b>	<b>501</b>	<b>515</b>	<b>533</b>	<b>508</b>	<b>517</b>
<b>Picada Café</b>	Creche	Parcial									
		Integral	51	56	49	57	47	44	43	48	61
		<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>56</b>	<b>49</b>	<b>57</b>	<b>47</b>	<b>44</b>	<b>43</b>	<b>48</b>	<b>61</b>
	Pré-Escola	Parcial									
		Integral	115	109	117	119	119	127	100	95	115
		<b>Total</b>	<b>115</b>	<b>109</b>	<b>117</b>	<b>119</b>	<b>119</b>	<b>127</b>	<b>100</b>	<b>95</b>	<b>115</b>
<b>São Francisco de Paula</b>	Creche	Parcial	0	0	0	26	106	68	23	3	0
		Integral	190	171	174	182	163	168	206	243	296
		<b>Total</b>	<b>190</b>	<b>171</b>	<b>174</b>	<b>208</b>	<b>269</b>	<b>236</b>	<b>229</b>	<b>246</b>	<b>296</b>
	Pré-Escola	Parcial	158	188	275	316	434	463	458	501	506
		Integral	128	119	127	110	0	12	0	00	
		<b>Total</b>	<b>286</b>	<b>307</b>	<b>402</b>	<b>426</b>	<b>434</b>	<b>475</b>	<b>458</b>	<b>501</b>	<b>506</b>
<b>Cambará do Sul</b>	Creche	Parcial									
		Integral	144	164	156	162	169	132	123	170	197
		<b>Total</b>	<b>144</b>	<b>164</b>	<b>156</b>	<b>162</b>	<b>169</b>	<b>132</b>	<b>123</b>	<b>170</b>	<b>197</b>
	Pré-Escola	Parcial	18	43	39	33	33	29	25	36	93
		Integral	129	120	135	120	114	127	129	113	63
		<b>Total</b>	<b>147</b>	<b>163</b>	<b>174</b>	<b>153</b>	<b>147</b>	<b>156</b>	<b>154</b>	<b>149</b>	<b>156</b>
<b>Jaquirana</b>	Creche	Parcial									
		Integral	68	61	61	59	59	54	38	45	63
		<b>Total</b>	<b>68</b>	<b>61</b>	<b>61</b>	<b>59</b>	<b>59</b>	<b>54</b>	<b>38</b>	<b>45</b>	<b>63</b>
	Pré-Escola	Parcial		86	93	107	105	110	99	85	74
		Integral	62								
		<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>86</b>	<b>93</b>	<b>107</b>	<b>105</b>	<b>110</b>	<b>99</b>	<b>85</b>	<b>74</b>

Fonte: EducaCenso. Elaboração: a autora

Em Jaquirana, município da amostra que representa a AMUCSER, o atendimento às crianças na fase da creche é oferecido em turno integral e na pré-escola, o atendimento é parcial, o atendimento se dá exclusivamente neste formato para essa etapa.

Na região da AMESERRA, alguns municípios, como Cambará do Sul, São Francisco de Paula e Nova Petrópolis, seguem o mesmo padrão da região AMESNE. Nestes locais, as crianças são atendidas em creche em turno integral, com acompanhamento durante todo o dia, e na pré-escola em turno parcial. Em Gramado, o atendimento à creche é integral, na pré-escola ele é dividido entre parcial e integral. O destaque da região fica por conta de Picada Café, onde todos os alunos, tanto da

creche quanto da pré-escola, são atendidos em turno integral. Canela, assim como Picada Café, também oferece atendimento integral tanto na creche quanto na pré-escola. No entanto, algumas turmas de pré-escola parcial também são disponibilizadas.

Para a efetividade da implementação dos planos municipais de educação com o plano nacional de educação, é importante que haja um alinhamento das estratégias dos planos. Essa ação é de extrema importância para garantir o progresso coletivo e a efetividade das políticas educacionais no Brasil. Harmonizar esses planos é essencial para garantir a continuidade das ações e o alcance das metas estabelecidas, proporcionando uma base sólida para o desenvolvimento educacional em todas as esferas governamentais.

Muitos estudos destacam a importância do alinhamento dos planos municipais de educação com o plano nacional de educação. Para Ribeiro (2017), a conexão entre esses planos é fundamental para garantir a coerência das ações e o compartilhamento de objetivos e metas comuns. Para o autor, o alinhamento possibilita uma maior integração entre as esferas governamentais, evitando a fragmentação das políticas educacionais e promovendo uma visão mais abrangente e articulada do sistema educacional.

Outro autor que ressalta a relevância do alinhamento é Souza (2015), ao afirmar que a cooperação entre as diferentes instâncias de governo é imprescindível para a efetivação das políticas educacionais. O autor destaca que a falta de alinhamento entre os planos municipais e o plano nacional de educação pode resultar em ações isoladas e desarticuladas, comprometendo a eficácia das políticas implementadas.

Entretanto, é importante ressaltar que nem sempre o alinhamento entre os planos municipais de educação e o plano nacional de educação ocorre de forma efetiva. Segundo Silva (2018), algumas vezes, os municípios negligenciam a importância desse alinhamento, o que acaba gerando um distanciamento entre as estratégias e metas estabelecidas a nível nacional e as ações locais. Isso pode ocorrer devido à falta de capacidade técnica e financeira dos municípios. Analisar se o alinhamento entre os planos municipais e o plano nacional de educação está acontecendo demanda uma análise aprofundada dos dados e políticas implementadas em cada município.

O acesso é um pilar fundamental para o desenvolvimento da educação infantil, tendo em vista a importância dessa etapa na formação das crianças. Por isso, o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece uma série de estratégias na Meta 1 que visam promover esses aspectos tão essenciais.

A partir do estudo elaborado por Flores, Brusius e Santos (2018), que traz a reflexão sobre a expansão das matrículas de pré-escola em instituições de ensino fundamental e o direito das crianças à qualidade na educação, analisaremos o caso do município de Farroupilha. Em seu texto, as autoras abordam os desafios para a adequação das redes de ensino, o acolhimento das crianças e suas famílias, a formação dos profissionais e as adequações no Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar, que se fazem necessários.

Ao observarmos a literatura sobre o tema, é importante considerar as crianças como sujeitos ativos, cujas necessidades precisam ser atendidas. Flores, Brusius e Santos (2018) destacam pontos que podem comprometer o atendimento da pré-escola, entre eles: espaços inadequados sem adaptação física correta (banheiros, áreas de recreação, mobiliários, etc.), falta de materiais pedagógicos específicos, falta de formação específica dos profissionais para atuar com essa etapa e currículo descontextualizado que não considera as especificidades e necessidades das crianças pequenas.

É fundamental que as escolas de ensino fundamental estejam preparadas para oferecer um atendimento de qualidade na pré-escola. A integração entre as etapas da educação básica e a adequação das estruturas escolares são essenciais para promover um ambiente acolhedor e propício para o desenvolvimento das crianças. Flores e Silva (2015) propõem o estabelecimento de pontes entre a educação infantil e o ensino fundamental, visando garantir o direito ao brincar livremente na primeira etapa da educação básica e o caráter lúdico das aprendizagens necessárias para uma vida em sociedade plena.

A adaptação dos espaços físicos, o fornecimento de materiais pedagógicos apropriados e um currículo que atenda às necessidades das crianças, esse ponto é lembrado por Barbosa e Craidy (2012), que nos recomendam um currículo centrado nas práticas cotidianas, colocando as crianças no centro do processo curricular. Outro ponto trazido é a necessidade da formação contínua dos profissionais. Pinto e Flores (2016) destacam a importância da qualificação profissional dos docentes para garantir

o direito à educação de qualidade para as crianças pequenas, enfatizando a necessidade de planos de carreira, remuneração digna e valorização docente.

Todas essas informações trazidas por Flores, Brusius e Santos (2018) têm por objetivo destacar a importância de um planejamento adequado quando se trata da expansão de pré-escola em instituições de ensino fundamental, destacando a importância do direito à educação de qualidade para as crianças pequenas e a necessidade de uma articulação eficaz entre as diferentes etapas de ensino.

Propondo um estudo de caso ao município de Farroupilha que, segundo dados do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS, 2016), havia universalizado a pré-escola, a partir da série histórica de 2010-2015, o que pode ser observado na figura abaixo, retirada do artigo "Reflexões sobre a obrigatoriedade de matrícula na pré-escola: um estudo de caso no município de Farroupilha/RS" de Flores e Silva (2016).

**Figura 2** - Taxa atendimento Farroupilha

Tabela 1 - Evolução da taxa de atendimento, número de alunos em idade pré-escolar na escola, posição entre municípios e vagas a criar (FARROUPILHA, 2010-2015)

Ano	População em idade pré-escolar	Matrículas na pré-escolar	Taxa de atendimento	Posição entre municípios	Vagas a criar Meta 1
2010	1343	1140	75,30%	203 <sup>a</sup>	374
2011	1338	1138	74,38%	200 <sup>a</sup>	392
2012	1427	1175	82,35%	194 <sup>a</sup>	252
2013	1451	1276	89,42%	175 <sup>a</sup>	151
2014	1427	1434	100,49%	144 <sup>a</sup>	-
2015	1427	1436	100,63%	154 <sup>a</sup>	-

Elaborado pelas próprias autoras a partir de dados da Radiografia da Educação Infantil (TCE-RS, 2016) .

**Fonte:** TCE – RS. 2016

Segundo as autoras, ao observar essa tabela, não foi identificado um aumento significativo no número de crianças em idade pré-escolar. No entanto, houve um aumento no número de matrículas para essa etapa. Nesse contexto, o município não precisaria criar novas vagas. No entanto, ao observar a Figura 02, também apresentada no artigo mencionado, é possível perceber um aumento significativo nas matrículas na rede municipal.

**Figura 3** - Evolução no número de matrículas

Tabela 2 - Evolução a no número de matrículas em pré-escola por dependência administrativa (Farroupilha, 2010-2015)

Ano	Total	Municipal	Estadual	Privada
2010	1.140	544	49	547
2011	1.138	517	52	569
2012	1.178	554	52	572
2013	1.236	569	43	624
2014	1.502	912	58	532
2015	1.572	1.043	51	478

Elaborado pelas próprias autoras a partir de dados do TCE – Radiografia da EI – 2016 (exercício 2015)

Fonte: TCE-RS, 2016

△

De acordo com o estudo de Flores e Silva (2019), 69,59% das crianças do Município de Farroupilha são atendidas em vagas públicas de tempo parcial. Essa estratégia de priorizar o atendimento parcializado de 4h diárias foi adotada como forma de universalização no município. As autoras destacam que essa abordagem não atende integralmente o direito da criança à educação, já que o município não dispunha de escola de educação infantil para atendimento de crianças de zero a cinco anos de idade.

Segundo as autoras, a pré-escola é comumente atendida em salas ociosas das escolas de ensino fundamental e a creche é atendida em escolas específicas para esse segmento. A desagregação dos segmentos creche e pré-escola e a dificuldade de manter um trabalho pedagógico contínuo em toda a etapa da educação infantil são apontadas como desafios para garantir a qualidade do atendimento.

O município de Farroupilha universalizou a educação infantil, conforme estabelecido pelo Plano Nacional de Educação. Para atender a essa demanda, adotou a estratégia de utilizar espaços ociosos em escolas de ensino fundamental para abrir turmas de educação infantil, em vez de investir na construção de novas escolas e atender as crianças somente em período parcial. Embora essa medida possa parecer uma solução rápida e econômica, ela pode comprometer as crianças de diversas formas. Primeiro, a falta de infraestrutura adequada pode afetar negativamente o

desenvolvimento físico e cognitivo dos alunos, limitando seu acesso a espaços adequados para brincadeiras e aprendizagem. Segunda, a não ampliação do turno de atendimento, que além de comprometer as crianças, uma vez que a educação integral proporciona um ambiente mais propício ao desenvolvimento da criança, não atende à necessidade das mães trabalhadoras.

Segundo na análise dos dados de acesso nos municípios da 4ª CRE, a partir dos indicadores da Meta 1 do Plano Nacional de Educação, que é universalizar a pré-escola para crianças de 4 a 5 anos até o final da vigência do plano (BRASIL, 2014), é indispensável garantir que todas as crianças tenham a oportunidade de frequentar a educação infantil. Segundo Ferreira (2015), o acesso à educação desde a primeira infância é fundamental para o desenvolvimento integral da criança, proporcionando oportunidades de aprendizagem e socialização.

No quadro abaixo podemos observar o que foi previsto na meta 1 dos PMEs, com relação ao determinado no PNE.

**Quadro 17** - Indicadores da Meta 1 dos PMEs e sua relação com o PNE.

<b>Plano Nacional de Educação</b>	<b>Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré- escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.</b>
PME Caxias do Sul	Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré- escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE (Lei federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014)
PME Farroupilha	Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré- escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE.
PME Nova Petrópolis	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré- escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 90% (noventa por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.
PME Picada Café	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré- escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do Plano Nacional de Educação.
PME Gramado	Universalizar, até 2016, a Educação Infantil para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade, e ampliar a oferta de Educação Infantil, na rede pública municipal e rede privada, de forma a atender toda a demanda manifesta, da população de 4 (quatro) meses até 3 (três) anos e 11 (onze) meses, garantindo, no mínimo, o atendimento de 50% (cinquenta por cento) da população dessa faixa etária.

PME Canela	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré- escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do Plano Nacional de Educação.
PME Nova Pádua	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré- escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até (três) anos até o final da vigência deste PNE.
PME Nova Roma do Sul	Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré- escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade, e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.
PME São Marcos	Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, e ampliar, até o final da vigência deste plano, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% (cinquenta por cento) da população de 0 (zero) até 3 (três) anos.
PME Flores da Cunha	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré- escola para crianças de quatro e cinco anos de idade e ampliar a oferta da educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE.
PME Antônio Prado	Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré- escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PME.
PME São Francisco Paula	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré- escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.
PME Cambará do Sul	Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré- escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em Creches de forma a atender, no mínimo, 75% das crianças de até 3 anos de idade até o final da vigência deste PME, com a devida qualidade.
PME Jaquirana	Assegurar a universalização do atendimento às crianças de 4 a 5 anos e ampliar a oferta da Educação Infantil de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos até o final da vigência deste PME.

**Fonte:** Planos Municipais de Educação. **Elaboração:** a autora.

Conforme exposto no quadro acima, os municípios seguiram de forma fiel o previsto na meta 1 do Plano Nacional de Educação. Os 14 municípios previram universalizar o acesso à pré-escola até o ano de 2016. Doze municípios comprometeram-se em atender 50% das crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos até o final da vigência do PME, ou seja, 2025. A exceção foi Nova Petrópolis e Cambará do Sul, que previram atender 90% e 75%, respectivamente, das crianças em etapa de creche no mesmo período.

Abaixo, irei analisar a tendência de alcance prevista na Meta 1, de acordo com os planos municipais. Para esta análise, utilizamos como referência o percentual de

atendimento previsto na Radiografia do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, Tabela 20, referente ao ano base de 2019. Essa tabela utiliza como base de cálculo a relação entre o número de crianças de 0 a 3 anos e de 4 e 5 anos matriculadas em estabelecimentos educacionais públicos e privados e a estimativa populacional de 2018 do Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado do RS. Optamos por esse indicador, pois será adotado nas próximas radiografias pelo TCE-RS e é a informação mais atualizada para esse indicador por município que temos conhecimento.

**Quadro 18** - Alcance da Meta 1 nos municípios da 4ª CRE

Regiões	Município	Radiografia do TCE-RS 2010- 2019: Tabela 20 – ano 2019	
		Indicador 1A	Indicador 1B
AMESNE	Antônio Prado	100%	49,35%
	Caxias do Sul	83,16%	34,23%
	Farroupilha	91,19%	44,81%
	Flores da Cunha	91,07%	33,12%
	Nova Pádua	102,78%	47,76%
	Nova Roma do Sul	105,66%	47,12%
	São Marcos	92,21%	39,96%
AMSERRA	Cambará do Sul	117,69%	67,87%
	Canela	90,79%	43,41%
	Gramado	96,60%	55,05%
	Nova Petrópolis	112,15%	78,37%
	Picada Café	103,99%	67,57%
	São Francisco de Paula	84,40%	25,16%
AMUCSER	Jaquirana	125%	31,55%

**Fonte:** Radiografia do TCE-RS 2010-2019; **Elaboração:** a autora.

Acima, na tabela 18, os municípios estão subagrupados por associação de municípios e apresentados por ordem alfabética. Todos os municípios da amostra seguiram o que estava previsto na meta 01 do PNE no texto de seus PMEs: "Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do Plano Nacional de Educação" (PNE, 2014, Meta 1). Certamente um compromisso grande, porém, a partir da análise dos dados trazidos

nesta dissertação, percebemos que nem todos os municípios conseguiram atender o indicador 1A e universalizar a pré-escola até 2016.

De acordo com o estudo elaborado pelo TCE RS, em 2019, os municípios de Picada Café, Nova Petrópolis e Cambará do Sul atenderam o disposto na meta nacional tanto para pré-escola quanto para a creche (destaque em verde). Os municípios de Nova Pádua, Nova Roma do Sul, Antônio Prado e Jaquirana atenderam o proposto que era universalizar a pré-escola (destaque em vermelho). Os três primeiros municípios citados, na época, estavam muito próximos de atingir a meta nacional para creche (destaque em azul), assim como o município de Gramado, que em 2019 havia atendido o percentual para a creche e estava bem próximo de universalizar a educação infantil (destaque em amarelo).

A estratégia 1.5 do PNE prevê a manutenção e ampliação dos programas de construção e reestruturação de escolas, assim como a aquisição de equipamentos. Este foi um dos fatores que analisamos, se contribuiu ou não, para a ampliação da oferta de vagas de educação infantil na rede pública municipal da presença do Programa PROINFÂNCIA. A seguir, iremos discutir sobre ele, a fim de conhecer melhor o programa e como ele se efetivou na região da 4ª CRE.

Neste contexto o Plano de Ações Articuladas- PAR foi a ferramenta utilizada para unificar em só local todas as informações do país; implementada em 2007, a ferramenta tinha como principal objetivo:

O plano de Metas Compromisso pela Educação, um programa estratégico do PDE, instituído pelo Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007, inaugurou um novo regime de colaboração, conciliando a atuação dos entes federados sem lhes ferir a autonomia, envolvendo primordialmente a decisão política, a ação técnica e o atendimento da demanda educacional, visando à melhoria dos indicadores educacionais. [...] A partir da adesão ao Plano de Metas, os estados, os municípios e o Distrito Federal passaram à elaboração de seus respectivos Planos de Ações Articuladas (PAR). (Brasil, 2011. p. 214)

Em 2009, foi disponibilizada uma nova ferramenta dentro do Plano de Ações Articuladas (PAR), o SIMEC – Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação. A partir daí, iniciou-se o monitoramento das ações previstas no PAR. De acordo com Machado e Percher (2010), o PAR passou a ser pré-requisito para as transferências voluntárias do governo federal aos Estados e Municípios.

Uma das principais ações do PAR foi o Programa ProInfância (Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos da Rede Pública de

Educação Infantil), criado em 2012. Esse programa é tema de estudo de muitos pesquisadores que oferecem diferentes perspectivas sobre a sua criação e impactos. Segundo Silva (2011), a criação do programa foi um importante avanço para a educação infantil no país, pois trouxe a possibilidade de melhorias nas estruturas das escolas. O objetivo desse programa foi fornecer assistência financeira para a construção de escolas de educação infantil seguindo os modelos padrão do Programa, para aquisição de mobiliários e equipamentos adequados, e também para formação pedagógica do corpo docente das escolas. Além do ProInfância o sistema disponibiliza o EI. Manutenção:

O MÓDULO EDUCAÇÃO INFANTIL MANUTENÇÃO (E.I. MANUTENÇÃO) do SIMEC, [...], foi criado para subsidiar o Ministério da Educação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação na análise e aprovação das solicitações para transferência direta de recursos financeiros pleiteados por municípios e pelo Distrito Federal para a Educação Infantil (creche e pré-escola) (Brasil, 2013b, pág. 2)

O Quadro 19 apresenta dados do Programa ProInfância na construção e ampliação de Escolas de Educação Infantil na região de abrangência da 4ª CRE:

**Quadro 19** - Quantidade de construções PROINFÂNCIA na região da 4ª CRE

<b>Município</b>	<b>Quantidade/Tipo</b>	<b>Valor Previsto</b>
Caxias do Sul	4 construções - tipo C	R\$ 2.477.870,72
	1 construção – tipo B	R\$ 707.070,71
Farroupilha	-	-
Antônio Prado	1 construção – tipo C	R\$ 616.698,22
Flores da Cunha	1 construção – tipo B	R\$ 1.325.122,31
São Marcos	1 construção – tipo C	R\$ 612.702,88
Nova Roma do Sul	-	-
Nova Pádua	-	-
Gramado	1 construção – tipo C	R\$ 765.446,55
Canela	1 construção – tipo B	R\$ 1.182.075,69
Nova Petrópolis	1 construção – tipo B	R\$ 1.096.161,38
	1 construção - tipo C	R\$ 614.897,03
	6 ampliações - tipo C	R\$ 1.095.992,88
Picada Café	1 construção – tipo B	R\$ 1.169.708,98
	3 ampliações – tipo B	R\$ 825.638,46
Cambará do Sul	1 construção – tipo B	R\$ 1.196.771,39
Jaquirana	1 construção – tipo B	R\$ 707.070,71
São Francisco de	1 construção – tipo B	R\$ 1.294.185,00

Paula		
-------	--	--

**Fonte:** Painel de Obras SIMEC/PAR. **Elaboração:** a autora.

Ao analisar o Quadro nº 19, percebemos a presença do programa na grande maioria dos municípios, com investimentos mais significativos nos municípios de Nova Petrópolis e Picada Café, os quais ocupam as melhores posições no ranking do TCE/RS, dentre os municípios da CRE. Através de investimentos na infraestrutura das escolas, o PROINFANCIA proporcionou um ambiente mais adequado para as crianças desenvolverem suas habilidades cognitivas, físicas e sociais. Além disso, a disponibilidade de equipamentos adequados estimulou o desenvolvimento de atividades pedagógicas mais diversificadas e eficazes.

Os pontos positivos são destacados por Oliveira (2013); segundo o autor, uma infraestrutura adequada é fundamental para garantir um ambiente propício para a aprendizagem e o desenvolvimento integral das crianças. Essa colocação nos leva a entender que, com espaços físicos adequados, as instituições de educação infantil podem oferecer atividades lúdicas, educativas e recreativas, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças.

É importante lembrar que o PROINFANCIA também enfrentou desafios e impactos negativos ao longo do tempo. Para Santos (2015), um dos principais problemas enfrentados pelo programa foi a falta de recursos financeiros, o que limitou a implementação de todas as ações planejadas. Também houve dificuldades burocráticas nos processos de licitação e contratação de empresas para a execução das obras, o que atrasou a conclusão de muitos projetos.

Muito ainda precisa ser feito para o PROINFANCIA, pois, apesar das dificuldades, é inegável sua contribuição para o avanço das políticas públicas ligadas à Educação infantil. Mesmo com os avanços conquistados, especialmente na década de 2000, a educação infantil no Brasil ainda enfrenta desafios, como a falta de vagas em creches e pré-escolas e a necessidade de melhoria na qualidade do ensino oferecido. Sendo assim, é fundamental que o programa continue recebendo investimentos e atenção do governo e da sociedade, a fim de garantir o pleno desenvolvimento das crianças e a promoção da igualdade de oportunidades na educação. A Portaria MEC/SEB nº 12, de 21 de março de 2024, prevê o retorno do EI Manutenção com repasse de recursos para a manutenção e implementação de novas turmas de educação infantil em unidades do PROINFANCIA.

## 5.2 QUALIDADE E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Nesta seção, trataremos da qualidade e da equidade no atendimento à Educação Infantil no contexto das políticas dos municípios, tendo o financiamento da educação como principal agente garantidor dos padrões mínimos de qualidade.

Qualidade e equidade na educação são conceitos fundamentais para garantir um sistema educacional eficiente. Para Souza e Pimenta (2016), o conceito de qualidade na educação infantil está ligado a diversos aspectos que contribuem para a promoção do desenvolvimento integral das crianças. Segundo as autoras, a qualidade na educação infantil envolve a valorização das interações sociais e afetivas, a oferta de atividades pedagógicas adequadas ao desenvolvimento infantil, a formação e valorização dos profissionais da educação, a promoção da equidade e da inclusão, entre outros aspectos.

Já em relação à equidade, podemos citar Santos (2017), que afirma que "[...] a equidade na educação significa oferecer oportunidades iguais para todos os estudantes, independentemente de suas características individuais ou sociais" (Santos, 2017, p. 48). Isso implica em proporcionar uma educação inclusiva, que valorize e respeite a diversidade e promova a igualdade de direitos e oportunidades para todos os alunos.

Sendo assim, qualidade e equidade na educação estão intrinsecamente relacionadas e são fundamentais para garantir um sistema educacional que atenda às necessidades das crianças. Para que essa garantia seja atendida, é necessário que o poder público realize os investimentos necessários.

O estudo elaborado pela Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA) em 2021 abordou a importância da Educação Infantil, destacando a necessidade de atualização e aperfeiçoamento das regras do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) para considerar os custos elevados dessa etapa educacional. Este mesmo estudo aborda aspectos relacionados à pandemia de Covid-19, em que as escolas de Educação Infantil foram fechadas, levantando questões sobre as condições das crianças em casa, a necessidade de aportes financeiros adicionais e a importância de orientações para o retorno presencial de forma segura.

O fechamento das escolas de Educação Infantil levou as crianças a permanecerem em casa sem acesso às atividades educacionais e interações adequadas. Sobre isso o texto aponta:

A confirmação da pandemia em março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), também no Brasil todas as escolas foram fechadas, inclusive as de Educação Infantil, legalmente denominadas creches e pré-escolas. Ninguém, como se sabe, estava preparado para essa situação, e as crianças entre 0 e 3 anos, que vinham frequentando algumas unidades de EI, bem como as entre 4 e 5, simplesmente tiveram que se manter em seus lares.” (FINEDUCA, 2021, p. 48).

A partir desse contexto pandêmico outras discussões sobre o financiamento da educação tornou-se pauta, como a necessidade de financiamento adicional para garantir o atendimento mínimo de qualidade na Educação Infantil e enfrentar as desigualdades aprofundadas pela pandemia “A pandemia representou um aprofundamento sem precedentes dessas desigualdades, indicando a necessidade de maiores aportes financeiros para essa etapa educacional.” (FINEDUCA, 2021, p. 49).

De acordo com a pesquisa do FINEDUCA (2021), para garantir um atendimento de qualidade e cumprir as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) na educação infantil, eram necessárias demandas financeiras significativas. Segundo o estudo mencionado, as estimativas apontam para a necessidade de investimentos na ordem de quase R\$ 107 bilhões, o equivalente a 1,47% do PIB, para atender os parâmetros mínimos de qualidade e ampliar os índices de atendimento. O estudo também aponta que, considerando a meta de atingir um gasto público em educação correspondente a 10% do PIB, conforme definido no PNE, a estimativa de ampliação com qualidade na Educação Infantil corresponde a menos de 15% desse total. Isso indica a necessidade de um aumento significativo nos investimentos para garantir o cumprimento da meta com qualidade.

A Educação Infantil sempre desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento das crianças, tendo em vista que é nessa fase que ocorre a formação de habilidades cognitivas, socioemocionais e motoras, essenciais para o seu crescimento integral. Segundo Araújo (2018), a Educação Infantil é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo considerada a primeira etapa da Educação Básica. A Meta 01 do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 estabelece a ampliação e a

melhoria da qualidade da Educação Infantil para atender à demanda por vagas e garantir o acesso de todas as crianças a essa etapa. Para isso, traz estratégias que norteiam a criação de políticas públicas que atendem a esse objetivo.

A Educação Infantil brasileira passou por mudanças significativas, de acordo com os relatórios de monitoramento realizados pelo INEP. Houve avanços na ampliação do acesso e na melhoria da qualidade dessa etapa educacional. Segundo Santos (2016), esses relatórios apresentam dados sobre o acesso, a permanência e a qualidade do ensino oferecido nessa etapa educacional, permitindo identificar avanços e desafios a serem superados. Silva (2019) nos traz que o número de matrículas na Educação Infantil aumentou consideravelmente nas últimas décadas, resultado de políticas públicas que visam garantir o acesso universal das crianças a essa etapa educativa. No entanto, ainda existem desafios a serem enfrentados, como a garantia de acesso universal e a melhoria constante da qualidade do ensino oferecido.

Importante ressaltar que a Educação infantil deve ser ofertada seguindo o que estabelece a CF/88, que traz como princípios básicos: a igualdade de condições para acesso e permanência; gratuidade do ensino nos estabelecimentos públicos oficiais; garantia de qualidade (CF, 1988, Art. 212, incisos I e IV). Partindo desse pressuposto, dizemos que não podemos fazer educação sem a presença efetiva do Estado. É preciso reconhecer a responsabilidade do Estado no processo educacional, visto que o mesmo é detentor de condições financeiras para efetivar as políticas públicas necessárias para o atendimento, ainda que em certos contextos, haja estados e municípios com reduzida capacidade de gastos, sendo a União o ente que mais concentra recursos (Sanches, 2010).

É inegável a responsabilidade que o Estado tem em garantir o acesso e a permanência na Educação Infantil, com parâmetros mínimos de qualidade. No Brasil, precisamos levar em consideração o modelo utilizado, que se estrutura no regime de colaboração, o qual repassa aos municípios o dever de garantir essa oferta.

Alves e Pinto (2020) evidenciaram a desigualdade orçamentária que permeia os entes federados. Um dos indicadores utilizados foi a renda per capita. Ao analisarem esses dados, os autores mostraram a desigualdade de condições que os municípios têm. Muito embora o FUNDEB venha como um mecanismo de redistribuição, a arrecadação do município reflete no financiamento da educação.

Segundo Flores e Silva (2016), o financiamento para a educação infantil é uma condição indispensável para a garantia do direito constitucional à gratuidade, laicidade e qualidade. No entanto, os entes federados passaram a receber recursos para essa etapa somente após 2006, com a criação do FUNDEB. O FUNDEF, que vigorou de 1996 até 2006, não contemplava a educação infantil. O PNE de 2001 a 2010 trazia em seu escopo a "Meta 1 – Ampliar a oferta de educação infantil de forma a atender, em cinco anos, [...] a 60% da população de 4 e 6 anos (ou 4 e 5 anos) e, até o final da década, alcançar a meta de 80% das crianças de 4 e 5 anos" (Brasil, Lei nº 10.172/2001, Meta 1). O fato de não haver um financiamento específico para essa etapa fez com que o país não atingisse a meta proposta pelo PNE 2001-2010, fator também apontado por Flores e Silva (2016).

O Fundeb desempenha um papel fundamental na garantia da universalização da educação básica no Brasil. Através do Fundeb, são destinados recursos para a remuneração dos profissionais da educação, para a manutenção e desenvolvimento do ensino e para a expansão da oferta. Sanches, Gouvea e Paz (2023) abordam o financiamento da educação lembrando que ele é um mecanismo de redistribuição de recursos que visa assegurar o financiamento da educação em todos os níveis, promovendo a equidade e a qualidade do ensino.

A aprovação do Fundeb representou um avanço significativo no fortalecimento da educação básica, democratizando o acesso e protegendo o financiamento público na área educacional "A importância do Fundeb é incontestável e o compromisso com a universalização da educação Básica é um avanço". (Sanches, Gouvea, Paz, 2023, p. 01)

Para Sanches, Gouvea e Paz (2023), os recursos do Fundeb têm um impacto significativo no perfil da matrícula em municípios com baixos valores de gastos por aluno. A política de fundo, por meio da subvinculação dos recursos, permite uma redistribuição mais equitativa dos recursos, levando em consideração o número de estudantes matriculados em cada localidade. Isso significa que municípios com menos capacidade de arrecadação própria e recebimento de transferências podem ter seus recursos do Fundeb ampliados com base no quantitativo de estudantes matriculados. "O Fundeb desempenha um papel crucial na promoção da universalização da educação básica, garantindo o acesso, a permanência e a qualidade do ensino para todos os brasileiros" (Sanches, Gouvea e Paz, 2023, p. 04).

No entanto, é importante ressaltar que a política de fundo também apresenta desafios para alguns municípios. Segundo os autores, cidades pequenas e que dependem principalmente da transferência do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) como principal fonte de recurso, podem ser penalizadas na distribuição dos recursos do Fundeb. "A política de fundos contábeis inaugurou uma lógica em que parte dos recursos migra para onde o estudante está matriculado" (Sanches, Gouvêa, Paz, 2023, p. 13). A desigualdade na capacidade de arrecadação pode impactar a distribuição dos recursos e a qualidade do ensino em determinadas localidades.

Bruno e Silveira (2023) afirmam que a ampliação no número de vagas e as condições em que essa oferta se dará precisam estar ligadas aos padrões de qualidade. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), o padrão de qualidade é atingido quando suas funções sociopolítica e pedagógica são cumpridas. Para isso, é necessário investir em todas as dimensões da educação infantil.

[...] garantam ao espaço físico a adequada conservação, acessibilidade, estética, ventilação, insolação, luminosidade, acústica, higiene, segurança e dimensões em relação e ao tamanho dos grupos ao tipo de atividades realizadas. (Brasil, 2009, p.12).

Bruno e Silveira (2023) apontam a questão de que a expansão da oferta tem sido insuficiente, pois as taxas de matrícula na faixa etária de 0 a 3 anos são menores do que na faixa etária de 4 e 5 anos. Além disso, a pré-escola em alguns municípios dessa amostra ainda não foi universalizada. Taporosky (2017) reafirma que "o acesso a todas as crianças cujas famílias manifestam interesse, na creche, e a todas as crianças de 4 e 5 anos, na pré-escola, o acesso deve ser considerado como parte do conteúdo da qualidade da educação infantil" (Taporosky, 2017, p. 80). Para atender a esse preceito, é necessário, portanto, um investimento maior por parte dos municípios para atender ao disposto no indicador 1A.

É fundamental entender a importância que a educação infantil tem na formação integral das crianças pequenas e bem pequenas, perceber a urgência em implementar políticas públicas que materializem o direito ao acesso e permanência nos espaços escolares.

Para que esse direito, que é subjetivo de todas as crianças, seja concretizado, é necessária a ampliação do investimento por parte do Estado. É garantia de que os insumos adequados cheguem até as escolas, para que estas ofereçam as melhores

condições de atendimento e as crianças possam usufruir de seus direitos civis, humanos e sociais. (Brasil, 2009).

O Artigo 212 da Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece que os estados e municípios devem investir, no mínimo, 25% das receitas resultantes de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino. É uma medida que visa garantir o direito à educação de qualidade para todos os estudantes. Segundo Sguissardi (2014), essa medida é fundamental para a superação das desigualdades sociais e regionais, pois possibilita que as escolas tenham condições adequadas de funcionamento e ofereçam um ensino de qualidade para todos os estudantes.

Ao analisar a tabela abaixo, com o investimento em educação, fica evidente que alguns municípios não partem do mesmo recurso orçamentário que o outro. Isso se deve a fatores como a composição da renda do município, o recolhimento de impostos e a movimentação econômica. Bruno e Silveira (2023) pontuam que, independentemente do tamanho do município ou de sua renda *per capita*, todos dependem dos recursos do FUNDEB para compor a receita destinada à educação.

**Tabela 5** - Arrecadação dos municípios de abrangência da 4ª CRE e o investimento em educação

Município	Nº hab.	PIB p/capito	FUNDEB 2023	% investido em Educação 2023	Investimento p/aluno da Ed. Infantil	Associação de Municípios
Caxias do Sul	463.501	60.506,95	R\$278.663.725,76	22,24	4.383,95	AMESNE
Farroupilha	70.286	59.633,50	R\$56.355.100,64	28,56	4.915,79	AMESNE
Canela	48.946	34.711,89	R\$ 43.090.904,31	23,42	7.672,92	AMSERRA
Gramado	40.134	72.103,34	R\$ 39.937.677,38	21,58	11.088,83	AMSERRA
Flores da Cunha	30.892	80.956,10	R\$ 20.676.602,90	26,43	4.679,05	AMESNE
Nova Petrópolis	23.300	44.789,05	R\$ 18.706.553,51	24,72	6.820,43	AMSERRA
São Francisco de Paula	21.893	46.934,89	R\$ 12.225.961,75	25,78	6.083,72	AMSERRA
São Marcos	21.084	52.647,06	R\$ 13.331.379,57	26,53	9.051,34	AMESNE
Antônio Prado	13.045	61.154,04	R\$ 7.018.616,18	24,77	6.229,77	AMESNE
Cambará do Sul	6.361	38.003,51	R\$ 5.137.055,41	28,27	7.077,65	AMSERRA
Picada Café	5.351	66.860,05	R\$ 5.850.551,97	28,61	8.104,41	AMSERRA
Jaquirana	3.690	26.042,85	R\$ 3.422.408,51	21,79	6.532,90	AMUCSER
Nova Roma do Sul	3.466	45.232,13	R\$ 2.284.443,98	24,91	9.031,41	AMESNE
Nova Pádua	2.343	39.098,98	R\$ 721.486,72	29,26	21.464,47	AMESNE

**Fonte:** IBGE 2010, 2020, 2022, 2023; Tesouro Nacional 2023 e SIOPE 2023. **Elaboração:** a autora.

Considerando a portaria interministerial 274/2024 que determina os repasses do FUNDEB, os valores variam de R\$ 5.847,12 a R\$ 6.910,23, dependendo da etapa e forma de atendimento. A AMESNE agrupa os municípios com maior arrecadação de FUNDEB e também os municípios com menores investimentos por aluno na educação infantil, como Caxias do Sul e Farroupilha, e também os com menor arrecadação e com bom investimento por aluno na educação infantil, como Nova Roma do Sul e Nova Pádua.

Para a região da AMSERRA, os dois municípios que mais arrecadaram FUNDEB foram Canela e Gramado, este com investimento por aluno na educação infantil bem significativo, R\$ 11.088,83. Neste mesmo contexto, o fato de Cambará do Sul ser o município que menos recebeu FUNDEB neste grupo não o impediu de investir R\$ 7.077,65 por aluno na educação infantil.

Na tabela n.º 05 é possível observar quanto cada município investiu em Educação no ano de 2023. Os municípios de Caxias do Sul, Farroupilha, Canela e Gramado foram os que mais receberam FUNDEB (destaque em verde). Com exceção de Farroupilha, que investiu 28,51%, os demais não chegaram ao percentual mínimo (destaque em vermelho). Fazendo uma comparação com os municípios com menor arrecadação de FUNDEB, como Cambará do Sul, Jaquirana, Nova Pádua e Nova Roma (destaque em vermelho), todos esses estão no grupo dos municípios com menos de 7 mil habitantes. Nova Roma do Sul e Nova Pádua estão entre os municípios que mais investiram em educação (destaque em verde).

Ao analisarmos o valor investido por aluno da Educação Infantil, os municípios que mais empregaram recursos foram São Marcos, Nova Roma do Sul, Gramado e Nova Pádua (destaque em verde), e os que menos investiram foram Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha e São Francisco de Paula.

Em seu estudo, Flores e Lutz (2022) abordam o investimento *per capita* da creche e como o valor destinado por aluno matriculado na creche impacta diretamente no financiamento dos insumos necessários para o funcionamento adequado da instituição. De acordo com o estudo trazido por Flores e Lutz (2022), apontam que, mesmo com a integração da Educação Infantil no Fundeb a partir de 2007, o *per capita* destinado às creches não foi o suficiente para cobrir todos os custos necessários para garantir a qualidade do atendimento. Um *per capita* inadequado pode comprometer a

qualidade do serviço prestado e impactar negativamente o atendimento educacional das crianças atendidas na creche.

A partir do que verificamos na tabela número 05, podemos constatar que nem sempre os municípios que possuem as melhores receitas em PIB ou repasse do FUNDEB são aqueles que mais investem em educação; o contrário também é verdadeiro. É essencial conscientizar sobre a importância de investir em Educação, pois isso possibilita a melhoria na infraestrutura escolar, a formação e valorização dos professores, a aquisição de materiais didáticos e equipamentos, entre outros aspectos fundamentais para tornar o ensino mais eficiente. É por meio desse investimento que se torna possível a implementação de políticas públicas educacionais efetivas.

Para embasar o objetivo da dissertação e dar sustentação aos questionamentos, passo a apresentar quadros que trazem informações dos municípios por proximidade, agrupando-os inicialmente pelo número de habitantes, em seguida por associação de municípios e posição no ranking de atendimento à Educação Infantil estabelecido na "Radiografia da Educação Infantil – 2010/2019" do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. Por fim, verificarei o rendimento per capita de cada município, com a finalidade de identificar as semelhanças e diferenças entre esses municípios e se o critério econômico pode diferenciar as redes quanto ao atendimento.

A 4ª CRE - Caxias do Sul é composta por 14 municípios, destes cinco municípios tem até 7 mil habitantes, passaremos a estabelecer a analisar os dados partir do número de habitantes, conforme quadro abaixo:

**Tabela 6** - dados demográficos e econômicos dos municípios de abrangência da 4ª CRE com até 7 mil habitantes.

<b>Cidade</b>	Nova Pádua	Nova Roma do Sul	Picada Café	Cambará do Sul	Jaquirana
<b>População estimada [2023]</b>	2.343	3.466	5.351	6.383	3.690
<b>IDHM [2010]</b>	0,761	0,741	0,758	0,697	0,614
<b>PIB per capita [2021]</b>	R\$ 39.098,98	R\$ 45.232,13	R\$ 66.860,05	R\$ 38.003,51	R\$ 26.042,85
<b>COREDE</b>	Serra	Serra	Hortênsias	Hortênsias	Hortênsias
<b>Associação de Municípios</b>	AMESNE	AMESNE	AMSERRA	AMSERRA	AMUCSER
<b>Ranking TCE (taxa de</b>	337 <sup>a</sup>		42 <sup>a</sup>	272 <sup>a</sup>	425 <sup>a</sup>

atendimento na EI – 2019)		314 <sup>a</sup>			
Taxa de atendimento Ed. Infantil 2019– TCE/RS	51,88%	54,48%	94,02%	59,52%	44,20%
Taxa de atendimento Creche 2019 – TCE/RS	35,96%	40,16%	84,02%	50,72%	24,89%
Taxa de atendimento pré-escola 2019 –TCE/RS	84,09%	78,87%	112,15%	73,56%	78,36%
IDEB Anos Iniciais - 2021	não possui	não possui	7,8	4,4	não possui
FUNDEB [2023]	R\$ 721.486,72	R\$ 2.284.443,98	R\$ 5.850.551,97	R\$ 5.137.055,41	R\$ 3.422.408,54

**Fonte:** IBGE 2010, 2021, 2022 e 2023; Censo Escolar; INEP; Tesouro Nacional; Radiografia da Ed. Infantil 2010-2019 TCE-RS; SIOPE 2023. **Elaboração:** da autora.

Nesta faixa populacional estão contempladas as três associações de municípios que estão presentes na coordenadoria: AMESNE, AMSERRA e AMUCSER. Ao analisar esse primeiro grupo, percebemos que esses municípios têm bons índices de IDHM. Nova Pádua tem o melhor indicador do grupo, com a marca de 0,761. Nesse grupo de municípios, também foi identificada a falta de indicadores do IDEB para os anos iniciais nos municípios de Nova Pádua, Nova Roma do Sul e Jaquirana, com destaque para o município de Picada Café, que atingiu 7,8, o melhor indicador da região, seguido de Farroupilha, com nota 7,1, que está em outro agrupamento de cidades.

Neste grupo de municípios, também consta um dos melhores posicionados no ranking de atendimento à educação. Na Radiografia da Educação Infantil – Análise e Desempenho 2009/2010 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, Picada Café figurava na 21<sup>a</sup> posição, com 68,38% de atendimento. Esse índice é considerado muito bom para aquela aferição. Já na Radiografia da Educação Infantil 2010/2019 do mesmo tribunal, o município ocupa a 42<sup>a</sup> posição, com um percentual de atendimento aumentado para 94,02%, que corresponde à 3<sup>a</sup> melhor posição e o melhor percentual da coordenadoria, seguido de Nova Petrópolis e Gramado que serão apresentados mais adiante no texto.

Ao analisarmos os municípios pelo percentual de atendimento, constatamos que os municípios menores estão muito próximos da meta de universalização da Pré-Escola. No entanto, essa meta deveria ter sido concretizada em 2016, havendo muitos

fatores impeditivos para isso. Possivelmente, muitos desses fatores surgirão ao longo desse estudo. Esses mesmos municípios têm avançado no atendimento à creche. É preciso entender o que aconteceu com os municípios de Nova Roma do Sul e Nova Pádua, que na Radiografia de 2010 (TCE/RS) estavam posicionados em 93ª e 103ª, e na aferição de 2019 passaram para as posições 314ª e 337ª.

Quando olhamos pela ótica da renda *per capita* dos municípios, acontece uma movimentação diferente. Com exceção de Picada Café, que tem bons índices na maioria dos indicadores apontados e uma renda *per capita* significativa, e Jaquirana, que faz o contraponto, percebe-se que na maioria dos municípios os critérios de renda *per capita* não caminham na mesma evolução que o atendimento na educação infantil.

**Tabela 7** - Dados demográficos e econômicos dos municípios de abrangência da 4ª CRE com 7.001 mil até 35 mil habitantes.

Cidade	Antônio Prado	São Marcos	Nova Petrópolis	São Francisco de Paula	Flores da Cunha
<b>População estimada [2023]</b>	13.045	21.084	23.300	21.893	30.892
<b>IDHM [2010]</b>	0,758	0,768	0,78	0,685	0,754
<b>PIB per capita [2021]</b>	R\$61.154,04	R\$52.647,06	R\$44.789,05	R\$46.934,89	R\$80.856,10
<b>COREDE</b>	Serra	Serra	Hortênsias	Hortênsias	Serra
<b>Associação de Municípios</b>	AMESNE	AMESNE	AMSERRA	AMSERRA	AMESNE
<b>Ranking TCE (taxa de atendimento na EI – 2019)</b>	141ª	249ª	14ª	449ª	193ª
<b>Taxa de atendimento Ed.Infantil 2019– TCE/RS</b>	73,33%	62,03%	106,40%	39,46%	67,18%
<b>Taxa de atendimento Creche 2019 – TCE/RS</b>	56,26%	43,10%	92,36%	22,59%	45,72%
<b>Taxa de atendimento pré-escola 2019 –TCE/RS</b>	105,62%	95,95%	134,40%	72,07%	106,76%
<b>IDEB Anos Iniciais - 2021</b>	5,6	6,3	6,5	5,2	6,9
<b>FUNDEB [2023]</b>	R\$ 7.018.616,18	R\$ 13.331.379,57	R\$ 18.706.553,51	R\$ 12.225.961,75	R\$ 20.676.602,90

Fonte: IBGE 2010, 2021, 2022 e 2023; Censo Escolar; INEP; Tesouro Nacional; Radiografia da Ed. Infantil 2010-2019 TCE-RS; SIOPE 2023. **Elaboração:** da autora.

Nos municípios com faixa populacional de 7.001 a 35 mil habitantes, podemos citar Flores da Cunha, Nova Petrópolis e São Marcos como os que possuem os

melhores IDHMs para essa faixa. Esses mesmos municípios também apresentam bons índices de IDEB, com notas de 6,9, 6,5 e 6,3, respectivamente. Nova Petrópolis ocupa a segunda melhor posição da região no ranking de atendimento à Educação Infantil, na posição 44<sup>o</sup> (TCE/2011) e possui a segunda melhor taxa de atendimento, com 60,58% de matrículas para essa etapa, de acordo com a Radiografia 2010/2019 (TCE/RS), passando para a 14<sup>a</sup> posição com 106,40% de atendimento na educação infantil.

Analisando os dados de IDHM, os índices mais baixos estão nos municípios de São Francisco de Paula, que também têm os menores IDEB do agrupamento, além das menores posições no ranking de atendimento à educação infantil, na aferição do Tribunal de Contas/RS em 2019. São Francisco de Paula ocupa a posição 449<sup>a</sup>. Em 2010, a pior posição estava com Jaquirana. Na época, o município figurava na posição 496<sup>a</sup>, com apenas 6,39% de atendimento na Educação Infantil. Em 2019, essa taxa passou para 44,20% para este município, que tem a renda *per capita* mais baixa dos 14 municípios.

Observando os 14 municípios da 4<sup>a</sup> CRE, Nova Petrópolis possui a melhor taxa de atendimento na Educação Infantil, seguido por Gramado e Picada Café, municípios próximos e limítrofes.

**Tabela 8** - Dados demográficos e econômicos dos municípios de abrangência da 4<sup>a</sup> CRE com 35.001 mil até 500 mil habitantes

Cidade	Gramado	Canela	Farroupilha	Caxias do Sul
População estimada [2023]	40.134	48.946	70.286	463.501
IDHM [2010]	0,764	0,748	0,777	0,782
PIB <i>per capita</i> [2021]	72.103,34	34.711,89	59.633,50	60.506,95
COREDE	Hortênsias	Hortênsias	Serra	Serra
Associação de Municípios	AMSERRA	AMSERRA	AMESNE	AMESNE
Ranking TCE (taxa de atendimento na EI – 2019)	28 <sup>a</sup>	167 <sup>a</sup>	145 <sup>a</sup>	310 <sup>a</sup>
Taxa de atendimento Ed.Infantil 2019– TCE/RS	100,59%	70,29%	73,09%	54,73%
Taxa de atendimento Creche 2019	86,47%	52,51%	52,76%	36,36%

- TCE/RS				
Taxa de atendimento pré-escola 2019 –TCE/RS	126,81%	103,27%	116,12%	92,81%
IDEB Anos Iniciais - 2021	6,2	5,4	7,1	6,2
FUNDEB [2023]	R\$ 39.937.677,38	R\$ 43.090.904,31	R\$ 56.355.100,64	R\$ 278.663,725,76

Fonte: IBGE 2010, 2021, 2022 e 2023; Censo Escolar; INEP; Tesouro Nacional; Radiografia da Ed. Infantil 2010-2019 TCE-RS; SIOPE 2023. **Elaboração:** da autora.

Os maiores índices de IDHM estão concentrados nos municípios de Caxias do Sul e Farroupilha, que possuem mais de 50 mil habitantes. Embora Caxias do Sul apresente o melhor IDHM da região, ocupa a posição 310 no ranking de atendimento à Educação Infantil, sendo a quarta pior posição na região, com apenas 54,73% de atendimento para essa etapa. Da mesma forma, o município de Gramado teve um crescimento substancial, passando da posição 130<sup>a</sup> em 2010 para a 28<sup>a</sup> em 2019.

Este agrupamento foi realizado com municípios a partir das duas principais associações de municípios presentes na CRE, a primeira é o agrupamento da AMESNE.

**Tabela 9** - Indicadores de PIB nos municípios AMESNE

Cidade	Nova Pádua	Nova Roma do Sul	Antônio Prado	São Marcos	São Francisco de Paula	Flores da Cunha	Farroupilha	Caxias do Sul
População estimada [2023]	2.343	3.466	13.045	21.084	21.893	30.892	70.286	463.501
IDHM [2010]	0,761	0,741	0,758	0,768	0,685	0,754	0,777	0,782
PIB per capita [2021]	R\$ 39.098,98	R\$ 45.232,13	R\$ 61.154,04	R\$ 52.647,06	R\$ 46.934,89	R\$ 80.856,10	R\$ 59.633,50	R\$ 60.506,95
Ranking TCE (taxa de atendimento na EI – 2019)	337 <sup>a</sup>	314 <sup>a</sup>	141 <sup>a</sup>	249 <sup>a</sup>	449 <sup>a</sup>	193 <sup>a</sup>	145 <sup>a</sup>	310 <sup>a</sup>
Taxa de atendimento	51,88%	54,48%	73,33%	62,03%	39,46%	67,18%	73,09%	54,73%

Ed. Infantil 2019 – TCE/RS								
Taxa de atendimento Creche 2019 – TCE/RS	35,96%	40,16%	56,26%	43,10%	22,59%	45,72%	52,76%	36,36%
Taxa de atendimento pré-escola 2019 – TCE/RS	84,09%	78,87%	105,62%	95,95%	72,07%	106,76%	116,12%	92,81%
FUNDEB [2023]	R\$ 721.486,72	R\$ 2.284.443,98	R\$ 7.018.616,18	R\$ 13.331.379,57	R\$ 12.225.961,75	R\$ 20.676.602,90	R\$ 56.355.100,64	R\$ 278.663,725,76

Fonte: IBGE 2010, 2020, 2022, 2023; Tesouro Nacional 2023; SIOPE 2023 e Radiografia da Ed. Infantil 2010-2019 TCE-RS. **Elaboração:** a autora.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2022, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil era 0,760, enquanto o do Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021, era de 0,771. Nesse agrupamento de municípios, temos Caxias do Sul e Farroupilha com IDHs maiores que o do Brasil e o do Estado (destaque em verde), e São Marcos e Nova Pádua com IDH maior que o do Estado (destaque em azul).

Quando falamos de renda *per capita* em 2020, o IBGE apontou que a média brasileira era de R\$ 35.935,74. Já o Atlas socioeconômico do governo do estado do RS aponta R\$ 42.247,52 em 2021, no Rio Grande do Sul. Neste contexto, com exceção de Nova Pádua, que tem renda *per capita* maior que a do Brasil, todos os demais municípios da AMESNE têm renda *per capita* maior que a do Estado e do País (destaque em vermelho).

**Tabela 10** - Indicadores de PIB nos municípios AMUCSER E AMSERRA

Cidade	Picada Café	Cambará do Sul	Nova Petrópolis	São Francisco de Paula	Gramado	Canela
População estimada [2023]	5.351	6.383	23.300	21.893	40.134	48.946
IDHM [2010]	0,758	0,697	0,780	0,685	0,764	0,748
PIB <i>per capita</i> [2021]			R\$ 44.789,05	R\$ 46.934,89	R\$ 72.103,34	R\$ 34.711,89

	R\$ 66.860,05	R\$ 38.003,51				
<b>Associação de Municípios</b>	AMSERRA	AMSERRA	AMSERRA	AMSERRA	AMSERRA	AMSERRA
<b>Ranking TCE (taxa de atendimento na EI – 2019)</b>	42 <sup>a</sup>	272 <sup>a</sup>	14 <sup>a</sup>	449 <sup>a</sup>	28 <sup>a</sup>	167 <sup>a</sup>
<b>Taxa de atendimento Ed. Infantil 2019– TCE/RS</b>	94,02%	59,52%	106,40%	39,46%	100,59%	70,29%
<b>Taxa de atendimento Creche 2019 – TCE/RS</b>	84,02%	50,72%	92,36%	22,59%	86,47%	52,51%
<b>Taxa de atendimento pré-escola 2019 –TCE/RS</b>	112,15%	73,56%	134,40%	72,07%	126,81%	103,27%
<b>IDEB Anos Iniciais - 2021</b>	7,8	4,4	6,5	5,2	6,2	5,4
<b>FUNDEB [2023]</b>	R\$ 5.850.551, 97	R\$ 5.137.055,41	R\$ 18.706.553 ,51	R\$ 12.225.961,7 5	R\$ 39.937.677, 38	R\$ 43.090.904, 31

**Fonte:** IBGE 2010, 2020, 2022, 2023; Tesouro Nacional 2023; SIOPE 2023 e Radiografia da Ed. Infantil 2010-2019 TCE-RS. **Elaboração:** a autora.

Considerando os mesmos dados apresentados anteriormente para o Brasil e o Estado do Rio Grande do Sul, nestes municípios da AMSERRA, Nova Petrópolis tem IDH maior que o país e o RS (destaque em azul) e Gramado tem IDH superior ao indicador do Brasil. Em se tratando de renda *per capita*, Picada Café, Nova Petrópolis, São Francisco de Paula e Gramado têm indicadores melhores que o Brasil e o Estado (destaque em verde), enquanto Cambará do Sul tem indicador melhor que o Brasil.

**Tabela 11** - Quadro indicadores: IDHM, IDEB, *Ranking* e Taxa de Atendimento na Radiografia da Educação Infantil 2010-2019 TCE/RS e Renda *Per capita* nos municípios de abrangência da 4<sup>a</sup> CRE

Municípios	Associação	população	IDHM	IDEB	Ranking	% Taxa de Atendimento	Renda <i>per capita</i> /2023
<b>Flores da Cunha</b>	AMESNE	7 a 35	0,754	6,9	193 <sup>a</sup>	67,18%	80.936,10
<b>Nova Roma do Sul</b>	AMESNE	até 7	0,741	Sem dados	314 <sup>a</sup>	54,48%	45.232,13
<b>Gramado</b>	AMSERRA	35 a 500	0,764	6,2	28 <sup>a</sup>	100,59%	72.103,34

<b>Picada Café</b>	AMSERRA	até 7	0,758	7,8	42 <sup>a</sup>	94,02%	66.860,05
<b>Antônio Prado</b>	AMESNE	7 a 35	0,758	5,6	141 <sup>a</sup>	73,33%	61.154,04
<b>Caxias do Sul</b>	AMESNE	35 a 500	0,782	6,2	310 <sup>a</sup>	54,73%	60.506,95
<b>Farroupilha</b>	AMESNE	35 a 500	0,777	7,1	145 <sup>a</sup>	73,09%	59.633,50
<b>São Marcos</b>	AMESNE	7 a 35	0,768	6,3	249 <sup>a</sup>	62,03%	52.647,06
<b>Nova Petrópolis</b>	AMSERRA	7 a 35	0,78	6,5	14 <sup>a</sup>	106,40%	44.789,05
<b>São Francisco de Paula</b>	AMSERRA	7 a 35	0,685	5,2	449 <sup>a</sup>	39,46%	46.934,89
<b>Nova Pádua</b>	AMESNE	até 7	0,761	Sem dados	337 <sup>a</sup>	51,88%	39.098,98
<b>Canela</b>	AMSERRA	35 a 500	0,748	5,4	167 <sup>a</sup>	70,29%	34.711,89
<b>Cambará do Sul</b>	AMSERRA	até 7	0,697	4,4	272 <sup>a</sup>	59,52%	38.003,51
<b>Jaquirana</b>	AMUCSER	até 7	0,614	Sem dados	425 <sup>a</sup>	44,20%	26.042,85

**Fonte:** IBGE 2010; Censo Escolar 2021; INEP 2022; Tesouro Nacional 2020; Radiografia da Ed. Infantil 2010-2019 TCE-RS; DATASUS 2014. **Elaboração:** da autora.

Observando a tabela acima, onde destacamos os municípios com as maiores e menores rendas per capita dentre os municípios da 4<sup>a</sup> CRE (destaque em verde e vermelho), percebemos que os municípios com maior renda possuem melhores indicadores de IDEB e taxa de atendimento. Da mesma forma, os municípios com menor renda têm indicadores mais baixos. Isso confirma que o recurso público está diretamente ligado ao investimento realizado e aos resultados obtidos.

Nos últimos anos, houve esforços por parte do governo brasileiro para expandir a oferta de vagas na educação infantil e garantir o acesso de todas as crianças. De acordo com o Censo Escolar, entre 2009 e 2019, houve um aumento significativo nas matrículas nessa etapa da educação básica. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2009, havia cerca de 3,7 milhões de crianças matriculadas na educação infantil. Já em 2019, esse número

subiu para mais de 7,7 milhões. Esse aumento de mais de 100% na última década indica um avanço na inclusão das crianças nessa etapa educacional.

Iniciar a coleta de informações com a busca de dados em fontes oficiais confiáveis foi de suma importância para a construção das tabelas comparativas.

Segundo Silva (2018), a utilização de fontes oficiais, como órgãos governamentais e instituições reconhecidas, garante a veracidade e a confiabilidade das informações coletadas. Isso é fundamental, pois dados incorretos ou baseados em fontes duvidosas podem comprometer a precisão e a veracidade das informações apresentadas. Além disso, autores como Santos (2020) destacam que as fontes oficiais confiáveis fornecem dados atualizados e consistentes, permitindo uma análise precisa e imparcial das informações.

Flores *et al.* (2020) em seu estudo “Desafios em pesquisas sobre o acesso à Educação Infantil: um estudo de caso no Rio Grande do Sul” destacam situações relevantes, do ponto de vista metodológico, encontradas para a realização desse estudo, dentre eles: dificuldades de dados consistentes, devido às inconstâncias dos dados disponíveis; variações nos dados de população e matrícula das crianças de até seis anos, dependendo das fontes utilizadas; necessidade de consultar diversas fontes documentais e sites institucionais para obter um conjunto significativo de informações; desafios na realização de estudos longitudinais de monitoramento educacionais devido às dificuldades na regularidade e consistência das informações disponibilizadas em cada portal.

Para Januzzi (2005) o processo de construção de um indicador social se dá a partir de uma demanda de interesse programático, após a definição se busca delinear as dimensões e componentes ou ações operacionais. Sempre que necessário medir a efetividade de uma política pública, faz-se uso dos dados oficiais disponíveis nos sites e documentos públicos que, reorganizados, transformam-se em indicadores sociais.

Ao escolher um indicador social para formular um processo ou avaliar uma política pública, é necessário verificar sua ligação com o conjunto de propriedades esperadas (Januzzi, 2001), além de ser claro e transparente. Segundo o autor, a possibilidade de comparar o indicador ao longo do tempo é um perfil almejado, pois permite a inferência e avaliação dos efeitos dos programas avaliados.

É necessário que os dados sejam os mais confiáveis possíveis, a fim de retratar com veracidade o que se propõe a expor e sejam confiáveis, sempre buscados em

fontes oficiais. Para Januzzi "[...] sensibilidade e especificidade são propriedades que também devem ser avaliadas quando da escolha de indicadores para elaboração de um sistema de monitoramento e avaliação de programas" (Januzzi, 2005, p. 141). Essas ações permitem avaliar e criar intervenções precisas.

Outro aspecto trazido por Januzzi (2005) é a periodicidade com que o indicador precisa ser atualizado, apenas assim é possível acompanhar efetivamente se ocorre mudança social a partir do programa implementado. Manter os dados oficiais atualizados é uma dificuldade que o país apresenta, pois é complexo estabelecer um indicador, em que os dados utilizados estão defasados e já não representam a realidade daquele momento.

Na prática, nem sempre o indicador de maior validade é o mais confiável; nem sempre o mais sensível é o mais específico, enfim, nem sempre o indicador que reúne todas essas qualidades é passível de ser obtido na escala territorial e na praticidade requerida. (Januzzi, 2005, p. 143.) Ao escolher o indicador ele deve ser pautado pelo seu utilizado no momento e não pela tradição ao usá-lo, a busca por informações precisas pode levar a construção de novos indicadores.

Após escolher os indicadores é preciso classificá-los; para Carley (1985), é necessária a divisão por área temática e a realidade social a qual se referem. Também, pode ser classificada em objetiva e subjetiva, para Januzzi (2005) os indicadores objetivos se referem a ocorrências concretas, já os indicadores subjetivos, trazem medidas produzidas a partir de diferentes aspectos da realidade.

Os indicadores podem ser analíticos e sintéticos, segundo Ryten (2000), que traz os indicadores sintéticos como instrumentos de avaliação da efetividade social de determinada política pública. Outra classificação trazida por Januzzi (2005) é a indicador-insumo que traz a disponibilidade de recursos humanos, financeiros e equipamentos empregados num determinado programa. Já o conceito de indicador-resultado tem por objetivo avaliar a eficiência do cumprimento de uma meta específica.

Uma série de conceitos foi apresentada acerca dos indicadores, mas a grande dúvida de todo pesquisador é quando e como usar todas essas informações para avaliar, formular ou avaliar uma política pública. Januzzi (2005) nos esclarece que cada ciclo envolve um conjunto de indicadores ligados à atividade desenvolvida.

Este ciclo é formado por etapas: diagnóstico, formulação, implementação e avaliação. Para a formulação do diagnóstico é preciso indicadores confiáveis, cobrindo as diversas realidades sociais, a fim de atender o que se quer elaborar.

Geralmente são utilizados dados do Censo demográfico ou pesquisas amostrais como o PNAD. Januzzi (2005) reforça que um dos principais recursos que vem auxiliando na elaboração dos diagnósticos sociais é a proposição de agrupamentos de tipologia ou arquétipos sociais.

Na fase de formulação da política pública ou programa é necessário indicadores que orientem de forma objetiva a tomada de decisão, nesta fase podem ser utilizados os indicadores sintéticos. Quando adentramos a fase de implementação são necessários indicadores que nos permitem monitorar e segundo Januzzi (2005) devem primar pela sensibilidade, especificidade e periodicidade com que foram disponibilizados, essa fase de acompanhamento requer indicadores estruturados que permitam monitorar as ações. E a fase final de avaliação requer indicadores que nos permitam manifestar se houve efetividade ou não da implementação daquela política pública ou programa social.

Januzzi (2005) aponta que uma das grandes dificuldades atuais para acompanhar políticas é ter informações periódicas e específicas sobre o processo que está sendo implementado. Para ilustrar o que foi tratado até então, formulamos a tabela apresentada abaixo, trazendo três fontes de dados diferentes para o mesmo indicador.

**Tabela 12** - Indicadores de acesso em três fontes diferentes

	PNE em Movimento - 2018		Radiografia do TCE-RS 2010- 2019: Tabela 19 – ano 2018		Radiografia do TCE-RS 2010- 2019: Tabela 20 – ano 2018	
	1A	1B	1A	1B	1A	1B
Município						
Caxias do Sul	43,4%	24,5%	87,56%	33,31%	78,45%	31,36%
Farroupilha	66,2%	24,5%	115,84%	54,58%	90,97%	46,36%
Nova Pádua	83,4%	12,6%	77,27%	41,57%	94,44%	52,22%
Nova Roma	70,6%	31,1%	90,14%	38,52%	126,75%	45,19%
Antônio Prado	71,3%	37,4%	109,64%	52,65%	103,80%	46,18%
São Marcos	64,8%	20%	92,75%	44,40%	89,14%	41,17%
Flores da Cunha	61,8%	19,3%	102,25%	44,15%	87,23%	31,98%
Gramado	72,3%	27,7%	115,46%	80,87%	87,95%	51,49%
Canela	53,4%	25,7%	92,88%	48,94%	91,65%	40,46%
Picada Café	85%	58,4%	112,15%	89,18%	112,15%	83,17%
Nova Petrópolis	88%	48,4%	130,47%	88,92%	100,95%	65,05%

São Francisco de Paula	34,6%	17,2%	72,07%	17,61%	84,40%	19,61%
Cambará do Sul	59,3%	25%	71,63%	51,05%	114,62%	68,27%
Jaquirana	20,5%	3,3%	79,85%	24,89%	127,38%	31,55%

**Fonte:** PNE em Movimento; Radiografia do TCE-RS (2010-2019); Elaboração: a autora.

Ao observarmos o quadro acima, percebemos que para um mesmo dado temos vários indicadores, o que dificulta o trabalho de pesquisa para delinear de fato qual é o percentual atendido na educação infantil. Para o ano de 2018, o Relatório Linha de Base 2018, disponível no site PNE em Movimento, sinaliza os percentuais de alcance para os indicadores 1A (pré-escola) e 1B (creche) (destaque em azul) para os municípios que compõem a 4ª CRE. Para esse mesmo ano, o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul disponibilizou dados através da Radiografia da Educação Infantil 2010-2019. Os dados disponíveis na coluna (destaque em vermelho) foram retirados da tabela 19 da radiografia.

Para compor os dados desse indicador, foram utilizadas a relação entre o número de crianças de 0 a 3 anos e de 4 e 5 anos matriculadas em estabelecimentos educacionais públicos e privados, além da estimativa populacional do DATASUS para o ano de 2012. Já para compor os dados da coluna (destaque em verde), foram utilizados a relação entre o número de crianças de 0 a 3 anos e de 4 e 5 anos matriculadas em estabelecimentos educacionais públicos e privados, assim como a estimativa populacional de 2018 do Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado do RS. Constatamos dados e fontes de dados diferentes para compor os indicadores de uma mesma radiografia.

Para a composição desta pesquisa, foi realizada uma busca de dados demográficos, socioeconômicos, populacionais, de pertença cultural e educacionais, que foram sistematizados a partir de várias fontes, incluindo os portais do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TRE-RS), do Instituto Nacional de Estudos Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), PNE em Movimento, Tesouro Nacional, Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) e sites institucionais dos municípios. A coleta envolveu informações referentes ao período de 2015 a 2023, permitindo uma análise longitudinal do acesso à Educação Infantil nos municípios estudados.

A diversidade de fontes contribuiu para uma pesquisa mais abrangente e detalhada dos dados encontrados. Porém, conforme os estudos apontados acima, a composição de uma pesquisa é um desafio para o pesquisador, especialmente quando há a presença de vários indicadores diferentes para um mesmo dado. A necessidade de selecionar as melhores fontes, considerar a confiabilidade dos dados e interpretar corretamente as informações torna o processo complexo e suscetível a erros. A variedade de indicadores muitas vezes pode levar a resultados contraditórios, exigindo do pesquisador habilidades analíticas e um olhar crítico para encontrar a verdadeira resposta.

### 5.3 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NA 4ª CRE

Ao homologar a lei de criação dos PMEs, os municípios se comprometeram a realizar o monitoramento e a avaliação de seus planos. Nesta seção, iremos tratar de como se deu esse processo nos municípios da 4ª CRE.

Ao analisar os dados do quadro 20, que traz informações sobre a quantidade de monitoramentos e avaliações que deveriam ser realizados no decênio, a grande maioria dos municípios propôs monitorar e/ou avaliar, pelo menos duas vezes durante o decênio, seguindo o disposto na lei nacional. A partir das respostas recebidas, somente seis municípios entregaram relatórios produzidos durante esse decênio. Os demais municípios, embora tenham relatado que realizaram o monitoramento e/ou avaliação, não entregaram documentos comprobatórios.

Com relação ao monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação, os municípios da região da 4ª CRE previram em suas legislações:

**Quadro 20** - Períodos em que os PMEs seriam monitorados e ou avaliados:

	Lei nº	Monitoramento/Avaliação
<b>Nacional</b>	<b>LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2024</b>	Art. 5º - § 2º A cada 2 (dois) anos, ao longo do período de vigência deste PNE, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP publicará estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no anexo desta lei, com informações organizadas por ente federado e consolidadas em âmbito nacional, tendo como referência os estudos e as pesquisas de que trata o art. 4º, sem prejuízo de outras fontes e informações relevantes. Art. 6º A União promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências nacionais de educação até o final do decênio, precedidas de conferências distrital, municipais e estaduais, articuladas e

		coordenadas pelo Fórum Nacional de Educação, instituído nesta Lei, no âmbito do Ministério da Educação.
<b>Caxias do Sul</b>	LEI Nº 7.947, DE 19 DE JUNHO DE 2015	Art.5 - § 2º A cada 2 (dois) anos, ao longo do período de vigência deste PME o Município utilizará os estudos publicados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas . Art. 6º O Município realizará pelo menos 2 (duas) Conferências Municipais de Educação até o final da vigência deste PME alinhado ao PNE.
<b>Farroupilha</b>	LEI MUNICIPAL Nº 4.125, DE 10 DE JUNHO DE 2015	Art. 5 - § 2º A cada dois anos, ao longo do período de vigência deste PME, é responsabilidade do Fórum Municipal de Educação elaborar estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas.
<b>Nova Pádua</b>	LEI Nº 1014, DE 17 DE JUNHO DE 2015.	Art. 3º - A Secretaria Municipal de Educação deverá manter atualizado o diagnóstico educacional do Município e, juntamente com o Conselho Municipal de Educação chamar reunião do Fórum Municipal de Educação ao final do quinto e do nono ano de vigência deste Plano, com o objetivo de promover o balanço dos resultados alcançados e a consecução das metas previstas.
<b>Nova Roma</b>	LEI Nº 1301 DE 18 DE JUNHO DE 2015	Art. 3º - A partir da vigência desta lei, o Município instituirá o Sistema de Avaliação e estabelecerá os mecanismos e procedimentos necessários ao acompanhamento das diretrizes e metas constantes no Plano Municipal de Educação. § 1º Compete ao Conselho Municipal de Educação proceder ao acompanhamento e às avaliações periódicas do Plano para sua implantação e operacionalização, de modo a alcançar os objetivos propostos.
<b>Antônio Prado</b>	LEI MUNICIPAL Nº 2969, DE 24 DE JUNHO DE 2015	<b>Art. 3º</b> A partir da vigência desta lei, o Município, instituirá o Sistema de Avaliação que estabelecerá os mecanismos e procedimentos necessários ao acompanhamento das diretrizes e metas constantes neste Plano. <b>§ 1º</b> Compete ao Conselho Municipal de Educação proceder ao acompanhamento e as avaliações periódicas deste Plano para sua implantação e operacionalização. <b>§ 2º</b> A primeira avaliação do Plano realizar-se-á no 3º (terceiro) ano de vigência desta Lei. As alterações e/ou adequações que se fizerem necessárias no Plano Municipal de Educação - PME, visando à correção de deficiências e distorções, será via projeto legislativo a ser enviado à Câmara Municipal de Vereadores.
<b>São Marcos</b>	LEI Nº 2.622, DE 16 DE JUNHO DE 2015.	Art. 6º - A Secretaria Municipal de Educação - SME deverá promover a realização de pelo menos dois Fóruns Municipais de Educação até o final da década, com intervalo de até quatro anos entre elas, com o objetivo de avaliar e monitorar a execução do PME - 2015/2025 e subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Educação para o próximo decênio.
<b>Flores da Cunha</b>	LEI ORDINÁRIA Nº 3174, DE 04 DE MARÇO DE 2015	Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação (PME), constante no Anexo 1, com duração de 10 (dez) anos. Art. 2º O Município, através do Fórum Municipal de Educação - FME, procederá as avaliações periódicas da implantação do Plano Municipal de Educação. § 1º A primeira avaliação realizar-se-á no 3º (terceiro) ano de vigência desta Lei, cabendo à Câmara Municipal aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas à correção de deficiências e distorções.
<b>Gramado</b>	LEI Nº 3406, DE 23 DE	Art. 5º § 2º A cada 2 (dois) anos, ao longo do período de vigência deste Plano Municipal de Educação de Gramado - PME, é responsabilidade do Fórum Municipal de Educação publicar estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas, no Anexo desta

	JUNHO DE 2015	Lei, com informações organizadas por ente federado e consolidadas em âmbito nacional, tendo como referência os estudos e as pesquisas de que trata o artigo 4º, sem prejuízo de outras fontes e informações relevantes.
<b>Canela</b>	LEI MUNICIPAL Nº 3.684, DE 24/06/2015	<b>Art. 3º</b> Os poderes municipais empenhar-se-ão na divulgação do Plano Municipal de Educação e da progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.
<b>Picada Café</b>	LEI MUNICIPAL Nº 1.656/2015, DE 27 DE MAIO DE 2015.	Art. 3. As avaliações serão realizadas através de reuniões, levantamentos de dados estatísticos e da Conferência Municipal de Educação, coordenada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e pelo Conselho Municipal de Educação a qual será realizada a cada dois anos.
<b>Nova Petrópolis</b>	LEI Nº 4501, DE 29/05/2015	Art. 6º - O Município, em articulação e integração com o Estado, a União e a sociedade civil, procederá à avaliação periódica de implementação do Plano Municipal de Educação de Nova Petrópolis e sua respectiva consonância com os planos Estadual e Nacional. § 2º As avaliações serão realizadas através de reuniões, levantamentos de dados estatísticos e da Conferência Municipal de Educação, coordenada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e pelo Conselho Municipal de Educação, a qual será realizada a cada dois anos.
<b>São Francisco de Paula</b>	LEI Nº 3168, DE 24/06/2015	Art. 2º - O Município de São Francisco de Paula conforme o diagnóstico levantado em relação à situação educacional do município, análise dessa realidade e definição de metas e estratégias do PME com a sociedade deverá realizar de dois em dois anos Fóruns Municipais de Educação - FME, que por meio de representações de todos os segmentos da sociedade local, criará mecanismos de acompanhamento e de avaliação das metas e das estratégias constantes no PME. § 1º A primeira avaliação realizar-se-á no 2º (segundo) ano de vigência desta Lei, cabendo à Câmara Municipal aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas à correção de deficiências e distorções.
<b>Cambará do Sul</b>	LEI MUNICIPAL Nº 3.181, DE 24 DE JUNHO DE 2015.	Art. 5 - A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas. § 2º A cada 2 (dois) anos, ao longo do período de vigência deste PME, o município utilizará os estudos publicados pelo INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no anexo desta Lei, com informações organizadas e consolidadas em âmbito nacional e municipal, tendo como referência os estudos e as pesquisas de que trata o art. 4º, sem prejuízo de outras fontes e informações relevantes. Art. 6º - O Município realizará pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final da vigência deste PME alinhado ao PNE, articuladas e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação, instituído nesta Lei, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação. § 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução deste PME e subsidiar a elaboração do plano municipal de educação para o decênio subsequente.
<b>Jaquirana</b>	LEI ORDINÁRIA Nº 1159, DE 12 DE MAIO DE 2015	Art. 5. A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento e acompanhamento local contínuo e de avaliações periódicas, realizadas pelo Fórum Municipal de Educação e com o apoio do Conselho Municipal de Educação Art. 6º. O Município de Jaquirana promoverá a realização de conferências municipais de educação até o final do decênio,

		coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação, instituído por lei, no âmbito da SME. § 1º – As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução deste PME e subsidiar a elaboração do plano municipal de educação para o decênio subsequente.
--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**Fonte:** Portais Municipais, Leis Municipais e CERPRO; **Elaboração:** a autora.

A partir do questionário com perguntas estruturadas e semiestruturadas, passaremos a analisar as respostas de cada município, conforme os apêndices D, E e F, onde se encontram as perguntas que estavam no formulário do Google Forms enviado aos representantes dos segmentos. Havia perguntas relacionadas ao monitoramento, à avaliação e também para que cada município pudesse explicitar quais foram os avanços e desafios encontrados durante o processo.

O monitoramento e a avaliação desempenham um papel fundamental no desenvolvimento, implementação e aprimoramento das políticas públicas. Abordaremos a relevância dessas práticas nas políticas públicas, com a perspectiva de Paulo de Martino Januzzi, um renomado pesquisador da área. Suas contribuições teóricas nos ajudarão a compreender como a pesquisa e a avaliação podem melhorar a eficácia, a eficiência e a equidade das políticas públicas.

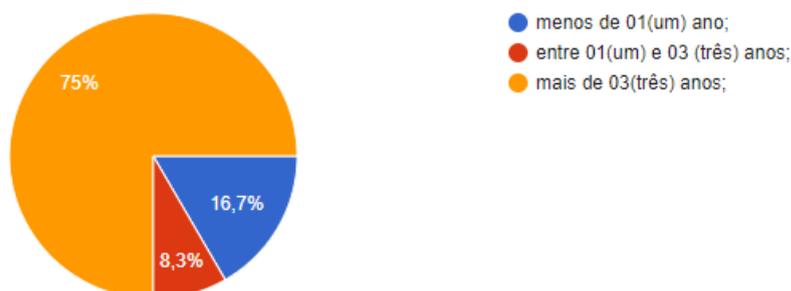
Segundo Januzzi (2008), a pesquisa é um instrumento essencial para embasar teoricamente as políticas públicas. Ela possibilita compreender a realidade social, identificar as demandas e necessidades da população-alvo e reunir evidências que fundamentam as decisões políticas. Além disso, a pesquisa proporciona a elaboração de diagnósticos precisos sobre os problemas sociais e as causas que geram tais problemas. De acordo com Januzzi "[...] a pesquisa contribui para uma leitura sistematizada da realidade, oferecendo um panorama detalhado dos desafios a serem enfrentados pelas políticas públicas, o que facilita a formulação de estratégias mais adequadas" (Januzzi, 2012, p.60).

Neste sentido, de acordo com o quadro nº 20, a grande maioria dos municípios estabeleceu avaliações periódicas de suas ações, alinhadas à Lei 13.005/2014. Abaixo, analisamos as respostas ao questionário enviado às SMEs, aos CMEs e aos FMEs.

**Figura 4** - Resposta à questão 06 do questionário on-line.

6. Há quanto tempo acompanha o monitoramento e/ou avaliação do Plano Municipal de Educação?

12 respostas



**Fonte:** Autora, 2024..

A avaliação das políticas públicas desempenha um papel crucial ao monitorar os resultados e os impactos das ações implementadas. Segundo Januzzi (2010), a avaliação permite verificar se as políticas públicas estão alcançando os objetivos estabelecidos, identificar suas falhas e dificuldades e propor ajustes para melhorar sua eficácia e efetividade. Essa medida também contribui para reduzir as desigualdades e aumentar a equidade na implementação dessas ações (Januzzi, 2015).

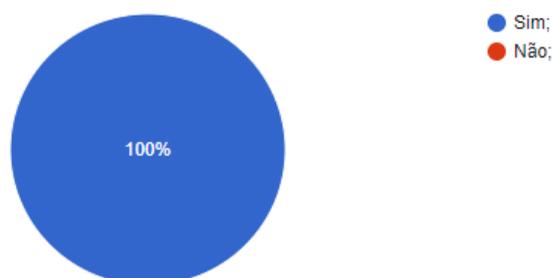
Aprofundando esse tema e avaliando pela ótica de Januzzi (2022), a avaliação de políticas públicas tornou-se muito relevante no contexto contemporâneo, pois permite identificar o impacto e a efetividade das ações governamentais. Para isso, é fundamental compreender que a avaliação não é apenas um processo técnico, mas sim uma ferramenta política que contribui para a melhoria da gestão pública. Segundo Januzzi (2022), a avaliação deve ser realizada de forma ampla, considerando não apenas os aspectos quantitativos, mas também os qualitativos, e traz como fundamental a participação social neste processo. Para o autor, a avaliação de políticas públicas é um instrumento essencial para a construção de um Estado mais eficiente, capaz de promover a inclusão social dos mais vulneráveis.

Dos 12 servidores da Secretaria Municipal de Educação que responderam ao questionário, nove disseram acompanhar o monitoramento e/ou avaliação há mais de três anos, entre um e três anos e dois acompanharam o processo por menos de um ano (Figura 4).

**Figura 5** - Resposta à questão 07 do questionário on-line.

7. A Secretaria Municipal de Educação realizou monitoramento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação no período de 2015-2023?

12 respostas

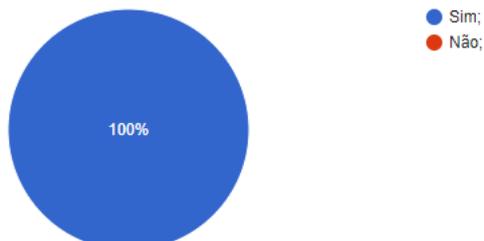


**Fonte:** Autora 2024

**Figura 6** - Resposta à questão 13 do questionário on-line.

13. A Secretaria Municipal de Educação realizou avaliação das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação no período de 2015-2023?

12 respostas



**Fonte:** Autora, 2024.

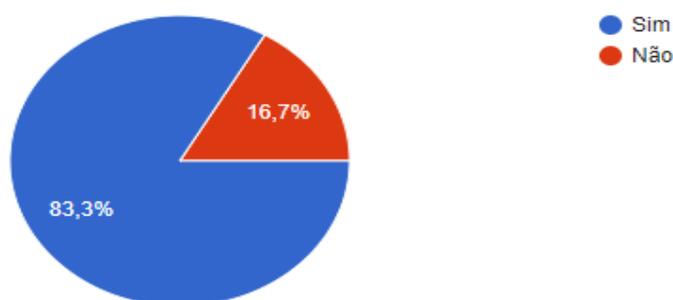
Ao serem indagados sobre o monitoramento e a avaliação das metas 100% dos municípios respondentes disseram que realizaram ações durante o período de 2015 a 2023 (figura n.º 5 e 6).

Januzzi (2022) destaca a importância do monitoramento das políticas públicas como uma ferramenta essencial para garantir a efetividade e o impacto positivo dessas ações na sociedade. Através do acompanhamento e análise sistemática das políticas implementadas, é possível identificar eventuais desvios de objetivos, falhas ou insuficiências, permitindo que ajustes sejam feitos de forma ágil e precisa. Além disso, o monitoramento também possibilita o levantamento de informações relevantes para embasar a tomada de decisões futuras e aprimorar as políticas públicas, considerando as percepções e necessidades reais da população.

**Figura 7** - Resposta à questão 08 do questionário on-line.

8. Em caso afirmativo para resposta da pergunta anterior, foram produzidos relatórios com os registros do monitoramento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação 2015- 2023?

12 respostas



**Fonte:** Autora, 2024.

O diálogo e a cooperação entre pesquisadores e gestores públicos são fundamentais para assegurar a aplicação dos resultados da pesquisa e da avaliação no processo de formulação de políticas públicas. Januzzi (2019) ressalta que "[...] a colaboração entre academia e governo é essencial para promover uma cultura de pesquisa e avaliação nas políticas públicas, fortalecendo a tomada de decisões embasadas em dados e evidências". Essa colaboração contribui para a construção de uma gestão pública mais eficiente, transparente e participativa. De acordo com Januzzi (2017), "[...] o diálogo constante entre pesquisadores e gestores públicos gera inovação, troca de conhecimentos e promove a construção conjunta de soluções para os desafios sociais".

Para Januzzi (2017), a pesquisa, avaliação e monitoramento de políticas públicas desempenham um papel fundamental na análise e aprimoramento das ações governamentais voltadas para a educação básica. Segundo Angela Maria Martins (2011), a área de Política e Gestão da Educação Básica demanda uma atenção especial aos aspectos teóricos e metodológicos para garantir a eficácia das intervenções no sistema educacional. Martins (2011) destaca que o estado da questão das pesquisas em políticas educacionais nos aspectos metodológicos é crucial para a qualidade e relevância dos estudos realizados. A autora ressalta a importância de uma abordagem criteriosa na elaboração e execução das pesquisas, a fim de fornecer

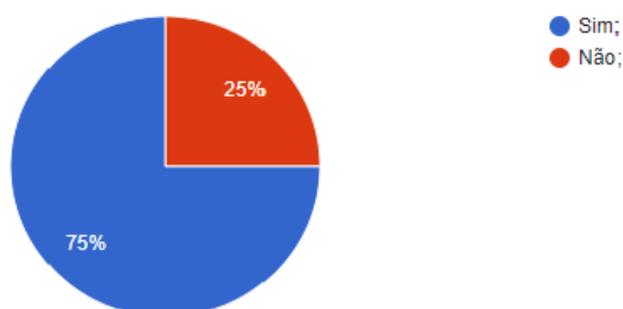
subsídios sólidos para a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a educação básica.

Ao perguntarmos sobre a produção de relatórios de monitoramento, 10 municípios disseram que produziram relatórios com registros das metas e estratégias do PME e dois disseram que não produziram nenhum relatório (figura nº 7). Sobre a produção de relatórios de avaliação, nove municípios disseram que produziram relatórios com registros das metas e estratégias do PME e três não produziram nenhum documento (figura nº 7). A grande maioria dos municípios (dez respostas) disse que os relatórios produzidos foram em quantidade suficiente (figura nº 8).

**Figura 8** - Resposta à questão 14 do questionário on-line.

14. Em caso afirmativo para resposta da pergunta anterior, foram produzidos relatórios com os registros da avaliação das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação 2015- 2023?

12 respostas



**Fonte:** Autora, 2024.

Seguindo nos questionamentos, perguntamos sobre a publicização desses documentos, para essa resposta tivemos 11 respostas, destes seis municípios disseram que documentos não estão disponíveis para consulta pública e cinco disseram que os documentos podem ser consultados a qualquer tempo (figura n.º 9).

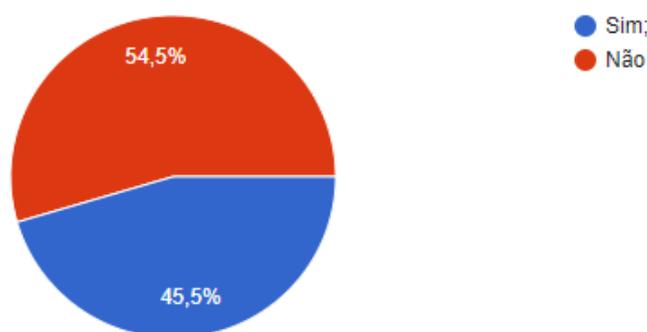
Segundo Souza (2010), a transparência é um princípio democrático que possibilita a divulgação ampla e acessível das informações relacionadas à gestão e aos resultados educacionais. Além disso, a transparência nos conselhos de controle social está diretamente ligada ao Plano Nacional de Educação (PNE), que busca promover a melhoria da qualidade da educação no país. Para Santos (2018), a transparência é uma condição indispensável para a efetivação das metas e

estratégias estabelecidas pelo PNE, pois permite o acompanhamento e a cobrança por parte da sociedade civil.

**Figura 9** - Resposta à questão 10 do questionário on-line.

10. Em caso afirmativo para resposta da pergunta anterior, os relatórios do monitoramento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação 2015-2023 estão disponíveis para consulta pública?

11 respostas



**Fonte:** Autora, 2024.

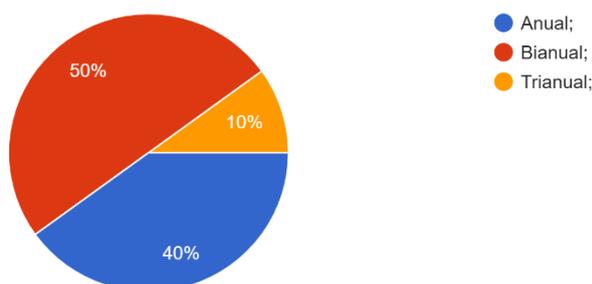
Dos 14 municípios que compõem a CRE 12, as secretarias municipais de educação responderam ao questionário, e todas afirmaram que realizaram o monitoramento e a avaliação das ações do Plano Municipal de Educação durante o período de 2015 a 2023. Das 10 secretarias municipais de educação, afirmaram que produziram relatórios durante esse período, e apenas 6 estão disponíveis para consulta pública. De acordo com as respostas recebidas, esses relatórios podem ter sido anuais, bianuais e trienais. Seis secretarias municipais enviaram os relatórios produzidos: São Francisco de Paula, Canela, Nova Pádua, Nova Roma do Sul, Nova Petrópolis e Flores da Cunha.

Também perguntamos sobre a periodicidade da elaboração desses relatórios, tanto de monitoramento quanto de avaliação, e foram obtidas as mesmas respostas: um município relatou a produção de relatórios trienais, quatro anuais e cinco bianuais (figura n.º 10).

**Figura 10** - Resposta à questão 09 do questionário on-line.

9. Em caso afirmativo para a resposta da pergunta anterior, com que frequência os relatórios de monitoramento do Plano Municipal de Educação foram produzidos no período de 2015 a 2023?

10 respostas



**Fonte:** Autora 2024.

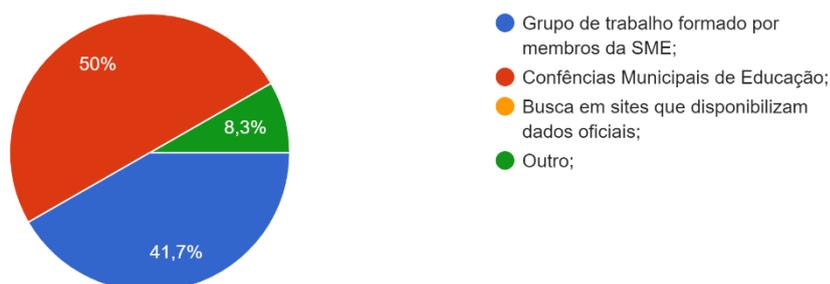
Procuramos saber quais os instrumentos utilizados para a elaboração desses relatórios; seis municípios relataram que a CONAE foi o principal meio de mobilização, seguido por grupos de trabalho liderados pela SME com cinco respostas, um município disse ter utilizado outro instrumento, porém não o especificou (figura n.º 11).

Segundo Heleno Araújo, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), "as conferências são espaços democráticos e participativos, onde educadores, gestores, estudantes e demais atores envolvidos no cenário educacional podem debater e apresentar propostas para a melhoria da educação no Brasil". As conferências têm como objetivo principal promover a reflexão e o diálogo entre os diferentes atores da educação, possibilitando a construção de diretrizes e metas que atendam às necessidades e demandas da sociedade.

**Figura 11** - Resposta à questão 12 do questionário on-line.

12. Quais instrumentos foram utilizados para realizar o monitoramento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação período 2015-2023.

12 respostas



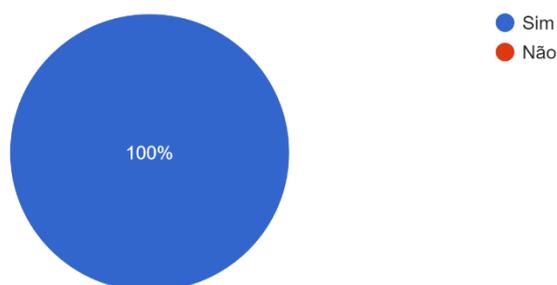
**Fonte:** Autora, 2024.

Procuramos entender junto à Secretaria Municipal de Educação quais foram os avanços e desafios encontrados durante o processo de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME). 100% (12 respostas) dos municípios responderam que houve avanços no atendimento à educação infantil a partir dos relatórios produzidos (Figura 12).

**Figura 12** - Resposta à questão 18 do questionário on-line.

18. Considera que a partir dos relatórios produzidos, sobre o monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (2015-2023), houve avanços ...ento a Educação Infantil (creche e pré-escola)?

12 respostas



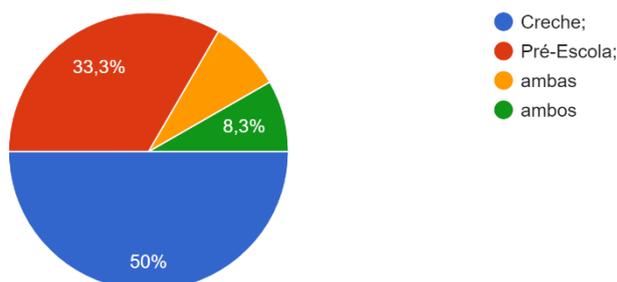
**Fonte:** Autora, 2024.

O avanço na etapa creche foi percebido em seis municípios, na pré-escola por quatro municípios e dois disseram que houve avanços em ambas as etapas (figura n.º 13).

**Figura 13** - Resposta à questão 19 do questionário on-line.

19. Em caso afirmativo para resposta da pergunta anterior, considera que os avanços foram mais significativos na:

12 respostas



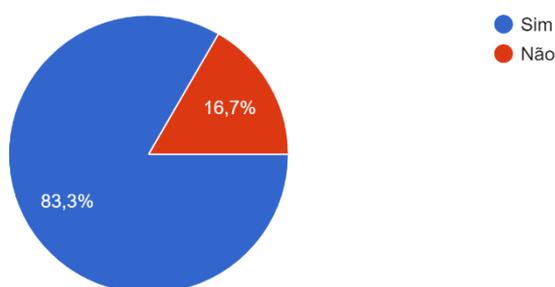
**Fonte:** Autora, 2024.

Dez municípios disseram que a partir dos relatórios desencadearam a construção de políticas públicas que melhoraram o acesso, qualidade e equidade na educação infantil e dois disseram que não houve mudança no que já havia no município (figura n.º 14).

**Figura 14** - Resposta à questão 20 do questionário on-line.

20. Considera que a partir dos relatórios de monitoramento e avaliação das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação (2015-2023), desencadeou-se, qualidade e equidade na educação infantil?

12 respostas



**Fonte:** Autora, 2024.

Dentre os principais avanços elencados pelos respondentes, podemos citar as respostas abaixo apresentadas, que foram extraídas do questionários:

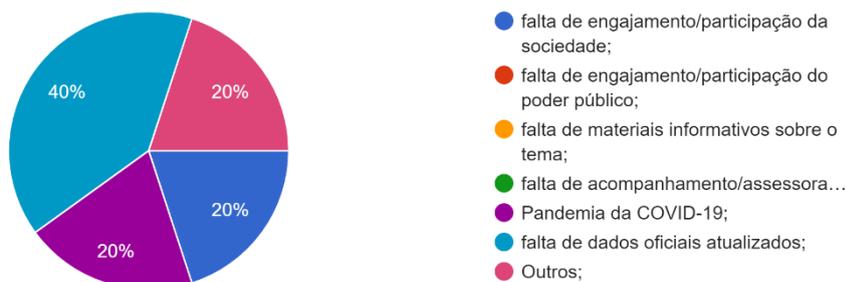
- *Orientações pautadas em pedagogias participativas, construção de documentos e investimentos em recursos pedagógicos e humanos.*
- *Central única de vagas - resolução para educação infantil- investimentos em infraestrutura-proposta pedagógica específica para cada etapa- ampliação do turno integral*
- *PIM, Escola e Educação em Tempo Integral, Ampliação de vagas através de Convênios;*
- *Ampliação de escolas e vagas nas creches, reorganização de espaços escolares;*
- *Ampliação no atendimento em turno integral;*
- *Atendimento ao maior número de crianças, procurando atender a demanda em sua totalidade;*
- *Ampliar o atendimento com turno integral, garantir 1/3 de horas atividades para todos os professores, que até então não estava assegurado esse direito, melhoria no planejamento e execução de projetos pedagógicos;*
- *Educação de Tempo Integral; Educação Inclusiva; Indissociabilidade entre Cuidar e o Educar;*
- *Lei Municipal nº 3.563 de 16 de junho de 2021, disponibiliza vagas para crianças de zero a seis anos incompletos;*
- *Abertura de novas turmas em diferentes escolas. Qualificação dos profissionais e formação continuada;*

Em relação aos desafios, seis municípios relataram ter encontrado dificuldades para monitorar e avaliar o plano, enquanto cinco afirmaram não ter enfrentado nenhum obstáculo. Entre os empecilhos mencionados, destacam-se a falta de dados oficiais atualizados, a falta de engajamento e participação da sociedade e a pandemia da Covid-19 (Figura 15).

**Figura 15** - Resposta à questão 23 do questionário on-line.

23. Em caso afirmativo para resposta da pergunta da resposta anterior, pontue quais itens condidera mais relevantes:

5 respostas



**Fonte:** Autora, 2024.

Ao analisar as respostas dos questionários tanto do CME (nove respostas) quanto do FME (quatro respostas), percebemos que as respostas iam ao encontro do que a Secretaria Municipal havia respondido. Esse alinhamento foi especialmente notado ao verificar os relatórios entregues, que foram elaborados em conjunto. No entanto, os Conselheiros Municipais trouxeram ponderações relevantes, como:

*Visto o CME está sob constante demanda dos elementos cotidianos, por vezes o tema acaba dependendo do espaço do FME, além disso, os elementos apontados na questão 26 e as dificuldades com engajamento trouxeram certa impossibilidade de avanço;*

*As metas estabelecidas no PNE implementaram várias melhorias no município, com base nas legislações nacionais e estaduais, já que não somos sistema no município. Temos um conselho atuante, em que alguns participam porque pontuam na avaliação de desempenho, na escola, o que dificulta o processo de participação democrática. Além disso, de 2021 pra cá, não houve mais orientações, nem acompanhamento efetivo por parte dos órgão responsáveis, deixando-nos, de certa forma, “no escuro”, em relação a continuidade desse monitoramento”; “falta de equipe de apoios para monitoramento e/ou avaliação.*

Os responsáveis pelas respostas dos Fóruns cancelaram o que havia sido apontado pelo CME:

*considerando a resposta a questão 27, diante das necessidade que a pandemia acarretou, a falta de engajamento social, a demora para a publicação do censo demográfico e suas alterações, fizeram com que o acompanhamento do PME fosse extremamente prejudicado, como de fato se percebe o mesmo possui inúmeras lacunas já apresentadas pelos apontamentos trazidos durante a última CONAEE que ocorre entre 2023 e início de 2024.*

Percebe-se que as respostas do SME (Secretaria Municipal de Educação), do CME (Conselho Municipal de Educação) e do FME (Fórum Municipal de Educação) são semelhantes quanto às dificuldades encontradas para monitorar e avaliar os Planos Municipais. Em municípios como Flores da Cunha e São Francisco de Paula, a legislação prevê que o responsável por realizar esse processo de acompanhamento constante é o Fórum Municipal de Educação. No entanto, segundo informações da própria Secretaria Municipal de Educação, nenhum dos dois municípios tem Fórum constituído.

Como principais instrumentos utilizados para realizar o monitoramento e a avaliação das metas e estratégias, foram citadas as conferências municipais de educação e grupos de trabalho formados por membros da Secretaria Municipal de Educação. Foi unânime nas respostas que, a partir dos relatórios produzidos, houve avanços no atendimento da educação infantil, sendo que a creche foi a principal contemplada com esse avanço.

Da mesma forma, foi trazido nas respostas que, a partir dos relatórios de avaliação e monitoramento, desencadearam a construção de políticas públicas que melhoraram o acesso, a qualidade e a equidade na educação infantil. Dentre os principais avanços trazidos, podemos citar: ampliação do tempo integral, formalização da hora-atividade do professor e abertura de novas turmas de educação infantil. Os principais desafios expostos foram: falta de dados oficiais atualizados, falta de engajamento e participação da sociedade, falta de equipe para essa finalidade na Secretaria Municipal e o fim da assessoria oferecida pelo MEC, por meio da SASE.

Alguns respondentes trouxeram ponderações como:

*“falta de equipe de apoios para auxiliar os municípios a trabalhar com o monitoramento e avaliação”; “No início da construção do plano, tínhamos assessoria, reuniões e acompanhamento para a realização do monitoramento, mas nos últimos anos, depois de 2021, ficamos desassistidos.”;*

*“Na minha opinião o plano municipal de educação deveria ser algo de conhecimento de todos, pois vejo que muitos não sabem do que se trata e muitos menos da sua devida importância, e sobre as metas penso que alguns objetivos serão quase impossíveis de ser alcançados.”*

Seguindo, tivemos oito Conselhos Municipais que responderam ao questionário enviado. Sete afirmaram que realizaram ações de monitoramento e avaliação, e seis disseram que produziram algum relatório durante o período de 2015 a 2023. Destes, apenas dois estão disponíveis para consulta pública. Foi unânime nas respostas

enviadas pelo Conselho Municipal de Educação que a CONAE (Conferência Nacional de Educação) foi o principal instrumento de mobilização utilizado. O conselho apontou que, a partir dos relatórios produzidos, houve avanço no atendimento à educação infantil, sendo a creche o principal beneficiado. Dos sete conselhos que responderam, cinco afirmaram que, a partir dos relatórios, desencadearam ações para a melhoria do acesso, qualidade e equidade na educação infantil. Dentre os avanços, o principal apontado foi a ampliação de vagas. Quanto aos desafios, foram trazidos a falta de engajamento da sociedade e a baixa atuação do conselho municipal.

Finalizando, as respostas trazidas pelo Fórum Municipal de Educação foram provenientes de quatro fóruns que responderam às questões enviadas, sendo que essas respostas, em sua maioria, estão alinhadas com as diretrizes apontadas pelo Conselho Municipal de Educação.

Constatou-se que o Fórum Municipal de Educação não possui uma presença ativa na região, pois em alguns municípios ele ainda não está estabelecido, cabendo ao Conselho Municipal de Educação assumir essa função, juntamente com suas atribuições.

Ao analisar os relatórios disponibilizados no questionário enviado aos agentes da política, constatamos que documentos foram produzidos pelas Secretarias Municipais de Educação em conjunto com o conselho e/ou fórum municipal de educação. Dos 12 municípios que participaram da pesquisa, seis produziram um relatório durante o período de 2015 a 2023.

O relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o acompanhamento do Plano Nacional de Educação (PNE) aborda diversas questões relacionadas à implementação e elaboração do PNE 2014-2024. Foram identificadas fragilidades na evidenciação dos macroproblemas levantados no Grupo de Trabalho sobre o novo PNE, ausência de participação do IBGE nesse grupo e alto risco de falta de validação social do relatório final.

Além disso, foram apontadas deficiências no apoio técnico do MEC, falhas no diagnóstico educacional realizado pelos entes para elaboração dos planos subnacionais de educação, problemas no monitoramento e avaliação desses planos, e falhas nos sistemas do MEC relacionados ao monitoramento. Recomendações foram feitas para melhorar a elaboração do próximo PNE, incluindo a validação dos macroproblemas, aprimoramento do apoio técnico aos entes na elaboração dos planos subnacionais e coordenação entre os diversos entes para adequação do

monitoramento. O relatório destaca a importância de identificar e evidenciar os problemas educacionais, com base em dados atualizados e evidências, visando a equidade e a mitigação das desigualdades. A análise do cumprimento das metas do PNE vigente e as propostas de melhorias para o próximo PNE também são abordadas no documento.

O relatório apresenta recomendações como: a adoção de medidas voltadas ao Projeto de Lei do novo Plano Nacional de Educação, com a realização de etapa de validação interna e externa dos macroproblemas levantados no Grupo de Trabalho, adequada evidenciação de seus descritores, causas críticas e efeitos; convite ao IBGE para participar do processo de elaboração do Projeto de Lei do novo PNE; retomada e aprimoramento da rede de apoio técnico prestado aos entes para o monitoramento e avaliação dos planos subnacionais de educação; realização de cursos e vídeos explicativos para capacitar os gestores municipais a extrair e utilizar informações educacionais; padronização de competências e formatos de relatórios para melhorar a qualidade e precisão dos dados coletados. Essas recomendações foram realizadas após o Tribunal de Contas da União avaliar a implementação do Plano Nacional de Educação e constatar que essas foram as maiores fragilidades até o momento.

Algumas dessas fragilidades também foram apontadas durante a coleta de dados realizada nos municípios e nos materiais analisados, conforme apresentado acima. Esse desalinhamento também afeta a construção de um novo Plano Municipal de Educação. De acordo com Santos (2019), a falta de resultados concretos da implementação das estratégias previstas nos planos anteriores gera desconfiança por parte dos envolvidos e dificulta o engajamento da comunidade na construção de um novo plano, comprometendo a participação democrática e a legitimidade do processo.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização da pesquisa que originou esta dissertação de mestrado, foi possível analisar quais foram os principais avanços e desafios para a efetivação do direito à Educação Infantil para as crianças dos municípios da 4ª CRE/RS no período de 2015 a 2023, considerando os indicadores de acesso da Meta 1 em diálogo com estratégias visando à qualidade e à equidade.

Os avanços relacionados à ampliação da jornada na creche e pré-escola são mais consideráveis na região da AMSERRA, onde dos seis municípios, cinco atendem quase na totalidade em tempo integral, tanto a creche quanto a pré-escola. Na região da AMESNE, ficando evidenciado que estes municípios têm preferência pelo atendimento integral na creche e a parcialização da pré-escola. A melhoria na infraestrutura com a construção e reforma das escolas com o Programa Pró Infância se deu em três municípios, onde foram ampliadas nove escolas e construídas oito; a valorização dos profissionais da educação com a implementação da hora atividade em dois municípios.

Esses resultados demonstram que houve um esforço por parte dos municípios em promover avanços na área educacional, ainda que com resultados pouco expressivos em alguns deles. Dos 14 municípios, sete alcançaram a universalização da pré-escola até 2019, de acordo com a Radiografia do TCE-RS, e quatro municípios alcançaram até 2019 50% do atendimento de crianças de até 3 anos na creche, mas três tendem a não alcançar a meta, pois se encontram bem abaixo desse indicador.

Cabe destacar, conforme outros estudos já apontaram os desafios para a realização de pesquisas longitudinais de monitoramento de dados do acesso à Educação Infantil devido às dificuldades na regularidade e consistência das informações disponibilizadas em cada portal, sendo esta uma questão crucial a considerar nas pesquisas nesse campo.

No entanto, quando se consideram parâmetros de qualidade e equidade, é necessário reconhecer os desafios enfrentados pelos municípios desta CRE no período analisado. Dentre os principais obstáculos encontrados para garantir o acesso para todas as crianças, destacou-se o investimento em educação infantil abaixo do valor mínimo por aluno/ano, conforme o CAQ, e o fato de que os valores investidos não acompanham o repasse do FUNDEB, comprometendo a qualidade desejada.

Constatou-se, ainda, a redução do atendimento em tempo integral com a parcialização das vagas de pré-escola e a alocação das crianças de 4 e 5 anos em escolas que antes atendiam exclusivamente o ensino fundamental. A literatura revisada aponta na direção de que podem haver riscos à qualidade quando o atendimento se dá em escolas sem a estrutura, materiais e insumos adequados à Educação Infantil. A redução da jornada compromete o direito das crianças e das famílias a uma educação em tempo integral, o que acarretaria mais tempo de qualidade no atendimento às crianças e a possibilidade de ampliação da renda para as famílias.

Foi evidenciado que, em alguns municípios, as ações planejadas nos PMEs visando ao monitoramento e avaliação dos planos não se efetivaram, o que dificultou o acompanhamento e o ajuste das políticas visando ao alcance da meta 1 e das suas estratégias. Essa lacuna na gestão da implementação das metas resultou em um distanciamento entre o planejado e o efetivamente realizado. Os municípios relataram ainda a dificuldade em mobilizar a comunidade escolar e a sociedade civil para a participação nos processos de monitoramento e avaliação. Dentre as informações coletadas junto aos municípios, destacou-se o fato de que a interrupção da assessoria prestada pela SASE para este fim desarticulou os movimentos que vinham sendo realizados quanto ao monitoramento e avaliação.

Os dados evidenciam que é necessária uma ação federativa que coordene o processo de monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação, com formação continuada para as SMEs, os CMEs e os FMEs, para que os municípios possam superar esses desafios, fortalecendo suas capacidades de gestão, investindo em planejamento estratégico, monitoramento e avaliação contínuos das ações implementadas. Além disso, para garantir um trabalho efetivo de todos os atores da comunidade escolar envolvidos na política, seria importante que houvesse um incentivo por parte das SMEs na estruturação e melhoria nas condições de trabalho dos CMEs e FMEs.

Com base nos dados da pesquisa, observamos que os municípios da 4ª CRE previram ações importantes para melhorar a qualidade da educação nas estratégias da meta 1, porém, algumas delas não foram efetivamente cumpridas ao longo do tempo; portanto, conclui-se que, para efetivar o direito à educação infantil com qualidade e equidade restam ainda muitos desafios. Ao garantir que todas as crianças tenham acesso à educação desde a primeira infância, com investimentos na qualidade

da educação oferecida e buscando a equidade, estaremos contribuindo para um desenvolvimento mais justo e igualitário para todas as crianças.

## REFERÊNCIAS

ANDRE, Marli. O que é um estudo qualitativo em educação? **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n.40, p.95-103, jul./dez. 2013.

BECCHI, E.; BONDIOLI, a. **Avaliando a pré-escola: uma trajetória de formação de professoras**. Campinas: autores associados, 2003.

ARAÚJO, Heleno. **A importância das conferências nacionais de educação**. Disponível em: <<https://www.cnte.org.br/index.php/conteudo/3569-heleno-araujo-a-importancia-das-conferencias-nacionais-de-educacao>>. Acesso em: 20 set. 2023.

ARAÚJO, Maria C. A. da S. **Educação Infantil no Brasil: concepções e tendências**. Revista Brasileira de Educação, v. 23, n. 1, p. 1-21, 2018.

BARBOSA, Maria Carmem; CRAIDY, Carmen. **Ingresso obrigatório no ensino fundamental aos seis anos**. In: BARBOSA; DELGADO (Orgs.). A infância no ensino fundamental de 9 anos. Porto Alegre: Penso, 2012.

BELL, J. **Doing your research**. A guide for first-time researchers in education and social Science. Milton Keynes: Open University, 1985.

BHERING, E.; ABUCHAM, B.O. Monitoramento da educação infantil pública: possibilidades e conteúdos. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v.25, n.58, p. 74- 99 ,maio/ago.2014. Disponível em em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2875>. Acesso em 15 de dez. 2022.

BORDIGNON, Genuíno. **Gestão da Educação no Município: sistema, conselho e plano**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº59**, de 11 de novembro de 2009. Diário oficial da união, Brasília, DF, 12 de novembro de 2009.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 maio 2000.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**, n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em 15 de dez. 2022

BRASIL. Ministério da Educação. Conferência Nacional de Educação (CONAE), dez.2008, Brasília, DF. Documento – referência: **Construindo o Sistema Nacional articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação**. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Infantil: subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação**. Brasília, DF, Ministério da Educação 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=downlo](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=downlo)

ad&alias=11990-educacao-infantil-sitematica-avaliacao pdf&category\_  
slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em 15 de dez. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Educação infantil: subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação**. Brasília: MEC/SEB, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Brasília, DF, MEC/SEB, 2006.  
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília, DF, Ministério da Educação, 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares\\_2012.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf). Acesso em 18 de dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Indicadores da qualidade da educação infantil**. Brasília, DF, MEC/SEB, 2009.

BRASIL. Plano nacional de educação, n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm). Acesso em: 15 de dez. 2022.

BRASIL. **Plano nacional de educação**, n. 15.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011014/2014/lei/l13005.htm) Acesso em: 15 de dez. 2022.

BREDA, Bruna. **O ensino obrigatório na legislação federal dos séculos XX e XXI**. Textura. Canoas, v. 18, n. 16, p. 9-21, jan/abr, 2016.

CAMPOS, M. M. et al. **Educação infantil no Brasil: avaliação qualitativa e quantitativa**. Relatório de pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2010.

CAMPOS, M. M.; ROEMBERG, F. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1995.

CAPELA, Ana Claudia Niedhart; **Formulação e Políticas Públicas**. Brasília, ENAP, 2018.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. **Educação: direito de todos e dever do Estado**. São Paulo: Moderna, 2011.

CURY, C.R.J.; A qualidade da educação brasileira como direito. **Educ.Soc.**, Campinas, v.35, n.129, p.1053-1066, out./dez. 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A educação básica como direito**. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008.

DOWBOR, Ladislau. **A informação para a cidadania e o desenvolvimento sustentável**. 3 Unesco, World Information report 1995, p. 280-282.

EDUCAÇÃO, 8º Balanço do Plano Nacional de. Disponível em <https://www.cenpec.org.br/noticias/pne-metas-em-retrocesso>. Acesso em dez/2022  
FATTORI, C.C.T.; XIMENES, S.B.; **A resposta educacional às consequências da pandemia de Covid-19 e a atuação da rede temática**. RIET-ISSN 2676-0355, Dourados, v.2, n.2, p.64-93, jan./jun.,2021.

FARENZENA, Nalú. **A emenda da obrigatoriedade: mudanças e permanências. Retratos da Escola**. Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE. Vol. 4, n. 7, jul-dez 2010. P. 197-209

FERREIRA, N.D. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, n.79, p.257-275, ago.2002.

FINEDUCA. **Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação. A Política de Educação Infantil no Brasil: das garantias legais ao financiamento do atendimento público**. Nota Técnica. São Paulo, 2021. Disponível em: [https://fineduca.org.br/wpcontent/uploads/2021/07/20210611\\_NT\\_Fineduca\\_EI.pdf](https://fineduca.org.br/wpcontent/uploads/2021/07/20210611_NT_Fineduca_EI.pdf).

FLICK. Uwe.; **Introdução à pesquisa qualitativa**/Uwe Flick; tradução Joice Elias Costa. Ed.3. p. 20-49. Porto Alegre. Artmed, 2009.

FLORES, M. L. R.; LUTZ, D. (2022). **Para Além do Acesso: o direito à educação infantil de qualidade exige financiamento adequado**. *FINEDUCA - Revista De Financiamento da Educação*, 12. <https://doi.org/10.22491/2236-5907119434>.<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data> dados estatísticos. Acesso em abril de 2024.

FLORES, M.L.R.; BRUSIUS, A.; BONNEAU, C.S.; SEIXAS, C.J.; Desafios em pesquisas sobre o acesso à Educação Infantil: um estudo de caso no Rio Grande do Sul. **Políticas Educativas**, Paraná, v.14, n.1, p. 98-110, 2020.

FLORES, Maria Luiza R. A Construção do direito à Educação Infantil: avanços e desafios no contexto dos 20 anos da Ldben. **Revista Contemporânea de Educação**: Número temático: 20 anos da primeira etapa da Educação Básica: rumo a maioria da Educação Infantil? Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 206-225, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/einaroda/wp-content/uploads/2017/09/3679-24056-1-PB.pdf>. Acesso em 18 de set. 2022.

FLORES, Maria Luiza R.; BONNEAU, Cátia Soares; BRUSIUS, Ariete; SEIXAS, José Carlos. **Desafios em pesquisas sobre o acesso à Educação Infantil: um estudo de caso no Rio Grande do Sul**. *Políticas Educativas (Poled)*, Paraná, v. 14, n. 1, p. 98-110, 2020. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Poled/article/view/109580/59356>>

FLORES, Maria Luiza R.; BRUSIUS, Ariete; SANTOS, Claudéria dos. **Expansão da pré-escola em instituições com oferta de ensino fundamental: reafirmando o direito das crianças à qualidade**. *Revista Zero-a-seis (UFSC)* v. 20, nº 38, p. 339-359 (2018). Disponível: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroa-seis/article/view/1980-4512.2018v20n38p339/37548>>.

FLORES, Maria Luiza Rodrigues; BRUSIUS Ariete; DANIEL Camila; **Monitoramento de políticas públicas de educação infantil**: repercussões da matrícula obrigatória na pré-escola em municípios do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, UFRGS, ed.1, 2022.

FLORES, Maria Luiza Rodrigues; SILVA, Denise Madeira de Castro e. **Reflexões sobre a obrigatoriedade de matrícula na pré-escola**: um estudo de caso no Município de Farroupilha /RS. In: SILVA, Rodrigo Manoel Dias da; RIBOLI, César. (ORGs.). Políticas educacionais: abordagens, experiências e dilemas contemporâneos. Frederico Westphalen: URI; Erechim: Deviant, p. 117-134, 2019. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id>.

FLORES, Maria Luiza Rodrigues; SILVA, Maria Beatriz Gomes da. **Articulações e tensões entre a educação infantil e o ensino fundamental: análises a partir do contexto recente das políticas educacionais brasileiras**. In: FLORES, Maria Luiza Rodrigues; ALBUQUERQUE, Simone Santos de (Orgs.). **Implementação do Proinfância no Rio Grande do Sul**: perspectivas políticas e pedagógicas. Porto Alegre: Edipucrs, 2015.

FLORES, Maria Luiza Rodrigues; SUSIN, Maria Otília Kroeff. Expansão da Educação Infantil através da parceria público-privada: algumas questões para o debate quantidade versus qualidade no âmbito do direito à Educação Infantil. In: PERONI, Vera Maria Vidal (ORG.) **Redefinições da Fronteira entre o Público e o Privado**. Liber Livros – 2013. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/einaroda/wp-content/uploads/2017/10/Redefinicoes-das-fronteiras-ATUAL-2.pdf> . Acesso em 18 de set. 2022.

INEP DATA. **Peinéis estatísticos - Censo Escolar**. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWlyZWYtZjl1YjU0NzQzMTJhliwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>>. Acesso em: 13 jun. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasil: PNUD, IPEA, FJP, 2013. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&id=19153](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=19153). Acesso em: 22 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades. Brasil**: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 08 abr. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Consulta Matrícula**. Brasil: MEC, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/consulta-matricula>. Acesso em: 08 abr. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB**. Brasil: MEC, 2020. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br>. Acesso em: 08 abr. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar, 2010**. Brasil: MEC, 2010. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>. Acesso em: 08 abr. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação.** 2022. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano\\_nacional\\_de\\_educacao/relatorio\\_do\\_quarto\\_ciclo\\_de\\_monitoramento\\_das\\_metas\\_do\\_plano\\_nacional\\_de\\_educacao.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quarto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf). Acesso em: 15 de dez. 2022.

JANUZZI, P. et al. Estruturação de sistemas de monitoramento e especificação de pesquisas de avaliação: os problemas de programas públicos

KRAMER, Sonia; NUNES, Maria Fernanda R.; CORSINO, Patrícia. **Infância e crianças de 6 anos: desafios das transições na educação infantil e no ensino fundamental.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.37, n.1, p.69-85, jan./abr. 2011.

KUHLMANN JR, Moysés. **Histórias da educação infantil brasileira.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, p.5-18, mai/jun/jul/ago, 2000.

LUDKE, M. ANDRE, M.; **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** 2ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

MAINARDES. J.; Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, vol.27, n.94, p. 47-69, jan./abr.2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 05 de fev.2022

MARTINS, A.M.; A pesquisa na área de política e gestão da educação Básica: aspectos teóricos e metodológicos. **Educ.Real.**, Porto Alegre, v.36, n.2, p.379-393, maio/ago.2011. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade). Acesso em 18 de jun.2022.

no Brasil. In: FRANZESE, C. et al. **Reflexões para Ibero-América: avaliação de programas sociais.** Brasília: Enap, 2009.

OLIVEIRA, Ana M. de. **A Meta 01 do Plano Nacional de Educação: a questão do acesso e da universalização da Educação Infantil.** Revista Eletrônica de Educação, v. 11, n. 2, p. 1-19, 2017.

OLIVEIRA, M. F. **Planejamento dos Municípios e Educação Infantil: uma relação necessária.** In: Anais do Seminário de Educação Infantil. Rio de Janeiro: Abrasco, 2016

OLIVEIRA, M. M. de. **Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (PROINFÂNCIA): uma avaliação preliminar.** In: Congresso Brasileiro de Gestão Estratégica e Organizacional, 2013, Fortaleza. Anais do Congresso Brasileiro de Gestão Estratégica e Organizacional, 2013.

PEREIRA, A. S. **Implementação das políticas de educação nos municípios: desafios e perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora, 2018.

PIMENTA, C.O.; SOUZA, S.Z; FLORES, M.L.R. Dimensões para análise de proposta de avaliação de políticas de educação infantil. **Educar em Revista**, Curitiba, v.37, e78210, 2021.

PINAZZA, Mônica Appezzato; SANTOS, Maria Walburga dos. **A (pré)-escola na lógica da obrigatoriedade: um desconcertante 'dejà vu'?** Textura. Canoas, v. 18, n. 16, p. 22-43, jan/abr, 2016.

PISA, OCDE. PISA 2012 Results in Focus: What 15-year-olds **know and what they can do with what they know**. Paris: OECD Publishing, 2011.

Portal **Indicadores Municipais da Secretaria de Planejamento, Gestão e Governança do Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <https://indicadoresmunicipais.planejamento.rs.gov.br/> acesso em 05/05/2024.

RIBEIRO, M. **Alinhamento entre os planos de educação: uma estratégia para a qualidade da educação**. Revista Brasileira de Políticas Educacionais, v. 33, n. 1, p. 192-209, 2017.

ROSA, Júlia Lima da; LIMA Luciana Leite; AGUIAR Rafael Barbosa de; **Políticas Públicas – Introdução**; Porto Alegre: Jacarta; 2021

ROSEMBERG, Fulvia. O estado dos dados para avaliar políticas de educação infantil. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n.20, p.5-58, dez. 1999.

ROSEMBERG, Fulvia. Políticas de educação infantil e avaliação. **Cadernos de pesquisa**. v43, n.148, p.44-75, jan./abr.2013.

RUA, Maria das Graças. (1997). **Análise de Políticas Públicas**: conceitos básicos. Texto elaborado para o Curso de Formação para a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Brasília: ENAP/Ministério do Planejamento.

SANCHES, Carlos E.; GOUVEIA Andréa B.; PAZ Bruna.; **A Dimensão do Fundeb nas Finanças Municipais para Educação: impactos na matrícula em três cidades da Região Metropolitana de Curitiba** FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação, v. 13, n. 7, 2023.

SANCHES, Carlos Eduardo. **Desafios do poder público na garantia do acesso à pré- -escola e na ampliação do acesso à creche na perspectiva da Emenda Constitucional nº 59/2009**. Insumos para o Debate 2 – Emenda constitucional 59/2009 e a educação infantil – impactos e perspectivas. SP: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A educação como direito humano**. In: **SANTOS**, Boaventura de Sousa (Org.). Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez Editora, 2017. p. 47-67.

SANTOS, C. A. dos. **O Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (PROINFÂNCIA): um estudo sobre a sua implantação no município de Cachoeiro de Itapemirim - ES. 2015**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

SANTOS, J. M. **Participação e planejamento da educação municipal: reflexões sobre a construção do Plano Municipal de Educação**. Revista Brasileira de

**Educação**, v. 24, n. 78, p. 199-218, 2019.

SANTOS, João R. dos. **Relatórios de Monitoramento da Educação Infantil: uma análise crítica**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 21, n. 1, p. 1-20, 2016.

SANTOS, M. A. **Transparência e controle social na implementação do Plano Nacional de Educação: implicações e desafios**. *Revista de Estudos Sociais*, v. 20, n. 2, p. 128-140, 2018

SGUISSARDI, V. A. **O financiamento da educação superior e os dilemas e desafios do desenvolvimento nacional**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 19, n. 59, p. 443-461, 2014.

SILVA, Denise M. de C. **A oferta da educação infantil no setor privado: direito ou negócio**. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 48, e248770, 2022.

SILVA, Denise M. de C.; **As repercursões da obrigatoriedade da pré-escola no direito à educação infantil: relações entre o público e o privado**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2020.

SILVA, Denise M. de C.; SILVA Rodrigo M. D. **A vulnerabilidade social como critério de acesso à creche: desafios no direito à educação infantil**. *Revista Cocar*. V.19 N.37 / 2023. p. 1-16.

SILVA, F. C. da. **PROINFÂNCIA: análise crítica do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil**. In: Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, 2011, Gramado. *Anais do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais*, 2011.

SILVA, J. F. A. **Desafios do alinhamento entre os planos municipais de educação e o plano nacional de educação**. *Cadernos de Políticas Públicas*, v. 23, n. 1, p. 55-72, 2018.

SILVA, Maria L. da. **Acesso, permanência e qualidade na Educação Infantil: avanços e desafios**. *Educação & Sociedade*, v. 40, n. 145, p. 1-18, 2019.

SILVA, W.S.; A pesquisa qualitativa em educação. *Horizontes – Revista de educação*, Dourados, MS, n.3, v.2, jan./jun.2014.

SOUZA, A. B. **A importância do alinhamento entre os planos municipais de educação e o plano nacional de educação**. *Revista de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, v. 3, n. 1, p. 45-54, 2015.

SOUZA, C. **A transparência na gestão da educação**. *Revista Brasileira de Direito Educacional*, v. 26, n. 1, p. 61-74, 2010.

THERRIEN, S.M.N.; THERRIEN, J.; **Trabalhos científicos e ao estado da questão: reflexões teórico-metodológicas**. *Estudo em avaliação educacional*, v.15, n.30, jul./dez. 2004.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (TCE-RS) **Radiografia da Educação Infantil no Rio Grande do Sul 2010-2019**. Porto Alegre:

TCE/ RS, 2021a. Disponível em:  
[https://portalnovo.tce.rs.gov.br/repo/misc/estudos\\_pesquisas/educacao\\_infantil/2021/TCERS\\_Radiografia\\_Educacao\\_Infantil\\_2020.pdf](https://portalnovo.tce.rs.gov.br/repo/misc/estudos_pesquisas/educacao_infantil/2021/TCERS_Radiografia_Educacao_Infantil_2020.pdf). Acesso em: 12 de abr. 2022.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (TCE-RS). **I. Pesquisa sobre as gestões municipais 2021. O cumprimento de meras do plano Nacional de Educação nos municípios gaúchos.** Porto Alegre/RS.2021. 1ed. Disponível em: <https://cloud.tce.rs.gov.br/s/6J3JWPWpcDB53K7> . Acesso em 15 de abr.2022.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (TCE-RS). **Radiografias da Educação Infantil 2020. Extrato Geral.** Porto Alegre: TCE/RS, 2020. Disponível em [https://portalnovo.tce.rs.gov.br/cidadao/estudos\\_pesquisas/radiografia\\_educacao\\_infantil\\_2020/](https://portalnovo.tce.rs.gov.br/cidadao/estudos_pesquisas/radiografia_educacao_infantil_2020/). Acesso em: 12 de abr. 2022

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (TCE-RS). **Radiografia da Educação Infantil do Rio Grande do Sul 2010-2019 – Município de Antônio Prado.** Porto Alegre: TCE/RS, 2021b. Disponível em: [https://tcers.tc.br/repo/misc/estudos\\_pesquisas/educacao\\_infantil/2021/4300802.pdf](https://tcers.tc.br/repo/misc/estudos_pesquisas/educacao_infantil/2021/4300802.pdf). Acesso em: 12 de abr.2022.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (TCE-RS). **Radiografia da Educação Infantil no RS – Análise do desempenho 2009/2010.** Porto Alegre, TCE/RS, 2011. Disponível em: [https://portalnovo.tce.rs.gov.br/repo/misc/estudos\\_pesquisas/educacao\\_infantil/2011/radiografia\\_educacao\\_infantil\\_2010.pdf](https://portalnovo.tce.rs.gov.br/repo/misc/estudos_pesquisas/educacao_infantil/2011/radiografia_educacao_infantil_2010.pdf). Acesso em: 12 de abr. 2022

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (TCE-RS). **Radiografia da Educação Infantil do Rio Grande do Sul 2010-2019 – Município de Cambará do Sul.** Porto Alegre: TCE/RS, 2021b. Disponível em: [https://tcers.tc.br/repo/misc/estudos\\_pesquisas/educacao\\_infantil/2021/4303608.pdf](https://tcers.tc.br/repo/misc/estudos_pesquisas/educacao_infantil/2021/4303608.pdf). Acesso em: 12 de abr.2022

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (TCE-RS). **Radiografia da Educação Infantil do Rio Grande do Sul 2010-2019 – Município de Canela.** Porto Alegre: TCE/RS, 2021b. Disponível em: [https://tcers.tc.br/repo/misc/estudos\\_pesquisas/educacao\\_infantil/2021/4304408.pdf](https://tcers.tc.br/repo/misc/estudos_pesquisas/educacao_infantil/2021/4304408.pdf). Acesso em: 12 de abr.2022

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (TCE-RS). **Radiografia da Educação Infantil do Rio Grande do Sul 2010-2019 – Município de Caxias do Sul.** Porto Alegre: TCE/RS, 2021b. Disponível em: [https://tcers.tc.br/repo/misc/estudos\\_pesquisas/educacao\\_infantil/2021/4305108.pdf](https://tcers.tc.br/repo/misc/estudos_pesquisas/educacao_infantil/2021/4305108.pdf). Acesso em: 12 de abr.2022

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (TCE-RS). **Radiografia da Educação Infantil do Rio Grande do Sul 2010-2019 – Município de Farroupilha.** Porto Alegre: TCE/RS, 2021b. Disponível em: [https://tcers.tc.br/repo/misc/estudos\\_pesquisas/educacao\\_infantil/2021/4307906.pdf](https://tcers.tc.br/repo/misc/estudos_pesquisas/educacao_infantil/2021/4307906.pdf). Acesso em: 12 de abr.2022.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (TCE-RS). **Radiografia da Educação Infantil do Rio Grande do Sul 2010-2019 – Município de Flores da Cunha**. Porto Alegre: TCE/RS, 2021b. Disponível em: [https://tcers.tc.br/repo/misc/estudos\\_pesquisas/educacao\\_infantil/2021/4308201.pdf](https://tcers.tc.br/repo/misc/estudos_pesquisas/educacao_infantil/2021/4308201.pdf). Acesso em: 12 de abr.2022.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (TCE-RS). **Radiografia da Educação Infantil do Rio Grande do Sul 2010-2019 – Município de Gramado**. Porto Alegre: TCE/RS, 2021b. Disponível em: [https://tcers.tc.br/repo/misc/estudos\\_pesquisas/educacao\\_infantil/2021/4309100.pdf](https://tcers.tc.br/repo/misc/estudos_pesquisas/educacao_infantil/2021/4309100.pdf). Acesso em: 12 de abr.2022.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (TCE-RS). **Radiografia da Educação Infantil do Rio Grande do Sul 2010-2019 – Município de Jaquirana**. Porto Alegre: TCE/RS, 2021b. Disponível em: [https://tcers.tc.br/repo/misc/estudos\\_pesquisas/educacao\\_infantil/2021/4311122.pdf](https://tcers.tc.br/repo/misc/estudos_pesquisas/educacao_infantil/2021/4311122.pdf). Acesso em: 12 de abr.2022.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (TCE-RS). **Radiografia da Educação Infantil do Rio Grande do Sul 2010-2019 – Município de Nova Pádua**. Porto Alegre: TCE/RS, 2021b. Disponível em: [https://tcers.tc.br/repo/misc/estudos\\_pesquisas/educacao\\_infantil/2021/4313086.pdf](https://tcers.tc.br/repo/misc/estudos_pesquisas/educacao_infantil/2021/4313086.pdf). Acesso em: 12 de abr.2022.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (TCE-RS). **Radiografia da Educação Infantil do Rio Grande do Sul 2010-2019 – Município de Nova Petrópolis**. Porto Alegre: TCE/RS, 2021b. Disponível em: [https://tcers.tc.br/repo/misc/estudos\\_pesquisas/educacao\\_infantil/2021/4313201.pdf](https://tcers.tc.br/repo/misc/estudos_pesquisas/educacao_infantil/2021/4313201.pdf). Acesso em: 12 de abr.2022.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (TCE-RS). **Radiografia da Educação Infantil do Rio Grande do Sul 2010-2019 – Município de Nova Roma do Sul**. Porto Alegre: TCE/RS, 2021b. Disponível em: [https://tcers.tc.br/repo/misc/estudos\\_pesquisas/educacao\\_infantil/2021/4313359.pdf](https://tcers.tc.br/repo/misc/estudos_pesquisas/educacao_infantil/2021/4313359.pdf). Acesso em: 12 de abr.2022.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (TCE-RS). **Radiografia da Educação Infantil do Rio Grande do Sul 2010-2019 – Município de Picada Café**. Porto Alegre: TCE/RS, 2021b. Disponível em: [https://tcers.tc.br/repo/misc/estudos\\_pesquisas/educacao\\_infantil/2021/4314423.pdf](https://tcers.tc.br/repo/misc/estudos_pesquisas/educacao_infantil/2021/4314423.pdf). Acesso em: 15 de abr.2022.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (TCE-RS). **Radiografia da Educação Infantil do Rio Grande do Sul 2010-2019 – Município de São Francisco de Paula**. Porto Alegre: TCE/RS, 2021b. Disponível em: [https://tcers.tc.br/repo/misc/estudos\\_pesquisas/educacao\\_infantil/2021/4318200.pdf](https://tcers.tc.br/repo/misc/estudos_pesquisas/educacao_infantil/2021/4318200.pdf). Acesso em: 15 de abr.2022.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (TCE-RS). **Radiografia da Educação Infantil do Rio Grande do Sul 2010-2019 – Município de São Marcos**. Porto Alegre: TCE/RS, 2021b. Disponível em:

[https://tcers.tc.br/repo/misc/estudos\\_pesquisas/educacao\\_infantil/2021/4319000.pdf](https://tcers.tc.br/repo/misc/estudos_pesquisas/educacao_infantil/2021/4319000.pdf).  
Acesso em; 15 de abr. 2022.

## APÊNDICE A - Alinhamento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação e suas estratégias aos Planos Municipais de Educação dos 14 municípios de abrangência da 4ª Coordenadoria Regional de Educação.

No quadro abaixo a proposta é comparar o que está disposto na Meta 1, e suas estratégias, e o que cada município previu no seu Plano Municipal, para a partir da análise do quadro e a pesquisa que será realizada *in loco* identificar se houve consonância entre o Plano Nacional e os Planos Municipais na construção das estratégias, se houve ou não evolução dos indicadores através do monitoramento e avaliação e se isso contribuiu para melhorar ou não o acesso, a qualidade e a equidade na Educação Infantil.

<b>Análise Planos Municipais de Educação</b>	
<b>Meta 1 - Indicadores 1A e 1B</b>	
<b>Quadro Comparativo</b>	
<b>Meta 1</b>	
Plano Nacional de Educação	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré- escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.
PME Caxias	Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré- escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE (Lei federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014)
PME Farroupilha	Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré- escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE.
PME Nova Petrópolis	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré- escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 90% (noventa por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.
PME Picada Café	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré- escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do Plano Nacional de Educação.
PME Gramado	Universalizar, até 2016, a Educação Infantil para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade, e ampliar a oferta de Educação Infantil, na rede pública municipal e rede privada, de forma a atender toda a demanda manifesta, da população de 4 (quatro) meses até 3 (três) anos e 11 (onze) meses, garantindo, no mínimo, o atendimento de 50% (cinquenta por cento) da população dessa faixa etária.
PME Canela	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré- escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do Plano Nacional de Educação.
PME Nova Pádua	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré- escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até (três) anos até o final da vigência deste PNE.

PME Nova Roma do Sul	Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré- escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade, e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.
PME São Marcos	Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, e ampliar, até o final da vigência deste plano, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% (cinquenta por cento) da população de 0 (zero) até 3 (três) anos.
PME Flores da Cunha	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré- escola para crianças de quadro e cinco anos de idade e ampliar a oferta da educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE.
PME Antônio Prado	Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré- escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PME.
PME São Francisco Paula	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré- escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.
PME Cambará do Sul	Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré- escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em Creches de forma a atender, no mínimo, 75% das crianças de até 3 anos de idade até o final da vigência deste PME, com a devida qualidade.
PME Jaquirana	SEM INFORMAÇÃO
<b>Estratégia 1.1</b>	<b>ACESSO</b>
Plano Nacional de Educação	Definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais;
PME Caxias	Buscar, em colaboração com a União e o Estado, espaços públicos disponíveis para oferta de turmas de pré-escola, a fim de atender a demanda;
PME Farroupilha	Priorizar, a partir da aprovação deste PME, no sistema e nas redes de educação do Município, o acesso à Educação Infantil e fomentar políticas públicas, em regime de colaboração, que fortaleçam a capacidade dos sistemas e das redes de ensino, para ampliar a oferta de atendimento educacional com qualidade e equidade social em alinhamento ao que propõe o PNE, aumentando/ ampliando a infraestrutura e os recursos humanos;
PME Nova Petrópolis	Dar continuidade à expansão da Rede Municipal de Educação Infantil conforme a demanda e considerando o padrão nacional de qualidade.
PME Picada Café	Definir metas de expansão das redes públicas e privadas de Educação Infantil segundo o padrão nacional de qualidade compatível com as peculiaridades locais;
PME Gramado	Assegurar estrutura física e quadro efetivo de recursos humanos, de acordo com os padrões mínimos da legislação vigente, visando apoio técnico-pedagógico para a melhoria da qualidade e a garantia do cumprimento dos padrões estabelecidos pelas diretrizes nacionais, estaduais e municipais.
PME Canela	Construir, reformar, ampliar e regulamentar escolas de Educação Infantil, ações vinculadas aos programas de construção e ampliação do Governo Federal, ou em parceria com Instituições Privadas, em conformidade com os padrões arquitetônicos estabelecidos em legislação vigente, respeitando as normas de acessibilidade, ludicidade e os aspectos culturais e regionais, estratégia condicionada à situação orçamentária do Município;

PME Nova Roma	Expandir, de acordo com a necessidade, em regime de colaboração com a União e o Estado, a rede pública de escolas de educação infantil, por meio da definição de metas plurianuais, segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.
PME Nova Pádua	Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 5 (cinco) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta. Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil.
PME São Marcos	Manter atualizados cadastros de crianças de 0 a 3 anos e de 4 e 5 anos de idade, de forma a acompanhar a necessidade de criação de vagas e ampliação da rede física escolar, dentro dos padrões de qualidade, atendendo as especificidades destas etapas de ensino e suas diversidades; Expandir, em colaboração com a União e Estado, a rede de escolas de Educação Infantil, mantidas pelo Poder Público, segundo padrão nacional de qualidade, compatível com a peculiaridade local;
PME Flores da Cunha	Definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais;
PME Antônio Prado	Priorizar, a partir da aprovação deste Plano, o acesso à educação infantil, fomentando políticas públicas em regime de colaboração, com o Estado e a União, que fortaleçam a capacidade das redes de ensino, para ampliar a oferta de atendimento educacional com qualidade e equidade social em alinhamento ao que propõe o PNE. Definir um planejamento estratégico que viabilize políticas em regime de colaboração entre o Estado, o Município e a União, que assegurem a efetivação das metas de expansão das respectivas redes públicas e privadas para a Educação Infantil, com referência nas metas propostas no PNE/2014.
PME São Francisco de Paula	Definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais;
PME Cambará do Sul	Priorizar o acesso à Educação Infantil e fomentar políticas públicas que fortaleçam a capacidade da rede municipal para ampliar a oferta de atendimento educacional com qualidade e equidade social, consolidando e ampliando ações do PROINFÂNCIA no município.
PME Jaquirana	Incentivar a matrícula de crianças na Escola Municipal de Ensino Infantil do município.
<b>Estratégia 1.2</b>	<b>EQUIDADE</b>
Plano Nacional de Educação	Garantir que, ao final da vigência deste PNE, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo;
PMEE Caxias	Garantir que, ao final da vigência do PNE (Lei Federal nº13.005/2014), seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e a do quinto de renda familiar per capita mais baixo.
PME Farroupilha	Definir um planejamento estratégico, sob responsabilidade da SEDUC-Farroupilha, que, no prazo de dois anos após a aprovação do PME, viabilize políticas em regime de colaboração com o Estado e a União, que assegurem a efetivação das metas de expansão das respectivas redes públicas e privadas para a Educação Infantil, com referência nas metas propostas no PNE, PEE e PME, com implantação imediata e com a garantia de autorização de funcionamento realizada pelo CME.

PME Nova Petrópolis	Continuar a oferta como já vem acontecendo e garantir que, ao final da vigência deste PME, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo.
PME Picada Café	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Gramado	Estabelecer, no prazo de 02 (dois) anos, e com a colaboração dos setores responsáveis pela Educação, pela Saúde e pela Assistência Social, e de organizações não governamentais, Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar, mecanismos efetivos para combate à desigualdade, contando, ainda, com programas de orientação e apoios aos pas com filhos entre 0 (zero) e 0 (cinco) anos, sobretudo nos casos de pobreza, violência doméstica e desagregação familiar extrema.
PME Canela	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Nova Pádua	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Nova Roma	Contribuir para a construção do planejamento estratégico pedagógico e financeiro, com o objetivo de viabilizar políticas em regime de colaboração entre o Estado, o Município e a União, que assegurem a efetivação das metas de expansão das respectivas redes públicas e privadas para a Educação Infantil, respeitando as deliberações da comunidade escolar, com referência nas metas propostas no PNE/2014.
PME São Marcos	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Flores da Cunha	Garantir que, ao final da vigência deste PNE, seja inferior a 10%(dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo;
PME Antônio Prado	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME São Francisco de Paula	Garantir que, ao final da vigência deste PME, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar <i>per capita</i> mais baixo;
PME Cambará do Sul	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Jaquirana	Assegurar a participação das famílias de baixa renda, das crianças matriculadas na educação infantil, nos programas sociais vinculados ao poder público municipal.
<b>Estratégia 1.3</b>	<b>ACESSO</b>
Plano Nacional de Educação	Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;
PME Caxias	Montar equipes de estudos do artigo 389 da CLT, sobre o direito a creche da mulher trabalhadora para propor possíveis ações de forma específica e organizada às empresas do município, para promoção do direito da mulher trabalhadora ao atendimento dos filhos em creche ou pré-escola.
PME Farroupilha	Definir, sob a responsabilidade da SEDUC-Farroupilha, um plano de expansão em regime de colaboração com todos os entes federados e órgão afins, estratégias e ações para o progressivo cumprimento da meta, de forma a atingir, até 2016, o correspondente a 100% do percentual definido para o atendimento da faixa de 4 a 5 anos de idade, sem prejuízo da oferta de atendimento para a faixa de 0 a 3 anos de idade e, até 2024, o percentual de 50% para o atendimento da faixa etária de 0 a 3 anos; Realizar periodicamente, no Município, em regime de colaboração, sob responsabilidade da SEDUC- Farroupilha, chamamento público para a faixa etária da pré-escola (4 anos a 5 anos de idade);

PME Nova Petrópolis	Manter contato com a saúde para verificar a demanda de novos atendimentos e continuar com o trabalho de pré-inscrição.
PME Picada Café	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Gramado	Realizar, semestralmente, em regime de colaboração, levantamento a demanda por creches para a população de até 03 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta.
PME Canela	Realizar, periodicamente, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta, mediante repasse de verbas da União e disponibilidade orçamentária do Município; Realizar e publicar levantamento da demanda manifesta de Educação Infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento.
PME Nova Pádua	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Nova Roma	Realizar, periodicamente, em regime de colaboração com entidades afins, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta. Definir estratégias e ações para o progressivo cumprimento da meta, de forma a atingir, até 2016, o correspondente a 100% do percentual definido para o atendimento da faixa de 4 a 5 anos de idade.
PME São Marcos	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Flores Cunha	Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;
PME Antônio Prado	Realizar, periodicamente, o levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta.
PME São Francisco Paula	Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta.
PME Cambará do Sul	Realizar, periodicamente, em regime de colaboração com demais órgãos públicos a fins, o levantamento da demanda por creche para a população de até 3 anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifestada
PME Jaquirana	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
<b>Estratégia 1.4</b>	<b>ACESSO</b>
Plano Nacional de Educação	Estabelecer, no primeiro ano de vigência do PNE, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches;
PME Caxias	Promover o Fórum Municipal de Educação Infantil, a fim de realizar discussões sobre as políticas públicas e práticas na educação infantil, de forma a integrar o Fórum Gaúcho de Educação Infantil. Estabelecer, no primeiro ano de vigência do PNE (Lei Federal nº 13.005/2014), normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches.

PME Farroupilha	Regular, sob responsabilidade da SEDUC-Farroupilha, CME e em regime de colaboração, no primeiro ano de vigência do PME, normas, procedimentos, prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches e por pré-escola;
PME Nova Petrópolis	Continuar com as listas de inscrições e mantê-la à disposição para consulta na SEMECD. A ocupação das vagas será por ordem de inscrição, respeitando os casos de prioridade conforme previsto na legislação.
PME Picada Café	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Gramado	Estabelecer um programa de acompanhamento das demandas, por meio da manutenção de cadastro único, permanente e informatizado, acessível, a qualquer tempo, a toda comunidade; Discutir, no prazo de 01 (um) ano, a contar da aprovação do PME, a criação de Lei Municipal que sustente a Central Única de Vagas, bem como a organização de períodos de matrícula e rematrícula para a Educação Infantil.
PME Canela	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Nova Pádua	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Nova Roma	Definir mecanismos e espaços de participação da comunidade para estabelecer normas, procedimentos e prazos para o levantamento da demanda das famílias por creche.
PME São Marcos	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Fores da Cunha	Estabelecer, no primeiro ano de vigência do PNE, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches;
PME Antônio Prado	Definir estratégias e ações para o progressivo cumprimento da meta, de forma a atingir, nos primeiros cinco anos de vigência deste Plano, o correspondente à metade do percentual definido pela meta nacional para o atendimento da faixa de 0 a 3 anos de idade.
PME São Francisco de Paula	Estabelecer, no segundo ano de vigência do PME, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches;
PME Cambará do Sul	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Jaquirana	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
<b>Estratégia 1.5</b>	<b>QUALIDADE</b>
Plano Nacional de Educação	Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;
PME Caxias	Realizar levantamento do número de escolas e vagas de educação infantil e fazer planejamento específico, incluindo orçamento financeiro, em colaboração com União e o Estado, para manutenção, ampliação e/ou construção de unidades de educação infantil, durante a vigência deste PME. Coletar dados absolutos e percentuais de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos não assistidas e participar do programa nacional de reestruturação e adequação de equipamentos para escolas de educação infantil para expansão e melhoria da rede física das escolas existentes de educação infantil.
PME Farroupilha	Construir, manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas às normas de acessibilidade, vínculos com o programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de Educação Infantil;

	Garantir permanentemente, asseguradas as responsabilidades dos respectivos sistemas de ensino, infraestrutura necessária para um trabalho pedagógico de qualidade, desde a construção física, adequada às condições climáticas locais até os espaços de recreação e ludicidade, a adequação de equipamentos nas escolas existentes, tecnologias, acessibilidade, assim como naquelas a serem criadas;
PME Nova Petrópolis	Viabilizar a ampliação das EMElS Ursinho Carinhoso e Lydia Braun. Solicitar através do PAR duas novas Escolas de Educação Infantil (Linha Imperial e Vale Verde) Manter a constante renovação de materiais e equipamentos. Criar espaços cobertos nas Escolas de Educação Infantil para a prática de atividades recreativas
PME Picada Café	Manter e melhorar a reestruturação e aquisição de equipamentos para a rede escolar pública de educação infantil, voltando à expansão e à melhoria da rede física de creches e pré-escolas;
PME Gramado	Construir, em regime de colaboração com a União, novas unidades Escolares de Educação Infantil e dar continuidade às obras de construção, ampliação e/ou reformas e manutenção das unidades que estão instaladas em prédios próprios bem como, substituir, gradativamente, os prédios próprios, com projetos arquitetônicos adequados às respectivas faixas etárias de acordo com os critérios de acessibilidade; Providências Alvarás de Localização da atividade, Sanitários e de Prevenção e Proteção Contra Incêndio - PPCI, de todas as unidade já ativas, para garantir a efetividade do processo de autorização de funcionamento, a ser realizado pelo CME; Ampliar o número de turmas de Pré-Escola nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental com disponibilidade de espaço físico e equipamentos adequados para essa faixa etária.
PME Canela	Buscar, junto aos programas oferecidos pelo Governo Federal, recursos para garantir mobiliário, equipamentos, brinquedos pedagógicos, jogos educativos e outros materiais acessíveis para as escolas de Educação Infantil;
PME Nova Pádua	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Nova Roma do Sul	Participar do programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para as escolas de educação infantil mantidas pelo poder público, visando a construção, expansão e melhoria da rede física de creches e pré-escolas, respeitando as normas de acessibilidade.
PME São Marcos	Articular formas para garantir um planejamento financeiro em longo prazo e percentual de aplicação anual dos entes federados na construção e manutenção das escolas públicas, respeitando as deliberações da comunidade escolar; Monitorar e controlar as despesas na Educação Infantil buscando adequar a demanda às possibilidades orçamentárias; Participar do programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para as escolas de Educação Infantil mantidas pelo poder público, voltado à expansão e à melhoria da rede física de creches e pré-escolas; Avaliar a educação infantil com base em instrumentos nacionais, a fim de aferir a infraestrutura física, a formação do quadro de pessoal e os recursos pedagógicos e de acessibilidade empregados na creche e na pré-escola; Disponibilizar às escolas de educação infantil e às escolas de ensino fundamental com turmas de educação infantil infraestrutura adequada e equipamentos necessários para o desenvolvimento das ações pedagógicas e administrativas;
PME Flores da Cunha	Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil
PME Antônio Prado	Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas às normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação.

PME São Francisco de Paula	Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas pública de educação infantil;
PME Cambará do Sul	Manter e ampliar, em regime de colaboração com a União, respeitando as normas de acessibilidade, de acordo com programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e a melhoria da rede física de escolas públicas de Educação Infantil.
PME Jaquirana	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
<b>Estratégia 1.6</b>	<b>Qualidade</b>
Plano Nacional de Educação	Implantar, até o segundo ano de vigência deste PNE, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;
PME Caxias	Utilizar o Fórum Municipal de Educação, assim como convidados da comunidade e profissionais da educação, com regras pré-estabelecidas, para indicar aspectos relevantes a serem observados nos projetos arquitetônicos das escolas de educação infantil, segundo as características e as peculiaridades dos zoneamentos, contemplando a acessibilidade. Criar equipes de estudos e equipes de pesquisa de campo, integrados também por representantes da comunidade escolar, para organizar materiais a serem utilizados em visitas às escolas, com base em instrumentos nacionais, com o objetivo de avaliar as escolas de educação infantil, observando a realidade do município, buscando aferir a infraestrutura física, formação e quadro de profissionais, recursos pedagógicos e acessibilidade, organizar compilação e análise dos resultados coletados para elaboração de planejamento para atendimento da educação infantil, conforme prevê o PNE (Lei Federal nº13.005/2014). Viabilizar às escolas de educação infantil e às escolas de ensino fundamental com turmas de educação infantil infraestrutura adequada e equipamentos necessários para o desenvolvimento das ações pedagógicas e administrativas.
PME Farroupilha	Organizar, a partir da vigência deste Plano, um sistema anual de informações estatísticas e de divulgação da avaliação da política de atendimento da Educação Infantil sob responsabilidade da SEDUC-Farroupilha; Incluir as instituições de Educação Infantil existentes no Município no Sistema Nacional de estatísticas educacionais, no prazo de três anos;
PME Nova Petrópolis	Aplicar as avaliações a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes e adaptar as questões que serão apontadas.
PME Picada Café	Avaliar a educação infantil com base em instrumentos nacionais, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal e os recursos pedagógicos e de acessibilidade empregados na creche e na pré-escola;
PME Gramado	Implantar, até o segundo ano de vigência deste PME, avaliação da Educação Infantil, a ser realizada a cada 02 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos e a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes; Instituir normas que definem as avaliações institucionais no âmbito do Sistema Municipal de Educação e que incluam quesitos ligados à melhoria de qualidade nos processos e procedimentos pedagógicos.
PME Canela	Fomentar até o segundo ano de vigência deste PME, avaliação da Educação Infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;

PME Nova Pádua	Realizar avaliação da educação infantil, caso a mesma seja implementada pelo Ministério da Educação, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes
PME Nova Roma do Sul	Implantar, de acordo com a realidade do município, avaliação da educação infantil, com base em parâmetros nacionais, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade entre outros indicadores relevantes, aplicada na creche e pré-escola.
PME São Marcos	Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando o ingresso do (a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;
PME Flores da Cunha	Implantar, até o segundo ano de vigência deste PNE, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;
PME Antônio Prado	Realizar avaliação da educação infantil com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.
PME São Francisco de Paula	Implantar, até o segundo ano de vigência deste PME, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;
PME Cambará do Sul	Implantar, até o segundo ano da vigência deste PME, avaliação da Educação Infantil, a ser realizada a cada dois anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.
PME Jaquirana	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
<b>Estratégia 1.7</b>	<b>ACESSO</b>
Plano Nacional de Educação	Articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública;
PME Caxias	Verificar os percentuais de oferta de matrículas gratuitas nas escolas de educação infantil, para planejamento, organização e continuidade deste procedimento, podendo buscar parcerias com escolas particulares de educação infantil, por meio da concessão de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS).

PME Farroupilha	<p>Articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública;</p> <p>Fazer cumprir, através da fiscalização da comunidade escolar, em todos os sistemas de ensino, as exigências mínimas de qualidade para o funcionamento adequado das instituições de Educação Infantil públicas e privadas, de forma a atender as crianças, respeitando as diversidades regionais, assegurando o atendimento das características das distintas faixas etárias das necessidades nos processos educativos, como recomendam Conselhos Nacional, Estadual e Municipal;</p> <p>Assegurar, por meio de ações da SEDUC - Farroupilha e CME, que em dois anos a partir da aprovação deste plano, o sistema municipal de educação tenha definido suas políticas para a Educação Infantil, com base nas diretrizes nacionais, estaduais e municipais e em observância as metas dos PNE, do PEE e do PME; Criar condições de fiscalizarem fazer cumprir a regulamentação das instituições de Educação Infantil do sistema municipal de ensino, no prazo máximo de dois anos a partir da vigência deste PME, aprimorando normativas mecanismos de acompanhamento e controle, em ação articulada com o Ministério Público e CME</p>
PME Nova Petrópolis	Manter o convênio com a ATURMA para as crianças em idade de creche. A partir de 2015 o município responderá pelo atendimento de crianças na Pré- Escola, interrompendo o Convênio com a ATURMA para este nível de ensino.
PME Picada Café	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Gramado	Fortalecer e ampliar o processo de convênio da Educação Infantil com empresas locais, que atendam aos quesitos preestabelecidos na Lei Municipal 3.184/13, bem como efetivar a compra de vagas na rede privada para as crianças na faixa de creche, em caso de necessidade.
PME Canela	Promover se necessário parcerias com instituições conveniadas certificadas sem fins lucrativos e ou filantrópicas, a oferta de matrículas gratuitas em creches ou pré-escolas, visando à expansão da oferta na Rede Pública Municipal, de acordo com a disponibilidade orçamentária do município;
PME Nova Pádua	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Nova Roma do Sul	Articular, se necessário, a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação, objetivando criar novas possibilidades de atendimento na rede escolar pública, levando-se em consideração a realidade local.
PME São Marcos	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Flores da Cunha	Articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública
PME Antônio Prado	Articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação e criar novas possibilidades de atendimento.
PME São Francisco de Paula	Articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública;
PME Cambará do Sul	Garantir que as escolas de Educação Infantil mantenham atualizados seus PPPs, revisando anualmente seu planejamento curricular e estratégias didáticas.
PME Jaquirana	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
<b>Estratégia 1.8</b>	<b>QUALIDADE</b>

Plano Nacional de Educação	Promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;
PME Caxias	Garantir que o número de crianças atendidas por turma pelo profissional da educação infantil não exceda o previsto na legislação vigente.
PME Farroupilha	<p>Incentivar a formação mínima estabelecida em lei para todos os trabalhadores em educação que atuam nas instituições de Educação Infantil, aprimorando mecanismos de acompanhamento e controle por parte dos órgãos administrativos e normativos dos sistemas, em articulação com Ministério Público; Promover a formação inicial e continuada dos profissionais (docentes e não docentes) da Educação Infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior.</p> <p>Manter exigência de formação de nível superior e ou formação específica, bem como experiência docente de no mínimo dois anos, para diretores de escola.</p> <p>Articular a oferta, conforme demanda, de cursos de Ensino Médio, modalidade Normal com habilitação em Educação Infantil, inclusive no turno da noite, bem como cursos de ensino superior.</p> <p>Estabelecer parcerias na rede municipal e escolas privadas de ensino para a promoção de cursos de capacitação de professores de Educação Infantil, visando capacitar 50% dos profissionais em cinco anos e 100% em dez anos, constituindo-se em programas de educação continuada.</p>
PME Nova Petrópolis	Manter e ampliar a formação inicial e continuada dos profissionais da educação infantil como já vem ocorrendo e estimular/incentivar a formação superior.
PME Picada Café	Fomentar a formação inicial e continuada de profissionais do magistério para a educação infantil;
PME Gramado	<p>Garantir a manutenção de programas de formação continuada a todos os profissionais da Educação Infantil, para a atualização permanente e para o aprofundamento dos seus conhecimentos, visando, inclusive, ao alcance da meta 16 do PNE;</p> <p>Assegurar acompanhamento e apoio aos docentes, por meio de atividades de estudo e reflexão desenvolvidas nas Escolas, através de equipe matricial, coordenados pelos profissionais da SME.</p>
PME Canela	Promover a formação inicial e continuada dos profissionais da Educação Infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;
PME Nova Pádua	Promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior
PME Nova Roma do Sul	<p>Fomentar a articulação entre programas de graduação, pós-graduação e cursos de formação continuada para os profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, um atendimento mais qualificado.</p> <p>Até o final da vigência deste PME, proporcionar atendimento a todas as turmas da educação infantil (Berçários, Maternal e Jardim) com profissional capacitado e qualificado, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional(Ldben).</p> <p>Assegurar a formação mínima estabelecida em Lei para todos os trabalhadores em educação que atuam nas instituições de educação infantil, aprimorando mecanismos de acompanhamento e controle por parte dos órgãos administrativos e normativos dos sistemas, em articulação com Ministério Público.</p>
PME São Marcos	Estimular a articulação entre programas de graduação, pós-graduação stricto sensu e cursos de formação de professores para educação infantil, de modo a garantir a construção de currículos capazes de incorporar os avanços das ciências no atendimento da população da educação infantil;
PME Flores da Cunha	Promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;
PME Antônio Prado	Promover a formação continuada dos/as profissionais da educação infantil, com a finalidade de qualificar o atendimento das crianças que frequentam as escolas infantis

PME São Francisco de Paula	Promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;
PME Cambará do Sul	Promover a formação inicial e continuada dos profissionais da Educação Infantil, garantindo a manutenção do atendimento das crianças por profissionais com formação superior.
PME Jaquirana	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
<b>Estratégia 1.9</b>	<b>QUALIDADE</b>
Plano Nacional de Educação	Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos;
PME Caxias	Mapear a oferta de cursos de graduação, pós-graduação e cursos de formação de professores para educação infantil, elaborar e organizar propostas de parcerias de instituições particulares com o município, com o objetivo de garantir a construção de currículos capazes de incorporar os avanços das ciências no atendimento da população da educação infantil.
PME Farroupilha	Oportunizar parcerias, em regime de colaboração entre Estado, Município e instituições de ensino superior, para qualificar os profissionais da Educação Infantil, ampliando as possibilidades da graduação, extensão e pós-graduação; Estabelecer, no Município de Farroupilha, a partir da vigência deste plano, em articulação com as instituições de ensino superior que tenham experiência na área e o reconhecimento por parte do MEC, um sistema de acompanhamento da EI, nos estabelecimentos públicos e privados, visando ao apoio técnico-pedagógico para a melhoria da qualidade e à garantia do cumprimento dos padrões mínimos estabelecidos pelas diretrizes nacionais, estaduais e municipais;
PME Nova Petrópolis	A rede continuará reconstruindo a proposta curricular e pedagógica da Educação Infantil, conforme os parâmetros curriculares e as teorias que embasam o ensino-aprendizagem na Educação Infantil.
PME Picada Café	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Gramado	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Canela	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Nova Pádua	Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos.
PME Nova Roma do Sul	Estimular a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino aprendizagem e as teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, respeitando as diversidades regionais, assegurando o atendimento das características das distintas faixas etárias e das necessidades nos processos educativos, como recomendam as Resoluções dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal
PME São Marcos	Viabilizar, junto às instituições de ensino, cursos que contemplem a práxis na educação infantil, promovendo maior eficiência e eficácia na atuação dos profissionais que trabalham com crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade; Disponibilizar meios para promover o Fórum Municipal de Educação Infantil, a fim de realizar discussões sobre as políticas públicas e práticas na educação infantil;

PME Flores da Cunha	Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino- aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos;
PME Antônio Prado	Estimular a articulação entre programas de graduação, pós-graduação e cursos de formação de professores para educação infantil, de modo a garantir a construção de currículos capazes de incorporar os avanços das Ciências no atendimento da população da educação infantil
PME São Francisco de Paula	Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos;
PME Cambará	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Jaquirana	SEM INFORMAÇÃO
<b>Estratégia 1.10</b>	<b>EQUIDADE</b>
Plano Nacional de Educação	Fomentar o atendimento das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada;
PME Caxias	Atender, conforme determina a legislação vigente, as turmas de educação infantil nas áreas urbana e rural, com infraestrutura e equipamentos adequados, e assessoria preventiva, por meio de profissionais ou equipes multiprofissionais, ampliando progressivamente o número destes, a fim de atender com qualidade as crianças.
PME Farroupilha	Incentivar o atendimento das populações do campo, indígenas e quilombolas, na Educação Infantil nas respectivas comunidades, de forma a atender as suas especificidades, particularidades históricas e culturais, assegurando o direito à Educação;
PME Nova Petrópolis	Fazer levantamentos e caso venham a existir a necessidade a Educação Infantil do município deverá adequar-se às especificidades para o atendimento das diferente populações.
PME Picada Café	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Gramado	Garantir o acesso à Educação Infantil, às crianças da população rural com idade de Pré-Escola, adequando a nucleação de Escolas, de forma a atender às especificidades locais das comunidades.
PME Canela	Fomentar o atendimento às populações do campo na Educação Infantil em suas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada;
PME Nova Pádua	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Nova Roma do Sul	Fomentar o atendimento das crianças do meio rural na educação infantil, proporcionando o deslocamento das crianças, de forma a atender a demanda local, levando- se em consideração a realidade local.
PME São Marcos	Garantir, conforme determina a legislação vigente, condições para o atendimento de turmas de educação infantil da zona rural, de infraestrutura, equipamentos adequados e de assessoria preventiva, por meio de profissionais ou equipes multiprofissionais, ampliando progressivamente o número de profissionais, a fim de atender com eficiência as crianças;

PME Flores da Cunha	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Antônio Prado	Fomentar o atendimento das crianças do meio rural na educação infantil, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento das crianças, de forma a atender às especificidades das comunidades rurais.
PME São Francisco de Paula	Fomentar o atendimento das populações da zona urbana e rural na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada;
PME Cambará do Sul	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Jaquirana	SEM INFORMAÇÃO
<b>Estratégia 1.11</b>	<b>ACESSO/EQUIDADE</b>
Plano Nacional de Educação	Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiências, transtornos no período x-yglobais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;
PME Caxias	Incluir crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento/ transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação em turmas regulares de educação infantil, garantindo o atendimento educacional especializado, orientação e formação continuada do professor referência, avaliando a necessidade de contratação de auxiliares e/ou cuidadores educacionais, com formação específica para o atendimento das crianças incluídas, conforme legislação vigente.
PME Farroupilha	Garantir formação continuada aos professores da Educação Infantil para atuarem na inclusão de crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação em classes comuns, por meio de ações articuladas da SEDUC-Farroupilha. Garantir o acesso à Educação Infantil e qualificar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e disciplina de Libras como meio de comunicação entre colegas e professores a transversalidade da educação especial nesta etapa da educação básica; disponibilizando profissionais qualificados e criando espaços educacionais condizentes com suas reais necessidade e que contribuam para o desenvolvimento e êxito na vida escolar, respeitando seu tempo e suas particularidades;
PME Nova Petrópolis	Manter as monitorias para os casos que necessitarem deste atendimento.
PME Picada Café	Fomentar o acesso à creche e à pré-escola e a oferta do atendimento educacional especializado complementar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a transversalidade da educação especial na educação infantil.

PME Gramado	Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições de ensino, para garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando ainda, no contexto escolar da Rede Municipal de Ensino, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos alunos com altas habilidades e superdotação.
PME Canela	Priorizar o acesso à Educação Infantil e fomentar a oferta do Atendimento Educacional Especializado complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da Educação Especial nessa etapa da Educação Básica
PME Nova Pádua	Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.
PME Nova Roma do Sul	Viabilizar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos/às alunos/as com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Garantir formação continuada aos professores da educação infantil para atuarem na inclusão de crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação em classes comuns, por meio de ações articuladas da Seduc-RS e secretaria municipal de Educação.
PME São Marcos	Viabilizar a inclusão de crianças, com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em turmas regulares de educação infantil, com atendimento educacional especializado, orientação e formação continuada do professor referência;
PME Antônio Prado	Viabilizar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos/às alunos/as com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação
PME Flores da Cunha	Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.
PME São Francisco de Paula	Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.
PME Cambará	Oportunizar na educação infantil atendimento educacional especializado às crianças de 0 a 5 anos com transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial.
PME Jaquirana	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
<b>Estratégia 1.12</b>	<b>EQUIDADE</b>

Plano Nacional de Educação	Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade;
PME Caxias	Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas da educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade.
PME Farroupilha	Efetivar mecanismos de colaboração, sob a coordenação da SEDUC- Farroupilha, entre os setores de educação, da saúde e da assistência social, no sentido de atender as necessidades mínimas para o bem-estar da criança;
PME Nova Petrópolis	Manter os programas de orientação e apoio às famílias.
PME Picada Café	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Gramado	Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de Educação, de Saúde e de Assistência Social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 03 (três) anos de idade.
PME Canela	Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 5 (cinco) anos de idade, através da Rede Intersetorial de Serviços.
PME Nova Pádua	Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 5 (cinco) anos de idade.
PME Nova Roma do Sul	Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas da educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 5 (cinco) anos de idade.
PME São Marcos	Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio de parcerias das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade; Elaborar e efetivar planejamentos em consonância com a proposta pedagógica que defende os princípios de inclusão, democratização e parceria entre a família e a escola, percebendo a criança como sujeito de direitos;
PME Flores da Cunha	Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade
PME Antônio Prado	Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas da educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade
PME São Francisco de Paula	Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade;
PME Cambará	Garantir a manutenção dos programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas da educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 anos de idade.
PME Jaquirana	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO

<b>Estratégia 1.13</b>	<b>QUALIDADE</b>
Plano Nacional de Educação	Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;
PME Caxias	Preservar as especificidades da educação infantil na organização das unidades escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do/a estudante/a de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental.
PME Farroupilha	Incentivar, sob responsabilidade da SEDUC-Farroupilha e do CME, que as instituições de Educação Infantil pertencentes ao sistema municipal, atualizem seus projetos políticos pedagógicos e regimentos escolares (a cada três anos), com a participação das comunidades envolvidas, adequando-os às normas do sistema de ensino;
PME Nova Petrópolis	É preciso garantir o atendimento às crianças de 0 a 3 anos, pois a partir dos 4 anos de idade já é obrigatório e a demanda está sendo atendida.
PME Picada Café	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Gramado	Preservar as especificidades da Educação Infantil na organização das escolas, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 05 (cinco) anos, de acordo com os parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolas seguinte, visando ao ingresso do(a) aluno(a) de 06 (seis) anos de idade no Ensino Fundamental; b) viabilizar a articulação pedagógica entre o Ensino Fundamental e a Educação Infantil, em prol de um currículo e calendários unificados, e que dialoguem entre si.
PME Canela	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Nova Pádua	Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental.
PME Nova Roma do Sul	Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do/a aluno/a de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental.
PME São Marcos	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Flores da Cunha	Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;
PME Antônio Prado	Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do/a aluno/a de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental.

PME São Francisco de Paula	Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental
PME Cambará do Sul	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Jaquirana	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
<b>Estratégia 1.14</b>	<b>ACESSO</b>
Plano Nacional de Educação	Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;
PME Caxias	Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.
PME Farroupilha	Fortalecer mecanismos de acompanhamento e monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;
PME Nova Petrópolis	É preciso intensificar os programas de acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência também para as crianças de 0 a 3 anos.
PME Picada Café	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Gramado	Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de Assistência Social, Saúde e de proteção à infância.
PME Canela	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Nova Pádua	Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.
PME Nova Roma do Sul	Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, conforme a necessidade em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.
PME São Marcos	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Flores da Cunha	Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância

PME Antônio Prado	Dar continuidade ao acompanhamento e ao monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância. Garantir o atendimento do serviço social nas escolas trabalhando de maneira integrada com a Secretaria de Assistência Social, Saúde e Educação
PME São Francisco de Paula	Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;
PME Cambará do Sul	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Jaquirana	SEM INFORMAÇÃO
<b>Estratégia 1.15</b>	<b>ACESSO</b>
Plano Nacional de Educação	Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;
PME Caxias	Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à Educação Infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos.
PME Farroupilha	Elaborar e desenvolver plano de ação, coordenado pela SEDUC-Farroupilha, em regime de colaboração entre órgãos públicos da Educação, da saúde, da assistência social, do Ministério Público e das representações da sociedade civil, orientando formas de busca ativa de crianças em idade correspondente à Educação Infantil, que não estejam matriculadas preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos e assegurando o direito constitucional à educação escolar obrigatória, a todas as crianças a partir dos 4 (quatro) anos;
PME Nova Petrópolis	Continuar a busca ativa e utilizar os dados para verificar a necessidade de abertura de novas vagas e/ou a construção de novas salas e escolas.
PME Picada Café	Promover a busca ativa de crianças em idade o atendimento obrigatório, 4 e 5 anos, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância antes do início de cada ano letivo; caso não se consiga convencer a família, encaminhar-se-á para serem tomadas as medidas legais cabíveis;
PME Gramado	Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de Assistência Social, Saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 03 (três) anos.
PME Canela	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Nova Pádua	Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos.

PME Nova Roma do Sul	Dar continuidade a oferta para crianças com idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos.
PME São Marcos	Buscar parceria com secretaria de saúde e assistência social para promoções de ações conjuntas entre as políticas públicas para a infância; Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até (três) anos;
PME Flores da Cunha	Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos
PME Antônio Prado	Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos.
PME São Francisco de Paula	Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;
PME Cambará do Sul	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Jaquirana	SEM INFORMAÇÃO
<b>Estratégia 1.16</b>	<b>ACESSO</b>
Plano Nacional de Educação	O Distrito Federal e os Municípios, com a colaboração da União e dos Estados, realizarão e publicarão, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento;
PME Caxias	Realizar e publicar, com a colaboração da União e do Estado, anualmente, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento.
PME Farroupilha	Realizar anualmente, a partir da aprovação deste Plano, sob responsabilidade da SEDUC-Farroupilha, levantamento de dados no Município de Farroupilha, sobre a Educação Infantil (0 a 5 anos) para caracterizar, por bairros e distritos, a demanda reprimida e a necessidade por vagas;
PME Nova Petrópolis	Manter atualizada e aberta para consultas a lista de espera por vagas na Educação infantil que será afixada no átrio da Prefeitura Municipal.
PME Picada Café	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Gramado	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Canela	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Nova Pádua	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Nova Roma do Sul	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO

PME São Marcos	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Flores da Cunha	O Distrito Federal e os Municípios, com a colaboração da União e dos Estados, realizarão e publicarão, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento.
PME Antônio Prado	Realizar o levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento.
PME São Francisco de Paula	O Distrito Federal e os Municípios, com a colaboração da União e dos Estados, realizarão e publicarão, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento
PME Cambará do Sul	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Jaquirana	SEM SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
<b>Estratégia 1.17</b>	<b>ACESSO</b>
Plano Nacional de Educação	Estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
PME Caxias	Estimular o acesso à educação infantil em tempo integral para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
PME Farroupilha	Estimular o acesso à Educação Infantil em tempo integral, para as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, resguardadas as responsabilidades, conforme artigo 205 da CF e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, até o final do plano
PME Nova Petrópolis	Manter e aprimorar a oferta em tempo integral até o final deste Plano.
PME Picada Café	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Gramado	Garantir o acesso à Educação Infantil, em tempo integral e parcial, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais e/ou necessidade das famílias.
PME Canela	SEM PREVISÃO DESTA ESTRATÉGIA NO PLANO
PME Nova Pádua	Estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
PME Nova Roma do Sul	Ampliar gradativamente o acesso à educação infantil para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
PME São Marcos	Manter e ampliar o atendimento na pré-escola através do atendimento em turno integral e parcial, de acordo com a Lei Federal nº 12.796/13, sendo prioridade o atendimento aos filhos cujas famílias que trabalham tenham menor renda per capita e as crianças em situação de risco, com carências nutricionais e vulnerabilidade social;
PME Flores da Cunha	Estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

PME Antônio Prado	Estimular o acesso à educação infantil para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
PME São Francisco de Paula	Estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
PME Cambará	Estimular o acesso à Educação Infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 a 3 anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
PME Jaquirana	Ofertar progressivamente a educação infantil em horário integral.

## **APÊNDICE B – Convite para participar de pesquisa**

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa de mestrado que tem por objetivo analisar O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META 1 DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, INDICADORES 1A (pré-escola) e 1B (creche), NOS MUNICÍPIOS E ABRANGÊNCIA DA 4ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CAXIAS DO SUL, NO PERÍODO DE 2015-2023

A pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e tem como orientadora a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Luiza Rodrigues Flores e como orientanda a discente Viviani Vanessa Devalle.

Se você tem interesse em participar da pesquisa será disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, documento que contém mais informações sobre a pesquisa, no que diz respeito aos cuidados éticos com a coleta, armazenamento e divulgação das informações, assim como o sigilo e confidencialidade dos participantes, a fim de evitar ou reduzir ao mínimo a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural nas distintas etapas da pesquisa.

A participação na pesquisa será por meio de pesquisa estruturada, on-line através do *GOOGLE FORMS*, que será orientada por roteiro de questões previamente enviada aos que assim decidirem de livre e espontânea vontade participar, o que se dará a partir da assinatura do Termo de Consentimento.

Agradecemos o seu tempo e atenção.

Equipe de pesquisa.

## APÊNDICE C - Convite Digital para Participação de Pesquisa

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa de mestrado que tem por objetivo analisar O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META 1 DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, INDICADORES 1A (pré-escola) e 1B (creche), NOS MUNICÍPIOS E ABRANGÊNCIA DA 4ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CAXIAS DO SUL, NO PERÍODO DE 2015-2023

A pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e tem como orientadora a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Luiza Rodrigues Flores e como orientando o discente Viviani Vanessa Devalle.

Se você tem interesse em participar da pesquisa deverá acessar o *link* que será informado ao final deste texto, que dará acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento que contém mais informações sobre a pesquisa, no que diz respeito aos cuidados éticos com a coleta, armazenamento e divulgação das informações, assim como o sigilo e confidencialidade dos participantes, a fim de evitar ou reduzir ao mínimo a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural nas distintas etapas da pesquisa.

Na sequência da leitura e do registro eletrônico de aceite do TCLE para participar da pesquisa, você terá acesso ao questionário eletrônico desenvolvido a partir do *Google Forms*, onde constará um conjunto de questões objetivas e subjetivas sobre o tema objeto de estudo.

Agradecemos o seu tempo e atenção.

Caso aceite o convite em participar da referida pesquisa, solicito que o formulário, disponível link abaixo, seja preenchido em até 7 (sete) dias úteis a partir da data de recebimento deste e-mail.

Agradecemos o seu tempo e atenção.

(Espaço para inserir o link do Google Forms)

**APÊNDICE D - Roteiro Levantamento de dados**  
**FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Dados de Identificação:

1. Nome completo:
2. Município:
3. Área de formação:

Opções:

- ( ) Ciências Exatas e da Terra;
- ( ) Ciências Biológicas;
- ( ) Engenharia/Tecnologia;
- ( ) Ciências da Saúde;
- ( ) Ciências Agrárias;
- ( ) Ciências Sociais;
- ( ) Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes;
- ( ) Outro;

Qual: \_\_\_\_

4. Cargo que ocupa?

- ( ) Presidente;
- ( ) Membro;

5. Qual segmento representa?

\_\_\_\_\_

6. Com que frequência acontecem as reuniões do Fórum Municipal de Educação:

- ( ) mensal;
- ( ) bimestral;
- ( ) trimestral;
- ( ) conforme a necessidade sem prazo definido;

7. Há quanto tempo atua no Fórum Municipal de Educação?

- ( ) menos de um ano;
- ( ) entre um e três anos;
- ( ) mais de três anos;

8. Há quanto tempo acompanha o monitoramento e/ou avaliação do Plano Municipal de Educação?

- menos de um ano;
- entre um e três anos;
- mais de três anos;

**Sobre o monitoramento Plano Municipal de Educação (2015-2023)**

9. O Fórum Municipal de Educação realizou monitoramento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação no período de 2015-2023?

- Sim;
- Não;

10. Em caso afirmativo para resposta da pergunta anterior, foram produzidos relatórios com os registros do monitoramento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação 2015- 2023?

- Sim;
- Não;

11. Em caso afirmativo para a resposta da pergunta anterior, com que frequência os relatórios de monitoramento do Plano Municipal de Educação foram produzidos no período de 2015 a 2023?

- Anual;
- Bianual;
- Triannual;

12. Em caso afirmativo para resposta da pergunta anterior, os relatórios do monitoramento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação 2015-2023 estão disponíveis para consulta pública?

- Sim;
- Não;

13. Poste o(os) relatório(s) de monitoramento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação período 2015-2023 produzidos:

14. Quais instrumentos foram utilizados para realizar o monitoramento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação período 2015-2023.

- Grupo de trabalho formado por membros da FME;

- ( ) Confências Municipais de Educação;
  - ( ) Busca em sites que disponibilizam dados oficiais;
  - ( ) Outros;
- Quais? \_\_\_\_\_

**Sobre a avaliação Plano Municipal de Educação (2015-2023):**

15. O Fórum Municipal de Educação realizou avaliação das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação no período de 2015-2023?
- ( ) Sim;
  - ( ) Não;
16. Em caso afirmativo para resposta da pergunta anterior, foram produzidos relatórios com os registros da avaliação das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação 2015- 2023?
- ( ) Sim;
  - ( ) Não;
17. Em caso afirmativo para resposta da pergunta anterior, com que frequência os relatórios de avaliação do Plano Municipal de Educação foram produzidos no período de 2015 a 2023?
- ( ) Anual;
  - ( ) Bianual;
  - ( ) Triannual;
18. Em caso afirmativo para resposta da pergunta anterior, os relatórios de avaliação das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação 2015-2023 estão disponíveis para consulta pública?
- ( ) Sim;
  - ( ) Não;
19. Poste o(os) relatório(s) de avaliação das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação período 2015-2023 produzidos:
20. Quais instrumentos foram utilizados para realizar o monitoramento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação período 2015-2023.
- ( ) Grupo de trabalho formado por membros da SME;

- ( ) Confências Municipais de Educação;
  - ( ) Busca em sites que disponibilizam dados oficiais;
  - ( ) Outros;
- Quais? \_\_\_\_\_

**Sobre os avanços e desafios na avaliação e monitoramento do  
Plano Municipal de Educação (2015-2023)**

21. Considera que a partir dos relatórios produzidos, sobre o monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (2015-2023), houve avanços no atendimento a Educação Infantil (creche e pré-escola)?
- ( ) Sim;
  - ( ) Não;
22. Em caso afirmativo para resposta da pergunta anterior, considera que os avanços foram mais significativos na:
- ( ) creche;
  - ( ) pré-escola;
23. Considera que a partir dos relatórios de monitoramento e avaliação das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação (2015-2023), desencadeou-se a construção de legislações que melhoraram o acesso, qualidade e equidade na educação infantil?
- ( ) Sim;
  - ( ) Não;
24. Em caso afirmativo para resposta da pergunta anterior, quais seriam essas legislações?
- Descrever o nº da lei e temática: \_\_\_\_\_
25. Considera que houve dificuldade para realizar o monitoramento e avaliação das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação (2015-2023)?
- ( ) Sim;
  - ( ) Não;
26. Em caso afirmativo para resposta da pergunta da resposta anterior, pontue quais itens condirera mais relevantes:

- falta de engajamento/participação da sociedade;
- falta de engajamento/participação do poder público;
- falta de materiais informativos sobre o tema;
- falta de acompanhamento/assessoramento por parte do MEC;
- Pandemia da COVID-19;
- falta de dados oficiais atualizados;
- Outros;

Quais? \_\_\_\_\_

27. Considera que o número de relatórios produzidos, sobre o monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (2015-2023), foram em quantidade suficiente?

- Sim;
- Não;

28. Em caso afirmativo para resposta da pergunta da resposta anterior, considera que pela falta de um monitoramento e avaliação mais efetivo houve prejuízo na implementação de políticas mais eficientes quanto ao atendimento da Educação Infantil no município?

- Sim;
- Não;

29. Como avalia o engajamento/ participação do Fórum Municipal de Educação no monitoramento e avaliação das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação (2015-2023):

- Ótimo;
- Bom;
- Regular;
- Ruim;

30. Faça as considerações que achar pertinente sobre o tema:

\_\_\_\_\_

**APÊNDICE E - Roteiro Levantamento de dados****CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Dados de Identificação:

1. Nome completo:
2. Município:
3. Área de formação:

Opções:

- ( ) Ciências Exatas e da Terra;
- ( ) Ciências Biológicas;
- ( ) Engenharia/Tecnologia;
- ( ) Ciências da Saúde;
- ( ) Ciências Agrárias;
- ( ) Ciências Sociais;
- ( ) Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes;
- ( ) Outro;

Qual: \_\_\_\_\_

4. Cargo que ocupa?

- ( ) Presidente;
- ( ) Membro;

5. Qual entidade representa?

\_\_\_\_\_

6. Com que frequência acontecem as reuniões do Conselho Municipal de Educação Municipal de Educação:

- ( ) mensal;
- ( ) bimestral;
- ( ) trimestral;
- ( ) conforme a necessidade sem prazo definido;

7. Há quanto tempo ocupa este cargo?

- ( ) menos de um ano;
- ( ) entre um e três anos;

- ( ) mais de três anos;
8. Há quanto tempo acompanha o monitoramento e/ou avaliação do Plano Municipal de Educação?
- ( ) menos de um ano;
- ( ) entre um e três anos;
- ( ) mais de três anos;

**Sobre o monitoramento Plano Municipal de Educação (2015-2023)**

9. O Conselho Municipal de Educação acompanhou/realizou monitoramento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação no período de 2015-2023?
- ( ) Sim;
- ( ) Não;
10. Em caso afirmativo para resposta da pergunta anterior, foram produzidos relatórios com os registros do monitoramento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação 2015- 2023?
- ( ) Sim;
- ( ) Não;
11. Em caso afirmativo para a resposta da pergunta anterior, com que frequência os relatórios de monitoramento do Plano Municipal de Educação foram produzidos no período de 2015 a 2023?
- ( ) Anual;
- ( ) Bianual;
- ( ) Triannual;
12. Em caso afirmativo para resposta da pergunta anterior, os relatórios do monitoramento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação 2015-2023 estão disponíveis para consulta pública?
- ( ) Sim;
- ( ) Não;
13. Poste o(os) relatório(s) de monitoramento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação período 2015-2023 produzidos:

14. Quais instrumentos foram utilizados para realizar o monitoramento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação período 2015-2023.

Grupo de trabalho formado por membros da SME;

Confências Municipais de Educação;

Busca em sites que disponibilizam dados oficiais;

Outros;

Quais? \_\_\_\_\_

**Sobre a avaliação Plano Municipal de Educação (2015-2023):**

15. O Conselho Municipal de Educação acompanhou/realizou avaliação das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação no período de 2015-2023?

Sim;

Não;

16. Em caso afirmativo para resposta da pergunta anterior, foram produzidos relatórios com os registros da avaliação das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação 2015- 2023?

Sim;

Não;

17. Em caso afirmativo para resposta da pergunta anterior, com que frequência os relatórios de avaliação do Plano Municipal de Educação foram produzidos no período de 2015 a 2023?

Anual;

Bianual;

Triannual;

18. Em caso afirmativo para resposta da pergunta anterior, os relatórios de avaliação das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação 2015-2023 estão disponíveis para consulta pública?

Sim;

Não;

19. Poste o(os) relatório(s) de avaliação das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação período 2015-2023 produzidos:

20. Quais instrumentos foram utilizados para realizar o monitoramento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação período 2015-2023.

Grupo de trabalho formado por membros da CME;

Confências Municipais de Educação;

Busca em sites que disponibilizam dados oficiais;

Outros;

Quais? \_\_\_\_\_

**Sobre os avanços e desafios na avaliação e monitoramento do  
Plano Municipal de Educação (2015-2023)**

21. Considera que a partir dos relatórios produzidos, sobre o monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (2015-2023), houve avanços no atendimento a Educação Infantil (creche e pré-escola)?

Sim;

Não;

22. Em caso afirmativo para resposta da pergunta anterior, considera que os avanços foram mais significativos na:

creche;

pré-escola;

23. Considera que a partir dos relatórios de monitoramento e avaliação das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação (2015-2023), desencadeou-se a construção de legislações que melhoraram o acesso, qualidade e equidade na educação infantil?

Sim;

Não;

24. Em caso afirmativo para resposta da pergunta anterior, quais seriam essas legislações?

Descrever o nº da lei e temática: \_\_\_\_\_

25. Considera que houve dificuldade para realizar o monitoramento e avaliação das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação (2015-2023)?

- ( ) Sim;
- ( ) Não;
26. Em caso afirmativo para resposta da pergunta da resposta anterior, pontue quais itens condirera mais relevantes:
- ( ) falta de engajamento/participação da sociedade;
- ( ) falta de engajamento/participação do poder público;
- ( ) falta de materiais informativos sobre o tema;
- ( ) falta de acompanhamento/assessoramento por parte do MEC;
- ( ) Pandemia da COVID-19;
- ( ) falta de dados oficiais atualizados;
- ( ) Outros;
- Quais? \_\_\_\_\_
27. Considera que o número de relatórios produzidos, sobre o monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (2015-2023), foram em quantidade suficiente?
- ( ) Sim;
- ( ) Não;
28. Em caso afirmativo para resposta da pergunta da resposta anterior, considera que pela falta de um monitoramento e avaliação mais efetivo houve prejuízo na implementação de políticas mais eficientes quanto ao atendimento da Educação Infantil no município?
- ( ) Sim;
- ( ) Não;
29. Como avalia o engajamento/ participação do Conselho Municipal de Educação no monitoramento e avaliação das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação (2015-2023):
- ( ) Ótimo;
- ( ) Bom;
- ( ) Regular;
- ( ) Ruim;
30. Faça as considerações que achar pertinente sobre o tema:

**APÊNDICE F- Levantamento de dados**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Dados de identificação:

1. Nome completo:
2. Município:
3. Área de formação:

Opções:

- ( ) Ciências Exatas e da Terra;
- ( ) Ciências Biológicas;
- ( ) Engenharia/Tecnologia;
- ( ) Ciências da Saúde;
- ( ) Ciências Agrárias;
- ( ) Ciências Sociais;
- ( ) Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes;
- ( ) Outro;

Qual: \_\_\_\_

4. Cargo que ocupa?

- ( ) Secretário/a Municipal de Educação;
- ( ) Técnico da Secretaria de Educação;
- ( ) Outro;

Qual: \_\_\_\_\_

5. Há quanto tempo ocupa este cargo?

- ( ) menos de um ano;
- ( ) entre um e três anos;
- ( ) mais de três anos;

6. Há quanto tempo acompanha o monitoramento e/ou avaliação do Plano Municipal de Educação?

- ( ) menos de um ano;
- ( ) entre um e três anos;
- ( ) mais de três anos;

**Sobre o monitoramento Plano Municipal de Educação (2015-2023)**

7. A Secretaria Municipal de Educação realizou monitoramento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação no período de 2015-2023?
- ( ) Sim;  
( ) Não;
8. Em caso afirmativo para resposta da pergunta anterior, foram produzidos relatórios com os registros do monitoramento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação 2015- 2023?
- ( ) Sim;  
( ) Não;
9. Em caso afirmativo para a resposta da pergunta anterior, com que frequência os relatórios de monitoramento do Plano Municipal de Educação foram produzidos no período de 2015 a 2023?
- ( ) Anual;  
( ) Bianual;  
( ) Triannual;
10. Em caso afirmativo para resposta da pergunta anterior, os relatórios do monitoramento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação 2015-2023 estão disponíveis para consulta pública?
- ( ) Sim;  
( ) Não;
11. Poste o(os) relatório(s) de monitoramento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação período 2015-2023 produzidos:
12. Quais instrumentos foram utilizados para realizar o monitoramento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação período 2015-2023.
- ( ) Grupo de trabalho formado por membros da SME;  
( ) Confências Municipais de Educação;  
( ) Busca em sites que disponibilizam dados oficiais;  
( ) Outros;  
Quais?\_\_\_\_\_

**Sobre a avaliação Plano Municipal de Educação (2015-2023):**

13. A Secretaria Municipal de Educação realizou avaliação das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação no período de 2015-2023?
- ( ) Sim;  
( ) Não;
14. Em caso afirmativo para resposta da pergunta anterior, foram produzidos relatórios com os registros da avaliação das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação 2015- 2023?
- ( ) Sim;  
( ) Não;
15. Em caso afirmativo para resposta da pergunta anterior, com que frequência os relatórios de avaliação do Plano Municipal de Educação foram produzidos no período de 2015 a 2023?
- ( ) Anual;  
( ) Bianual;  
( ) Triannual;
16. Em caso afirmativo para resposta da pergunta anterior, os relatórios de avaliação das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação 2015-2023 estão disponíveis para consulta pública?
- ( ) Sim;  
( ) Não;
17. Poste o(os) relatório(s) de avaliação das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação período 2015-2023 produzidos:
18. Quais instrumentos foram utilizados para realizar o monitoramento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação período 2015-2023.
- ( ) Grupo de trabalho formado por membros da SME;  
( ) Confências Municipais de Educação;  
( ) Busca em sites que disponibilizam dados oficiais;  
( ) Outros;  
Quais?\_\_\_\_\_

**Sobre os avanços e desafios na avaliação e monitoramento do  
Plano Municipal de Educação (2015-2023)**

19. Considera que a partir dos relatórios produzidos, sobre o monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (2015-2023), houve avanços no atendimento a Educação Infantil (creche e pré-escola)?
- ( ) Sim;  
( ) Não;
20. Em caso afirmativo para resposta da pergunta anterior, considera que os avanços foram mais significativos na:
- ( ) creche;  
( ) pré-escola;
21. Considera que a partir dos relatórios de monitoramento e avaliação das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação (2015-2023), desencadeou-se a construção de legislações que melhoraram o acesso, qualidade e equidade na educação infantil?
- ( ) Sim;  
( ) Não;
22. Em caso afirmativo para resposta da pergunta anterior, quais seriam essas legislações?
- Descrever o nº da lei e temática: \_\_\_\_\_
23. Considera que houve dificuldade para realizar o monitoramento e avaliação das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação (2015-2023)?
- ( ) Sim;  
( ) Não;
24. Em caso afirmativo para resposta da pergunta da resposta anterior, pontue quais itens condidera mais relevantes:
- ( ) falta de engajamento/participação da sociedade;  
( ) falta de engajamento/participação do poder público;  
( ) falta de materiais informativos sobre o tema;  
( ) falta de acompanhamento/assessoramento por parte do MEC;

- Pandemia da COVID-19;
- falta de dados oficiais atualizados;
- Outros;

Quais? \_\_\_\_\_

25. Considera que o número de relatórios produzidos, sobre o monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (2015-2023), foram em quantidade suficiente?

- Sim;
- Não;

26. Em caso afirmativo para resposta da pergunta da resposta anterior, considera que pela falta de um monitoramento e avaliação mais efetivo houve prejuízo na implementação de políticas mais eficientes quanto ao atendimento da Educação Infantil no município?

- Sim;
- Não;

27. Como avalia o engajamento/ participação da Secretaria Municipal de Educação no monitoramento e avaliação das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação (2015-2023):

- Ótimo;
- Bom;
- Regular;
- Ruim;

28. Faça as considerações que achar pertinente sobre o tema:

**APÊNDICE G - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - Individual**

**Para: Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação e Fórum Municipal de Educação**

**PESQUISA:** O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META 1, INDICADORES 1A (pré-escola) e 1B (creche), NOS MUNICÍPIOS E ABRANGÊNCIA DA 4ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CAXIAS DO SUL/RS, NO PERÍODO DE 2015-2023.

**COORDENAÇÃO:** PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> MARIA LUIZA RODRIGUES FLORES

Prezado(a) Sr(a)

Estamos desenvolvendo uma pesquisa cujo tema geral é analisar O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META 1, INDICADORES 1A (pré-escola) e 1B (creche), NOS MUNICÍPIOS E ABRANGÊNCIA DA 4ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CAXIAS DO SUL/RS, NO PERÍODO DE 2015-2023, desenvolvida pela mestrandia VIVIANI VANESSA DEVALLE e orientada pela Profa. Dra. MARIA LUIZA RODRIGUES FLORES, ambos vinculados ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDu/UFRGS). Nesse sentido, você está sendo convidado(a) a participar deste estudo. A seguir, esclarecemos e descrevemos as condições e objetivos do estudo.

**NATUREZA DA PESQUISA:** Esta é uma pesquisa que tem como objeto analisar o monitoramento e avaliação da Meta 1 do Plano Municipal de Educação, indicadores 1A (pré-escola) e 1B (creche), nos municípios de abrangência da 4ª Coordenadoria Regional de Educação de Caxias do Sul/RS. . Por intermédio desta pesquisa pretendemos identificar as ações desenvolvidos e instrumentos elaborados pelos 14 municípios de abrangência da 4ª Coordenadoria Regional de Educação de Caxias do Sul visando o monitoramento e avaliação da meta 1 dos respectivos Plano Municipais de Educação no que diz respeito ao acesso, equidade e qualidade da oferta da Educação Infantil. Este projeto foi aprovado pela Comissão de Pesquisa da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**PARTICIPANTES DA PESQUISA:** Participarão desta pesquisa 01 (um) membro da(o): Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação e Fórum Municipal de Educação.

**ENVOLVIMENTO NA PESQUISA:** Ao participar deste estudo você responderá a um questionário eletrônico no *Google Forms* com questões sobre o objeto de investigação, cujo foco é a analisar as repercussões do monitoramento e da avaliação da meta 1 do Plano Municipal de Educação realizados pelos atores responsáveis pela política para a garantia do direito à educação infantil, considerando os indicadores o acesso articulado à qualidade e à equidade no âmbito dos municípios da região da 4ª Coordenadoria Regional de Educação/CRE- Caxias do Sul (2015 – 2023).

A estimativa de tempo para responder o questionário é de uma hora. Você tem a liberdade de se recusar a participar e tem a liberdade de desistir de participar em qualquer momento que decida. Sempre que você queira mais informações sobre este estudo podem entrar em contato com a discente VIVIANI VANESSA DEVALLE pelo fone/whatsApp (49) 98901 1139.

**SOBRE O QUESTIONÁRIO:** Serão solicitadas algumas perguntas sobre o processo de monitoramento e avaliação do plano municipal de educação.

**RISCOS:** Define-se risco da pesquisa como “a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural do ser humano, em qualquer etapa da pesquisa e dela decorrente”. Os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na pesquisa, conforme a Resolução n.º 466/2012 e a Resolução n.º 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde. Os possíveis riscos são eminentemente exposição profissional. Tais riscos serão resolvidos com encaminhamentos que garantam cuidados e respeito de acordo com a manifestação da respondente, especialmente com o tratamento individualizado nos contatos de recrutamento e processo de coleta de informações, guarda e divulgação dos resultados, de forma a manter o anonimato das mesmas.

**CONFIDENCIALIDADE:** Todas as informações coletadas nesta investigação são estritamente confidenciais. Trataremos todas as informações sem que haja identificação de particularidades de cada entrevistado. Os resultados obtidos na pesquisa serão utilizados para alcançar os objetivos do trabalho expostos acima, incluindo a possível publicação na literatura científica especializada.

**LIBERDADE DE RECUSA E DESISTÊNCIA:** a plena liberdade do participante da pesquisa para decidir sobre sua participação, podendo retirar seu consentimento,

em qualquer momento da pesquisa, sem prejuízo algum (Resolução CNS 510 de 2016, Artigo 9º, Inciso II; Artigo 17, Inciso III).

**VIA DO REGISTRO DE CONSENTIMENTO:** O participante poderá ter acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado (Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 17, Inciso X, §2º), sendo que, recomenda-se enfaticamente ao participante que, quando se tratar de coleta de dados por meio de ambiente virtual (com uso de programas para coleta ou registro de dados, e-mail, entre outros), é importante a guarda de uma cópia do documento eletrônico em seus arquivos pessoais.

**BENEFÍCIOS:** Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto; entretanto, esperamos que futuramente os resultados deste estudo sejam usados em benefício da discussão da política de formação continuada de profissionais da educação infantil da RMEP.

**ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DA PESQUISA:** o acesso aos resultados da pesquisa será dado aos participantes por meio do encaminhamento do texto final da dissertação no e-mail indicado, quando a mesma for finalizada/aprovada.

**PAGAMENTO/INDENIZAÇÃO:** Você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação. O participante tem garantido o direito de solicitar indenização (Código Civil, Lei 10.406 de 2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 9º, Inciso VI). A assinatura desse termo não exclui possibilidade de o participante buscar indenização diante de eventuais danos decorrentes de sua participação na pesquisa.

**O CEP-UFRGS:** O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UFRGS) é um órgão colegiado, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, cujo propósito é avaliar e acompanhar os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos, em seus aspectos éticos e metodológicos, desenvolvidos na UFRGS. O Comitê de Ética em Pesquisa foi criado para defender os interesses dos participantes de pesquisa em sua integralidade e dignidade, além de contribuir no desenvolvimento de pesquisa dentro de um padrão ético. A secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS atende na Sala 311, do Anexo I do Prédio da Reitoria, no Campus do Centro da UFRGS, na Av. Paulo Gama, 110 – Bairro Farroupilha – Porto Alegre – RS. . Fone: (51) 3308-3787, e-mail: [etica@propesq.ufrgs.br](mailto:etica@propesq.ufrgs.br).

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que participe desta pesquisa.

Desde já, agradecemos a atenção e a da participação. Caso queiram contatar a equipe, isso poderá ser feito pelo email: [vividevalle@hotmail.com](mailto:vividevalle@hotmail.com) ou [malurflores@gmail.com](mailto:malurflores@gmail.com) e ao Comitê de Ética em Pesquisa UFRGS (51) 3308 3738. E-mail: [etica@propesq.ufrgs.br](mailto:etica@propesq.ufrgs.br). Endereço: Av. Paulo Gama, 110, Sala 311 Prédio Anexo I da Reitoria - Campus Centro Porto Alegre/RS - CEP: 90040-060

### **CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, \_\_\_\_\_, entendi os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma de participação. Eu li e compreendi este Termo de Consentimento, portanto e concordo em participar.

Local e data : \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do participante)

Eu, Viviani Vanessa Devalle, membro da equipe do projeto de pesquisa acima qualificado, obtive de forma apropriada e voluntária o consentimento Livre e Esclarecido do sujeito da pesquisa ou representante legal para a participação na pesquisa.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do membro da equipe que apresentar o TCLE ou o pesquisador responsável.

### **APÊNDICE H - Termo de Consentimento Institucional**

## **AUTORIZAÇÃO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO - SME**

Estamos realizando uma pesquisa de mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFRGS, que tem como objetivo geral analisar O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META 1 DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, INDICADORES 1A (pré-escola) e 1B (creche), NOS MUNICÍPIOS E ABRANGÊNCIA DA 4ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE

CAXIAS DO SUL, NO PERÍODO DE 2015-2023. Por intermédio desta pesquisa pretendemos identificar as ações desenvolvidas e instrumentos elaborados pelos 14 municípios de abrangência da 4ª Coordenadoria Regional de Educação de Caxias do Sul visando o monitoramento e avaliação da meta 1 dos respectivos Planos Municipais de Educação no que diz respeito ao acesso, equidade e qualidade da oferta da Educação Infantil. Para tanto, solicitamos anuência institucional para realizar coleta de dados junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. A coleta de dados envolverá a realização de entrevistas com representante do SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. A coleta será realizada pela mestrandia Viviani Vanessa Devalle, devidamente preparado para tal. O participante do estudo será claramente informado de que sua contribuição é voluntária e pode ser interrompida em qualquer tempo sem nenhum prejuízo e será utilizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para o participante. A qualquer momento, tanto o participante quanto o responsável pela Instituição poderá solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a este estudo. Este projeto foi aprovado pela Comissão de Pesquisa da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Todos os cuidados serão tomados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações, preservando a identidade do participante da Secretaria Municipal de Educação, caso estes assim determinem. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos critérios de ética na pesquisa com seres humanos conforme Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos realizados oferece riscos à dignidade da/do participante. Todo material desta pesquisa ficará sob responsabilidade da Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Luiza Rodrigues Flores e, após cinco anos, será destruído. Dados individual do participante coletados ao longo do processo não serão informados às instituições envolvidas ou aos familiares, e será realizada a devolutiva

dos resultados da pesquisa à instituição, após a finalização do estudo, em oportunidade a ser definida por este órgão de controle social.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. FACULDADE DE EDUCAÇÃO COMISSÃO DE PESQUISA. Av. Paulo Gama, s/n, sala 918, Centro Histórico, Porto Alegre, RS – Cep: 90046-900 – Fone: 3308.3098.

Agradecemos a colaboração da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO para a realização desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais. A pesquisadora responsável por esta pesquisa é a docente Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Luiza Rodrigues Flores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFRGS. O pesquisador poderá ser contatado por meio do telefone (51) 3308-4132. Maiores informações podem ser obtidas com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS pelo telefone (51) 3308.3738.

Porto Alegre, 20 de junho de 2023.

---

Prof<sup>a</sup> (FACED/UFRGS)

Concordamos que o(s) coordenadores(as) vinculadas a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO participem do presente estudo.

---

Local e data

---

Responsável e cargo (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO)

## **APÊNDICE I - Termo de Consentimento Institucional**

### **AUTORIZAÇÃO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO - CME**

Estamos realizando uma pesquisa de mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFRGS, que tem como objetivo geral analisar O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META 1 DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, INDICADORES 1A (pré-escola) e 1B (creche), NOS MUNICÍPIOS E ABRANGÊNCIA DA 4ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE

CAXIAS DO SUL, NO PERÍODO DE 2015-2023. Por intermédio desta pesquisa pretendemos identificar as ações desenvolvidas e instrumentos elaborados pelos 14 municípios de abrangência da 4ª Coordenadoria Regional de Educação de Caxias do Sul visando o monitoramento e avaliação da meta 1 dos respectivos Plano Municipais de Educação no que diz respeito ao acesso, equidade e qualidade da oferta da Educação Infantil

Para tanto, solicitamos anuência institucional para realizar coleta de dados junto ao CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. A coleta de dados envolverá a realização de entrevistas com representante do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. A coleta será realizada pela mestranda Viviani Vanessa Devalle, devidamente preparado para tal. O participante do estudo será claramente informado de que sua contribuição é voluntária e pode ser interrompida em qualquer tempo sem nenhum prejuízo e será utilizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para o participante. A qualquer momento, tanto o participante quanto o responsável pela Instituição poderá solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a este estudo. Este projeto foi aprovado pela Comissão de Pesquisa da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Todos os cuidados serão tomados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações, preservando a identidade do participante do Conselho Municipal de Educação, caso estes assim determinem. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos critérios de ética na pesquisa com seres humanos conforme Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos realizados oferece riscos à dignidade da/do participante. Todo material desta pesquisa ficará sob responsabilidade da Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Luiza Rodrigues Flores e, após cinco anos, será

destruído. Dados individual do participante coletados ao longo do processo não serão informados às instituições envolvidas ou aos familiares, e será realizada a devolutiva dos resultados da pesquisa à instituição, após a finalização do estudo, em oportunidade a ser definida por este órgão de controle social.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. FACULDADE DE EDUCAÇÃO COMISSÃO DE PESQUISA. Av. Paulo Gama, s/n, sala 918, Centro Histórico, Porto Alegre, RS – Cep: 90046-900 – Fone: 3308.3098.

Agradecemos a colaboração da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO para a realização desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais. A pesquisadora responsável por esta pesquisa é a docente Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Luiza Rodrigues Flores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFRGS. O pesquisador poderá ser contatado por meio do telefone (51) 3308-4132. Maiores informações podem ser obtidas com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS pelo telefone (51) 3308.3738.

Porto Alegre, 20 de junho de 2023.

\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup> (FACED/UFRGS)

Concordamos que o(s) coordenadores(as) vinculadas a CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO participem do presente estudo.

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Responsável e cargo (CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO)

## **APÊNDICE J - Termo de Consentimento Institucional**

### **AUTORIZAÇÃO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO - FME**

Estamos realizando uma pesquisa de mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFRGS, que tem como objetivo geral analisar O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META 1 DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, INDICADORES 1A (pré-escola) e 1B (creche), NOS MUNICÍPIOS E ABRANGÊNCIA DA 4ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE

CAXIAS DO SUL, NO PERÍODO DE 2015-2023. Por intermédio desta pesquisa pretendemos identificar as ações desenvolvidas e instrumentos elaborados pelos 14 municípios de abrangência da 4ª Coordenadoria Regional de Educação de Caxias do Sul visando o monitoramento e avaliação da meta 1 dos respectivos Plano Municipais de Educação no que diz respeito ao acesso, equidade e qualidade da oferta da Educação Infantil Para tanto, solicitamos anuência institucional para realizar coleta de dados junto ao FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. A coleta de dados envolverá a realização de entrevistas com representante do FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. A coleta será realizada pela mestrandia Viviani Vanessa Devalle, devidamente preparado para tal. O participante do estudo será claramente informado de que sua contribuição é voluntária e pode ser interrompida em qualquer tempo sem nenhum prejuízo e será utilizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para o participante. A qualquer momento, tanto o participante quanto o responsável pela Instituição poderá solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a este estudo. Este projeto foi aprovado pela Comissão de Pesquisa da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Todos os cuidados serão tomados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações, preservando a identidade do participante do Fórum Municipal de Educação caso estes assim determinem. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos critérios de ética na pesquisa com seres humanos conforme Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos realizados oferece riscos à dignidade da/do participante. Todo material desta pesquisa ficará sob responsabilidade da Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Luiza Rodrigues Flores e, após cinco anos, será destruído. Dados individual do participante coletados ao longo do processo não serão

informados às instituições envolvidas ou aos familiares, e será realizada a devolutiva dos resultados da pesquisa à instituição, após a finalização do estudo, em oportunidade a ser definida por este órgão de controle social.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. FACULDADE DE EDUCAÇÃO COMISSÃO DE PESQUISA. Av. Paulo Gama, s/n, sala 918, Centro Histórico, Porto Alegre, RS – Cep: 90046-900 – Fone: 3308.3098.

Agradecemos a colaboração da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO para a realização desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais. A pesquisadora responsável por esta pesquisa é a docente Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Luiza Rodrigues Flores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFRGS. O pesquisador poderá ser contatado por meio do telefone (51) 3308-4132. Maiores informações podem ser obtidas com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS pelo telefone (51) 3308.3738.

Porto Alegre, 20 de junho de 2023.

---

Prof<sup>a</sup> (FACED/UFRGS)

Concordamos que o(s) coordenadores(as) vinculadas a FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO participem do presente estudo.

---

Local e data

---

Responsável e cargo (FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO)

## **APÊNDICE L - Termo Compromisso para Utilização e Manuseio de Dados (TCUD)**

Nós, Viviani Vanessa Devalle e Maria Luiza Rodrigues Flores, do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pesquisadores do projeto de pesquisa intitulado “O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META 1 DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, INDICADORES 1A (pré-escola) e 1B (creche), NOS MUNICÍPIOS E ABRANGÊNCIA DA 4ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CAXIAS DO SUL, NO PERÍODO DE 2015-2023”, declaramos, para os devidos fins, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Este projeto de pesquisa apresenta Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para a pesquisa realizada com seres humanos, porém uma parte da pesquisa trata de pesquisa documental, em relatórios e publicações disponíveis em portais oficiais das secretarias, conselhos/fóruns municipais de educação e não será possível obter o consentimento livre e esclarecido das pessoas cujos dados estão contidos nesses documentos de acesso restrito, pois elas não frequentam a instituição detentora. Por isto, propomos ao Sistema CEP/CONEP a dispensa de TCLE para esta pesquisa.

Nos comprometemos com a utilização dos dados contidos nos portais oficiais e arquivos enviados pelas Secretarias/Conselho/Fóruns Municipais de Educação dos seguintes municípios: Caxias do Sul, Farroupilha, Nova Pádua, Nova Roma do Sul, São Marcos, Flores da Cunha; Antonio Prado, Gramado, Canela, Picada Café, Nova Petrópolis, São Francisco de Paula, Jaquirana, Cambará do Sul, que serão manuseados somente após receber a aprovação do sistema CEP-CONEP e da instituição detentora.

Nos comprometemos a manter a confidencialidade e sigilo dos dados contidos nos relatórios e arquivos recebidos e/ou baixados dos portais oficiais, bem como a privacidade de seus conteúdos, mantendo a integridade moral e a privacidade dos indivíduos que terão suas informações acessadas. Não repassaremos os dados coletados ou o banco de dados em sua íntegra, ou parte dele, a pessoas não envolvidas na equipe da pesquisa.

Também nos comprometemos com a guarda, cuidado e utilização das informações apenas para cumprimento dos objetivos previstos nesta pesquisa aqui referida. Qualquer outra pesquisa, em que necessitemos coletar informações, será submetida para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa. Os dados obtidos da pesquisa documental serão guardados de forma sigilosa, segura, confidencial e privada, por cinco anos, e depois serão destruídos.

Ao publicar os resultados da pesquisa, manteremos o anonimato das pessoas cujos dados foram pesquisados, bem como o anonimato das Secretarias/Conselho/Fóruns Municipais de Educação dos seguintes municípios: Caxias do Sul, Farroupilha, Nova Pádua, Nova Roma do Sul, São Marcos, Flores da Cunha; Antonio Prado, Gramado, Canela, Picada Café, Nova Petrópolis, São Francisco de Paula, Jaquirana, Cambará do Sul

Caxias do Sul, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_.

Viviani Vanessa Devalle

Maria Luiza Rodrigues Flores